

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE ARQUITETURA E *DESIGN*
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA

LETÍCIA NERONE GADENS

**PAISAGENS VITALIZADAS:
TRANSFORMAÇÕES MORFOLÓGICAS DECORRENTES DE MEGAEVENTOS
ESPORTIVOS EM BARCELONA, ESPANHA, E NO RIO DE JANEIRO, BRASIL**



CURITIBA
2014

LETÍCIA NERONE GADENS

**PAISAGENS VITALIZADAS:
TRANSFORMAÇÕES MORFOLÓGICAS DECORRENTES DE MEGAEVENTOS
ESPORTIVOS EM BARCELONA, ESPANHA, E NO RIO DE JANEIRO, BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Escola de Arquitetura e *Design* da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Gestão Urbana.

Linha de pesquisa: Planejamento e projeto em espaços urbanos e regionais

Orientadora: Profa. Dra. Letícia Peret Antunes Hardt
Coorientador: Prof. Dr. Joaquin Sabaté Bel

CURITIBA
2014

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

G124p 2014	<p>Gadens, Leticia Nerone</p> <p>Paisagens vitalizadas : transformações morfológicas decorrentes de megaeventos esportivos em Barcelona, Espanha, e no Rio de Janeiro, Brasil / Leticia Nerone Gadens ; orientadora, Leticia Peret Antunes Hardt ; coorientador, Joaquim Sabaté Bel. – 2014.</p> <p>335 f. : il. ; 30 cm</p> <p>Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2014</p> <p>Bibliografia: f. 291-310</p> <p>1. Planejamento urbano. 2. Paisagens. 3. Eventos especiais. 4. Esportes. 5. Barcelona (Espanha). 6. Rio de Janeiro (RJ). I. Hardt, Leticia Peret Antunes. II. Bel, Joaquim Sabaté. III. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. III. Título.</p> <p>CDD 20. ed. – 711.4</p>
---------------	--

TERMO DE APROVAÇÃO

**“PAISAGENS VITALIZADAS: TRANSFORMAÇÕES MORFOLÓGICAS
DECORRENTES DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS EM BARCELONA,
ESPANHA E NO RIO DE JANEIRO, BRASIL”**

Por


LETÍCIA NERONE GADENS

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, área de concentração em Gestão Urbana, da Escola de Arquitetura e Design, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



Prof. Dr. Carlos Hardt

Coordenador do Programa - PUCPR




Prof.ª Dra. Letícia Peret Antunes Hardt
Orientadora – PPGTU/PUCPR

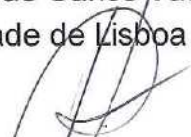


Prof. Dr. Clovis Ultramari

Membro Interno – PPGTU/PUCPR



Prof. Dr. João Carlos Vassalo Santos Cabral
Universidade de Lisboa – Membro Externo



Prof. Dr. Joaquin Sabaté Bel
Universidade Politécnica da Catalunha – Membro Externo – coorientador



Prof. Dr. Mauro Kleiman
UFRJ - Membro Externo

Curitiba, 31 de março de 2014.

Dedico à minha família e amigos.

AGRADECIMENTOS

À Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), pela oportunidade de realização desse doutorado por meio da Bolsa Marcelino Champagnat.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela viabilização de um ciclo de estudos em Barcelona, por intermédio de Bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE).

À Professora Dra. Letícia Peret Antunes Hardt, pela amizade, pela orientação acadêmica e pela forma como conduziu minhas ideias nesta pesquisa, tornando-a instigante e prazerosa.

Ao Professor Dr. Joaquin Sabaté Bel, pela acolhida durante minha estadia em Barcelona e por sua coorientação e condução deste trabalho por outros pontos de análise.

Ao Professor Dr. Clóvis Ultramari, por seus comentários e valiosa contribuição a este estudo.

Ao Professor Dr. João Carlos Vassalo Santos Cabral pela disponibilidade e empenho na leitura e análise deste documento.

Aos professores do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em especial ao Professor Dr. Mauro Kleiman, por seus ensinamentos durante a minha estadia no Rio de Janeiro, relacionada à Bolsa do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), concedida pela CAPES.

À Verena Andreatta e ao Claudio Accioly, por toda ajuda e dedicação em momentos de discussão do tema.

Aos gestores públicos que se disponibilizaram a conceder as entrevistas, cuja avaliação teve significativa importância no desenvolvimento desta pesquisa.

Meus agradecimentos especiais à minha família e à família Meister, pelo esteio e incentivo incondicional que me fortaleceram nos momentos mais importantes da pesquisa.

A Gabriel Meister, pelo apoio e compreensão nos momentos de ausência.

RESUMO

No contexto de globalização, a competição entre cidades é um fenômeno recorrente. Nesse sentido, a partir de uma oportunidade de inflexão urbana, a exposição de suas imagens no cenário internacional visa à atração de investimentos. Nesta pesquisa, essa oportunidade é analisada sob a ótica de megaeventos esportivos, considerando que acontecimentos dessa natureza têm sido reconhecidos como ferramentas de transformação urbanística. Embasado no conceito de estruturação espacial por “sistemas de ações e de objetos”, o objetivo geral desta investigação consiste em analisar as estratégias de construção do espaço urbano, com vistas à promoção das cidades no mercado mundial, a partir da ocorrência daquela tipologia de eventos, como nos casos de Barcelona, anfitriã dos Jogos Olímpicos de 1992, e do Rio de Janeiro, sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007. Com base em estruturação metodológica de múltiplas técnicas, no embasamento teórico e conceitual sobre o tema e na definição dos recortes físico e temporal para análise, o “sistema de ações” foi avaliado tanto pela concepção de planejamento urbano adotada em cada caso quanto pelo teor dos discursos dos gestores públicos (entrevistas) e da academia (bibliometria) sobre a ocorrência de grandes competições esportivas. Por sua vez, a apreciação do “sistema de objetos” foi efetivada pela interpretação das alterações dos tecidos urbanizados decorrentes da implantação ou reformulação de equipamentos e infraestrutura vinculados à realização dos jogos, assim como pela espacialização territorial do “sistema de ações”. A síntese analítica sistematizou a discussão comparativa dos exemplos estudados, revelando que, a despeito da existência de discursos semelhantes, a reprodução dos “sistemas de ações e de objetos” ocorre de forma peculiar no território de cada cidade. Também se depreende que a herança dos jogos consiste em uma externalidade de um fato temporalmente limitado para uma estrutura urbanística quase permanente ao longo do tempo. Os resultados ainda permitem a compreensão de que o processo de construção do espaço urbano é fundado em uma dupla realidade – a da cidade planejada e a daquela não idealizada. Como consequência de uma série de variáveis, diagnostica-se, de um lado, as dificuldades determinadas pela imprevisibilidade da urbanização ao processo de planejamento e, de outro, as limitações impostas à proposição de um modelo ideal de urbe contemporânea, não obstante a formulação de fundamentos para gestão. Pelas análises realizadas, comprova-se a hipótese de que diferentes cidades submetidas a eventos similares podem ter formas singulares de direcionamento da sua dinâmica de conformação urbanística, com paisagens vitalizadas em decorrência da própria complexidade do fenômeno urbano.

Palavras-chave: Transformação urbana. Competitividade entre cidades. Megaeventos esportivos. Planejamento e gestão.

ABSTRACT

In the context of globalization, the competition between cities is a recurring phenomenon. Accordingly, an urban inflection opportunity, is an objective to exposure image of the city in a global setting. In this research, this opportunity is analyzed from the perspective of mega sporting events, considering that such events have been recognized as a tool for urban transformation. Based upon the concept of spatial structure by "systems of actions and objects," the overall goal of this research is to analyze the strategies of construction of urban space, in order to promote the cities in the world market, from the occurrence of that type of event , as in the cases of Barcelona, host of the 1992 Olympics, and Rio de Janeiro, host the Pan American Games 2007. Based on the methodological structure of multiple techniques, theoretical and conceptual background on the subject and defining the physical and temporal clippings for analysis, the "system of actions" was assessed both by design urban planning adopted in each case as the content of discourses of public managers (interviews) and academia (bibliometrics) on the occurrence of major international sporting events. In turn, the appreciation of the "system of objects" was honored by the interpretation of changes in urbanized tissues resulting from the implementation or redesign of equipment and infrastructure linked to the achievement of the games, as well as the spatial distribution of the territorial "system of actions." The analytical synthesis systematized the comparative discussion of the examples studied, revealing that, despite the existence of similar speeches, reproduction of "system of actions and objects" is peculiarly within each city. Also it is evident that the legacy of the games is in fact an externality of a temporally limited to an almost permanent urban structure over time. The results also allow us to understand that the process of construction of urban space is based on a dual reality - that the planned city and not idealized. As a result of a number of variables, is diagnosed on the one hand, the difficulties generated by the unpredictability of urbanization in the planning process and on the other, the limitations imposed on the proposition of an ideal model of the contemporary metropolis, notwithstanding the wording of foundations for management. For the analyzes, proves the hypothesis that different cities undergo similar events may have unique ways of targeting the urban dynamics in conformation with landscapes vitalized due to the complexity of the urban phenomenon.

Key words: *Urban transformation. Urban competitiveness. Mega sporting events. Planning and management.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Perfil das cidades de Londres, Nova Iorque e Tóquio.....	23
Figura 2 – Representações esquemáticas de segregação espacial	35
Figura 3 – Vistas de transformação da paisagem urbana do Rio de Janeiro (1580, 1750, 1870 e 2002).....	39
Figura 4 – Representação esquemática do <i>skyline</i> de Atenas.....	42
Figura 5 – Representação esquemática do <i>skyline</i> de Pequim.....	42
Figura 6 – Representação esquemática do <i>skyline</i> de Londres.....	42
Figura 7 – Planta do Rio de Janeiro com destaque para as novas avenidas propostas no início dos anos 1900.....	45
Figura 8 – Vistas de intervenções urbanas promovidas por Pereira Passos no Rio de Janeiro.....	46
Figura 9 – Representação esquemática do Plano Piloto de Brasília.	47
Figura 10 – Diagrama de processos de promoção e <i>marketing</i> de uma cidade.....	59
Figura 11 – Gráfico de espacialização dos investimentos nos Jogos Olímpicos de 1992 em Barcelona.....	69
Figura 12 – Gráfico de tipologia de investimentos nos Jogos Olímpicos de 1992 em Barcelona.....	70
Figura 13 – Organograma de revisão da literatura.....	83
Figura 14 – Imagem aérea de localização das áreas olímpicas de Barcelona, Espanha.....	86
Figura 15 – Imagem aérea de localização dos <i>clusters</i> olímpicos do Rio de Janeiro, Brasil.....	87
Figura 16 – Imagem aérea de localização dos equipamentos olímpicos de Atlanta, Estados Unidos.....	88
Figura 17 – Imagem aérea de localização dos equipamentos olímpicos de Sydney, Austrália.....	88
Figura 18 – Imagem aérea de localização dos equipamentos olímpicos de Atenas, Grécia.....	89
Figura 19 – Imagem aérea de localização dos equipamentos olímpicos de Pequim, China.....	89
Figura 20 – Imagem aérea de localização dos equipamentos olímpicos de Londres, Inglaterra.....	20
Figura 21 – Representação hipotética de uma cadeia de referências constituída a partir do método “ <i>snowball sampling</i> ”.....	94
Figura 22 – Mapa de bairros da cidade de Barcelona.....	103
Figura 23 – Representação da ampliação da cidade antiga e do esquema geométrico previsto no Plano Cerdá (1860).....	108
Figura 24 – Representação da multiplicidade de traçados viários previstos no Plano Jausseley (1905).....	108
Figura 25 – Representação da revisão do Plano Cerdá prevista no Plano Maciá (1934).....	108
Figura 26 – Representação da distribuição funcional municipal prevista no Plano Comarcal (1953).....	108
Figura 27 – Mapa de zoneamento do uso do solo do Plano Geral Metropolitano (PGM).....	112
Figura 28 – Vistas do Passeig Colom e Moll de Bosh e Alsina.....	117
Figura 29 – Mapa de intervenções urbanísticas em Barcelona no período de 1981 a 1982.....	120
Figura 30 – Vista de exemplo da demanda dos cidadãos por intermédio da Federació de Asociaciones de Vecinos de Barcelona (FAVB).....	121

Figura 31 – Mapa de áreas de novas centralidades em Barcelona.	126
Figura 32 – Gráfico de cronologia das intervenções da década de 1980 na cidade de Barcelona.	127
Figura 33 – Representação esquemática do <i>holding</i> olímpico de Barcelona.	136
Figura 34 – Mapa das áreas olímpicas de Barcelona.	137
Figura 35 – Vistas da área olímpica de Montjuic.	138
Figura 36 – Vistas da área olímpica da Diagonal.	141
Figura 37 – Vistas da área olímpica de Vall d’Hebron.	143
Figura 38 – Vistas da área olímpica de Parc de Mar.	145
Figura 39 – Mapa de divisão de bairros e regiões administrativas do Rio de Janeiro.	154
Figura 40 – Mapa de localização das intervenções propostas para os Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro.	164
Figura 41 – Mapa de localização das intervenções propostas para os Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro no âmbito da terceira gestão do Prefeito César Maia.	166
Figura 42 – Vistas do Parque Aquático Maria Lenk e de edifícios da vila pan-americana na Área da Barra da Tijuca	173
Figura 43 – Vistas de instalações esportivas na Área de Deodoro.	175
Figura 44 – Vistas de instalações esportivas na Área do Pão de Açúcar – Lagoa Rodrigo de Freitas.	177
Figura 45 – Vistas de instalações na Área do Maracanã	178
Figura 46 – Mapa interpretativo das ações de planejamento em Barcelona a partir da década de 1980 até a ocorrência dos Jogos Olímpicos de 1992.	189
Figura 47 – Vistas da frente marítima de Barcelona em 1986 – à esquerda – e em 1992 – à direita.	199
Figura 48 – Representação esquemática de escolhas locacionais para implantação das estruturas olímpicas em Munique (Alemanha), em 1972, em Los Angeles (Estados Unidos), em 1984, e em Barcelona (Espanha), em 1992.	201
Figura 49 – Mapas de representação morfológica da cidade de Barcelona no período anterior e no momento posterior à realização dos Jogos Olímpicos de 1992.	202
Figura 50 – Croquis ilustrativos do processo de transformação da paisagem urbana com a oportunidade dos Jogos Olímpicos de Barcelona no período anterior (1988 – esquerda) e no momento posterior (1992 – direita) ao evento esportivo.	209
Figura 51 – Imagem aérea de relações de continuidade paisagística das áreas olímpicas com a malha urbana de Barcelona.	212
Figura 52 – Imagens utilizadas para divulgação da cidade de Barcelona	214
Figura 53 – Representação em planta das dimensões de intervenção em Barcelona nas escala da rua, do bairro e da cidade.	214
Figura 54 – Planta de usos da Vila Olímpica de Barcelona.	215
Figura 55 – Vista da Torre Mapfre e do Hotel Arts na frente marítima de Barcelona	217
Figura 56 – Mapa interpretativo das ações de planejamento na cidade do Rio de Janeiro no momento antecedente à realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007	223
Figura 57 – Vistas da evolução da ocupação urbana da Barra da Tijuca – 1970 (esquerda) e 2000 (direita).	232
Figura 58 – Representação esquemática de escolhas locacionais para implantação das estruturas esportivas em Atenas (Grécia), em 2004, no Rio de Janeiro (Brasil), em 2007, em Pequim (China), em 2008, e em Londres (Inglaterra), em 2012.	233

Figura 59 – Vista aérea do projeto inicial para as instalações dos Jogos Pan-americanos de 2007 na Barra da Tijuca.....	234
Figura 60 – Mapas de representação morfológica da cidade do Rio de Janeiro no período anterior e no momento posterior à realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007.....	237
Figura 61 – Imagem aérea da relação das áreas esportivas com a malha urbana do Rio de Janeiro	240
Figura 62 – Croquis ilustrativos de caracterização da paisagem urbana do Rio de Janeiro.....	242
Figura 63 – Ilustrações de panorama circular da baía do Rio de Janeiro	244
Figura 64 – Ilustração de paisagem urbana do Rio de Janeiro entre a montanha e o mar	244
Figura 65 – Imagens de cartazes de companhias aéreas com ícones do Rio de Janeiro utilizados no início do século XX	245
Figura 66 – Imagens utilizadas para divulgação da cidade do Rio de Janeiro	245
Figura 67 – Representação em planta das dimensões de intervenção no Rio de Janeiro nas escala da rua, do bairro e da cidade	246
Figura 68 – Vista da vila pan-americana na área da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro	247
Figura 69 – Ilustração de paisagens urbanizadas do Rio de Janeiro entre a montanha e o mar	248
Figura 70 – Gráfico do número de artigos relacionados a eventos de caráter internacional publicados na revista Time – 1923 a 2013	253
Figura 71 – Gráfico comparativo da proporcionalidade de abordagens sobre megaeventos esportivos (MEEs) em periódicos e anais de eventos científicos - - 2002 a 2012.....	258
Figura 72 – Representação esquemática geral de novas construções e edifícios reabilitados na frente marítima de Barcelona por ocasião dos Jogos Olímpicos de 1992	269

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Contextualização do papel dos megaeventos como ferramenta de políticas públicas urbanas e regionais na cidade pós-industrial.....	64
Quadro 2 – Resumo das alterações dos impactos da infraestrutura dos jogos olímpicos – 1900 a 2000.....	65
Quadro 3 – Resumo das deficiências e potencialidades da adoção dos megaeventos como estratégia para a regeneração urbana.....	66
Quadro 4 – Resumo de boas e más práticas na política de viabilização de megaeventos esportivos.....	72
Quadro 5 – Protocolo de pesquisa.....	77
Quadro 6 – Constructos principais do estudo.....	80
Quadro 7 – Variáveis de análise do recorte físico da pesquisa.....	84
Quadro 8 – Variáveis de análise dos sistemas de estudo.....	91
Quadro 9 – Roteiro da entrevista com gestores públicos dos Jogos Olímpicos de Barcelona e dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro.....	95
Quadro 10 – Dados de referência da pesquisa bibliométrica de estruturação do discurso acadêmico.....	97
Quadro 11 – Planos municipais de grandes cidades espanholas por ano de aprovação e âmbito administrativo.....	111
Quadro 12 – Categorização das intervenções urbanas em Barcelona na década de 1980.....	128
Quadro 13 – Resumo de ações, estratégias, justificativas e alterações mais significativas das intervenções olímpicas em Barcelona.....	150
Quadro 14 – Mudança de escopo das instalações e operações dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro.....	168
Quadro 15 – Estratégias de intervenção utilizadas nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro.....	179
Quadro 16 – Delineamento conceitual do planejamento urbano de Barcelona na década de 1980.....	184
Quadro 17 – Relação de critérios de análise aplicados à paisagem urbana de Barcelona.....	208
Quadro 18 – Caracterização dos Planos Estratégicos I e II da cidade do Rio de Janeiro.....	220
Quadro 19 – Delineamento conceitual do planejamento urbano no Rio de Janeiro no momento antecedente à realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007.....	221
Quadro 20 – Relação de critérios de análise aplicados à paisagem urbana do Rio de Janeiro.....	241
Quadro 21 – Relação de cidades candidatas a sedes nas últimas edições dos jogos olímpicos – 1980 a 2016.....	251

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo dos investimentos olímpicos em Barcelona.....	135
Tabela 2 – Resumo dos parâmetros propostos no Plano Especial de Vall d’Hebron.....	144
Tabela 3 – Comparação entre características de grandes eventos esportivos – 2006 a 2008.	153
Tabela 4 – Custos totais dos Jogos Pan-Americanos de 2007 por item orçamentário (em R\$ 1.000,00).	172
Tabela 5 – Número de artigos da revista Time com citação de cidades-sede de jogos olímpicos por quinquênio – 1980 a 2011.....	254
Tabela 6 – Número de artigos da revista Time com citação de cidades-sede de jogos pan-americanos por quinquênio – 1980 a 2011.....	255
Tabela 7 – Número de artigos sobre jogos olímpicos, jogos pan-americanos e morfologia urbana no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por décadas- 1980 a 2014.	256

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPUR	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
AOMSA	Anel Olímpico de Montjuic S.A.
BRT	<i>Bus Rapid Transit</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEF	Caixa Econômica Federal
CEFAN	Centro de Educação Física Almirante Heleno Nunes
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional
COOB 92	Comitê Organizador das Olimpíadas de Barcelona
CO-RIO	Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro
FAVB	Federación de Asociaciones de Vecinos de Barcelona
GTAPAC	Grupo de Arquitectos e Técnicos Catalães para o Progresso da Arquitetura Contemporânea
GPU	Grandes Projetos Urbanos
HOSA	Holding Olímpico S.A. de Barcelona
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMPUSA	Instituto Municipal de Promoção Urbanística S.A.
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
MEE	Megaevento Esportivo
ODEPA	Organização Desportiva Pan-Americana
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PDSE	Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior
PERIS	Planos Especiais de Reforma Interior
PGM	Plano Geral Metropolitano
PROCAD	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
SERIO 2007	Secretaria Especial Rio 2007
SGPS	Sociedade Gestora de Participações Sociais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TUBSA	Tecnologias Urbanas Barcelona S.A.
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UPC	Universidade Politécnica de Barcelona
VOSA	Vila Olímpica S.A.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	PROBLEMAS	20
1.2	JUSTIFICATIVAS	24
1.3	OBJETIVOS	28
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	30
2.1	PAISAGENS VITALIZADAS PELA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	30
2.1.1	Transformação morfológica do espaço urbano	37
2.2	REFERENCIAIS DE CIDADE	44
2.3	MERCADORIZAÇÃO DAS CIDADES	52
2.4	MEGAEVENTOS ESPORTIVOS	61
3	ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA	75
3.1	TÉCNICAS DA PESQUISA	76
3.2	FASES DA PESQUISA	81
3.2.1	Embasamento teórico e conceitual	81
3.2.2	Definição dos recortes físico e temporal	84
3.2.3	Interpretação dos sistemas de estudo	91
3.2.3.1	Análise da concepção de planejamento urbano adotada	92
3.2.3.2	Análise dos discursos sobre a ocorrência dos megaeventos esportivos	92
3.2.3.3	Análise de aspectos morfológicos	99
3.2.4	Síntese analítica	100

4	CARACTERIZAÇÃO DOS RECORTES FÍSICO E TEMPORAL	102
4.1	REFERÊNCIA DE TRANSFORMAÇÃO: BARCELONA.....	102
4.1.1	Planos urbanísticos até a década de 1980	107
4.1.2	Planejamento urbano na década de 1980 e início dos anos 1990	113
4.1.2.1	Atuação em setores (1983-1987).....	123
4.1.2.2	Atuação em áreas (1986-1992).....	124
4.1.3	Intervenções urbanas na década de 1980	127
4.1.4	Áreas olímpicas de Barcelona	131
4.1.4.1	Área de Montjuic.....	137
4.1.4.2	Área da Diagonal.....	141
4.1.4.3	Área de Vall d'Hebron.....	142
4.1.4.4	Área do Parc de Mar.....	144
4.2	REPRODUÇÃO DE UM MODELO? O CASO DO RIO DE JANEIRO....	152
4.2.1	Planos urbanísticos até os anos 1990	154
4.2.2	Diretrizes estratégicas na década de 1990	159
4.2.3	Planejamento estratégico na primeira metade da década de 2000 ..	161
4.2.4	Planejamento urbano na segunda metade da década de 2000	165
4.2.5	Clusters olímpicos do Rio de Janeiro	170
4.2.5.1	Área da Barra da Tijuca.....	173
4.2.5.2	Área de Deodoro.....	175
4.2.5.3	Área do Pão de Açúcar.....	177
4.2.5.4	Área do Maracanã.....	178
5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	181
5.1	BARCELONA.....	181
5.1.1	Sistema de ações	181
5.1.1.1	Concepção de planejamento.....	181
5.1.1.2	Percepção da gestão pública.....	192
5.1.2	Sistema de objetos	198
5.1.2.1	Transformação da paisagem urbana com a oportunidade do evento esportivo.....	207

5.2	RIO DE JANEIRO.....	219
5.2.1	Sistema de ações	219
5.2.1.1	Concepção de planejamento	219
5.2.1.2	Percepção da gestão pública	225
5.2.2	Sistema de objetos	230
5.2.2.1	Manutenção da paisagem urbana com a oportunidade do evento esportivo.....	240
5.3	PERCEPÇÃO DA ACADEMIA.....	250
5.4	SÍNTESE ANALÍTICA.....	261
5.4.1	Discussão comparativa	261
5.4.2	Permanência da estrutura urbana	273
5.4.3	Construção de dupla realidade	276
5.4.4	Planejamento do imprevisível	278
5.4.5	Fundamentos para gestão	280
6	CONCLUSÃO	284
	REFERÊNCIAS	291
	APÊNDICES	311
	APÊNDICE A	
	TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS COM GESTORES PÚBLICOS: BARCELONA	311
	APÊNDICE B	
	TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS COM GESTORES PÚBLICOS: RIO DE JANEIRO.....	328

1 INTRODUÇÃO

No cenário mundial de globalização, a competitividade entre cidades é um fenômeno constante. Sabaté e Rodó (2008) comentam que esse processo tem obrigado a inclusão, nas políticas urbanísticas, de mecanismos de atratividade de investimentos e pessoas em uma economia mundializada. Nesse sentido, o modelo neoliberal, com a livre circulação de capitais internacionais e com a redução da participação do Estado nas questões econômicas, em associação aos avanços tecnológicos dos meios de comunicação e informação, tem contribuído para a transformação das cidades. Os esforços por atração de capitais, bens e indivíduos está presente nos centros urbanos que se inserem no contexto mundial de competição global. Sobre essa conformação urbana, Castells (1999, p.372) afirma que:

Não são poucas as cidades globais, mas uma cidade global. É uma cidade transterritorial, um espaço construído pela conexão de diferentes espaços em uma mesma rede de interação simultânea que reúne processos, pessoas, construções e fragmentos de áreas locais, em um espaço global de interação. A cidade global não é uma cidade, é uma nova forma espacial, o espaço de fluxos caracterizando a era da informação.

Nesse contexto, e considerando o processo correspondente de produção do espaço urbano, a presente investigação se volta à análise das estratégias de construção espacial a partir de “sistemas de ações e de objetos” (SANTOS, 2008), interpretando a inserção das cidades no quadro de competição global.

A pesquisa tem seu foco no estudo de megaeventos esportivos (MEEs) e na consequente implantação de grandes projetos urbanos (GPUs), decorrentes desses eventos e necessários à sua viabilização. Esse recorte temático é justificado em razão de que acontecimentos dessa natureza propiciam um momento de inflexão nas cidades que o sediam, entendido como uma oportunidade de sua ampla exposição no chamado “mercado mundial” (SÁNCHEZ, 2010).

Tendo em vista as questões acima expostas, torna-se necessário o esclarecimento do conceito de construção do espaço urbano adotado no presente trabalho. Segundo Santos (2008), a produção espacial nas cidades está intimamente relacionada com os interesses entre seus agentes e partícipes. É um ambiente artificial, construído no meio antes natural, em seguida manipulado pelas ações sociais. Sobre o assunto, Cavalcanti (2001) comenta que a explicação da formação do espaço urbano envolve a sua compreensão em relação à sua forma (a cidade), mas não reduzida à ela, considerando também as expressões de modos de vida ligados às suas diversas esferas, desde as de ordem social, cultural, simbólica e psicológica, até as de âmbito ambiental e educacional.

Hardt et. al. (2008, p.2) explanam, por sua vez, que a “paisagem urbana é resultante da ação espontânea ou planejada do homem [...], estando diretamente relacionada às ações de planejamento urbano e à morfologia dos espaços, que condicionam sua qualidade visual e ambiental”. Em síntese, pode ser interpretada como a visualização do ambiente da cidade (HARDT, 2000; 2004).

Para Santos (2008), a construção do espaço urbano envolve fixos e fluxos. Os primeiros permitem ações que modificam o próprio local e os segundos criam ou recriam condições ambientais e sociais, redefinindo cada lugar. Assim, os fluxos resultam, direta ou indiretamente, das ações e se instalam nos fixos, modificando seu valor ao mesmo tempo em que se modificam.

Dessa forma, o trabalho é estruturado a partir da concepção do geógrafo Milton Santos (2008, p.39) de que "o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá".

Frente à necessária interação sistêmica, Santos (2008) esclarece que, por um lado, o sistema de objetos condiciona a forma como se dão as ações; por outro, o sistema de ações leva à criação de objetos. Nesse contexto, pretende-se verificar as estratégias de construção do espaço urbano a partir da realização de MEEs, considerando, como parte integrante do “sistema de ações”, os discursos presentes quando da ocorrência do megaevento e a concepção de planejamento adotada; por

sua vez, o “sistema de objetos” compreende a infraestrutura e os equipamentos instalados para a sua ocorrência, por meio da análise espacial do tecido urbanizado.

Diante do exposto, a pesquisa é estruturada a partir da fundamentação teórica da abordagem dos conceitos que subsidiam a discussão do tema: transformação do espaço urbano e referenciais e mercadorização de cidades, além dos megaeventos esportivos propriamente ditos. Com base nesse referencial conceitual, são determinados os procedimentos metodológicos para a investigação e, posteriormente, os recortes físico e temporal adotados para o presente trabalho, o qual contempla o estudo de casos de Barcelona, Espanha, e do Rio de Janeiro, Brasil, que sediaram os Jogos Olímpicos de 1992 e os Jogos Pan-Americanos de 2007, respectivamente. Para o estabelecimento de paralelos de análise com vistas à ampliação da discussão, são consideradas, ainda que de forma menos detalhada, as experiências das olimpíadas nas cidades de Atlanta (Estados Unidos, 1996), Sydney (Austrália, 2000), Atenas (Grécia, 2004), Pequim (China, 2008) e Londres (Inglaterra, 2012). Na sequência, são apresentadas as análises, discussões e considerações finais sobre os exemplos selecionados.

Nessas circunstâncias, a presente pesquisa visa à promoção de reflexões e discussões que contribuam para a gestão urbana, especialmente no âmbito dos processos de construção do espaço sob o enfoque de momentos de inflexão urbanística vinculada a MEEs, considerando, ainda, o cenário de competição global de cidades.

1.1 PROBLEMAS

A configuração das cidades tem implicações no funcionamento das sociedades, como reflexo de uma cultura, um posicionamento, uma escolha. Nessa ótica, Hillier e Hanson (2003, p.27), responsáveis pelas bases da Teoria da Sintaxe Espacial, afirmam que “lemos o espaço e antecipamos um estilo de vida”.

A forma e a paisagem das cidades contemporâneas são resultantes de encadeamentos históricos, econômicos, culturais, sociais e políticos, acumulados ao longo dos anos (HARDT, HARDT, 2014). Lynch (2007) acredita na impossibilidade

de conformação de uma teoria geral da gênese urbanística, mas entende cada núcleo urbano como um processo singular, cumulativo e consagrado. Assim, sua morfologia específica resulta de uma cadeia de acontecimentos individuais.

O caráter que diferencia uma cidade da outra e, portanto, também a sua estética urbana, é fruto da tensão gerada entre seu espaço geográfico e seus componentes peculiares (ROSSI, 2001). Nesse sentido, a forma de crescimento do ambiente construído e as suas articulações e tramas urbanizadas decorrem da adaptação da espacialização desses processos no território, específicos de cada momento histórico, de cada local e de cada situação sociocultural.

Não se pode, por conseguinte, generalizar o processo de formação física de uma cidade. Até mesmo alguns padrões de crescimento e organização, como a influência da localização do centro do poder ou das vias de transporte, estão ligados às ações mencionadas. Assim, cada cidade é única, mas pode ser estruturar-se do pelo menos um modelo de observação das cidades (LYNCH, 2007). Nessa conjuntura, um ponto interessante corresponde à análise morfológica, que, segundo Rossi (2001), constitui um dos instrumentos mais importantes no campo dos estudos urbanísticos. “Na cidade não existem zonas amorfas, ou, onde elas existem, são momentos de um processo de transformação; representam, por assim dizer, os tempos mortos da dinâmica urbana” (ROSSI, 2001, p.133).

Para o mesmo autor, aqueles que vivem na cidade se habituem lentamente à sua transformação, o que não significa que ela seja menos verdadeira. Certamente, há períodos em que esses processos de mudança urbanística ocorrem com maior velocidade, como, nos casos de Paris, sob o governo de Napoleão III, e de Roma, quando da sua ascensão à capital da Itália, cujas alterações foram rápidas e aparentemente imprevistas. Portanto, situações urbanas presumivelmente definitivas podem ser modificadas em pouco tempo ou em períodos mais longos. Em ambos os casos, sobre o ambiente urbanizado atuam forças de natureza econômica e política, dentre outras.

Em um contexto de evolução histórica, os processos de intervenções na paisagem urbana também revelaram iniciativas de expressão de influências sobre outras

idades, refletindo seus padrões políticos, econômicos, estéticos e culturais, com integração e compatibilidade entre arte e técnica (BONAMETTI, 2010). Especializadas por determinantes políticas, religiosas e econômicas, essas ingerências estabeleceram distintas relações com o espaço ao longo da história.

Quando da ocorrência de MEEs, é no Estado que se concentram as articulações de diversos atores para a manutenção ou ampliação da influência da cidade-sede sobre as demais. De acordo com Hobbes (2003), o Estado constitui a mecânica do poder, com o espaço conformando o seu receptáculo. Já na visão de Foucault (2002), o poder não está, necessariamente, localizado na estrutura social, mas funciona como uma rede de mecanismos, disseminando-se por toda a sociedade.




Sendo a paisagem urbana uma “combinação dinâmica de elementos naturais e antrópicos, inter-relacionados e interdependentes, que, em determinado tempo, espaço e momento social, formam um conjunto único e indissociável” (HARDT, 2000, p.15), é compreensível que, no seu processo de construção, ocorram renovações morfológicas em resposta aos novos estilos de vida atribuídos em cada período histórico. Assim, os critérios de organização espacial vão sendo modificados com a evolução e transformação da sociedade, das ciências e das técnicas (BONAMETTI, 2010).

É sob essa ótica que é estruturado este estudo, com a iniciativa de compreender como são construídos os espaços para as cidades se tornarem competitivas na contemporaneidade, a partir da realização de um MEE. Dessa maneira, a questão problema desta investigação reside na tentativa de entendimento das formas pelas quais uma oportunidade de inflexão urbana pode ser apreendida no campo da concepção de ideias do pensamento urbanístico (sistema de ações) e na configuração de ingerências sobre o meio físico (sistema de objetos), em diferentes cidades voltadas à ampliação da exposição da sua imagem no panorama global.

A influência de determinadas cidades pode ser exemplificada por alguns ícones urbanos, cuja leitura possibilita os seus posicionamentos como influentes e altamente competitivas no cenário global. Essa é a situação de Londres (Inglaterra), Nova Iorque (Estados Unidos) e Tóquio (Japão), analisadas por Sassen (1996) em

sua obra *Cidade Global*, com representações de suas pujanças econômicas e políticas fortemente marcadas em suas paisagens urbanas, evidenciando a influência do seu poder sobre o mundo (Figura 1).

Figura 1 – Perfis de ícones urbanos em cidades globais

CIDADE	REPRESENTAÇÃO
Londres (Inglaterra)	
Nova Iorque (Estados Unidos)	
Tóquio (Japão)	

Fonte: Adaptada de Getty Image (2012).

Nesse sentido, as transformações têm sido pautadas por estratégias voltadas à exposição da imagem da cidade no mercado mundial, compreendendo um conjunto articulado de intervenções urbanísticas. Esse processo é entendido, atualmente, como meio para a viabilização de um ideal de competitividade urbana.

A partir da abordagem sobre a forma urbana, as características das cidades também são resultantes da busca de ideais, ou seja, suas estruturas físicas são frutos de justificativas para as melhores “versões” dentre diversas alternativas. Perante esse quadro, restam questionamentos sobre o que há de comum nas diretrizes adotadas para que determinadas cidades se tornem competitivas, sobre quais são os resultados desse processo materializados no espaço e se existem, de fato, estratégias espaciais nesse contexto. É desse arcabouço de argumentos que parte esta tese.

À luz dessa contextualização, têm-se, em síntese, algumas questões principais que norteiam esta pesquisa:

- a) quais são as principais ações produzidas sobre o território com a ocorrência de um MEE, o qual pressupõe disponibilidade de investimentos consideráveis e ostensivas transformações urbanas?
- b) como essas ações são espacializadas no território?

Frente a essas indagações, o estudo se fundamenta na hipótese de que diferentes cidades submetidas a eventos similares podem ter formas singulares de direcionamento da sua dinâmica de conformação urbanística, com paisagens vitalizadas em decorrência da própria complexidade do fenômeno urbano.

1.2 JUSTIFICATIVAS

Considerando os problemas apresentados, torna-se necessário o conhecimento mais aprofundado acerca das forças atuantes sobre a cidade e dos modos concretos de viabilização da sua transformação. Assim, em decorrência da questão problema da investigação, torna-se relevante o entendimento das formas de aplicação dessas forças e da conseqüente produção de mudanças específicas em cada núcleo urbano, as quais são dependentes, de um lado, da natureza e propósito das ações e, de outro, do tipo de estrutura urbanística, sendo essa relação essencial para o conhecimento de padrões e modos contemporâneos de alterações urbanas decorrentes de MEEs.

A discussão sobre intervenções de grande porte nas cidades é recorrente na literatura acadêmica, assim como são inúmeros os estudos realizados e publicados sobre MEEs, em especial sobre o caso dos Jogos Olímpicos de Barcelona, considerado um exemplo paradigmático de transformação urbana. Existe um amplo repertório de obras publicadas que discutem, de modo geral, as conseqüências de MEEs, além da abordagem dos casos específicos de estudo – Barcelona e Rio de Janeiro –, e das experiências desenvolvidas em Atlanta, Sydney Atenas, Pequim e Londres.

Entretanto, um dos motivos de inquietude que impulsiona esta pesquisa é que ainda são escassos os estudos sobre as repercussões espaciais de intervenções urbanas dessa natureza. Assim, com base na produção acadêmica existente, identifica-se a necessidade de maior aprofundamento da reflexão sobre as consequências territoriais de MEEs na estrutura das cidades.

Por outro lado, pode-se questionar, ainda, a utilidade da resolução da questão problema apresentada. Como resposta, destaca-se a relevância da compreensão do processo de construção do espaço na contemporaneidade para a adequada apreensão das formas de organização e de estruturação de determinada cidade a partir de um significativo aporte financeiro e de surgimento de uma oportunidade de grande transformação, definindo a tipologia urbanística a ser construída.

Portanto, o tema é atual e oportuno, sobretudo face à constatação de que, em uma primeira aproximação do assunto, pode-se observar que são rotineiros os esforços governamentais e empresariais direcionados à promoção das cidades e à sua revelação em escala mundial (SÁNCHEZ, 2010).

A escolha do enfoque do tema sob a ótica de MEEs ainda se justifica tendo em vista que os discursos que articulam a relação entre esses eventos, a produção do espaço urbano e a geração de paisagens vitalizadas emergem, novamente, com muita expressão na política urbana. Assim, há necessidade de balizá-los no campo da reflexão teórica e da prática do planejamento e gestão urbana.

É relevante, ainda, ponderar que os MEEs adquiriram, nas últimas décadas, grande repercussão decorrente do extraordinário crescimento no volume de investimentos que atraem, ganhando destaque na atual “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 2003). Faz parte dessa agenda, a tentativa de captação desses eventos para o alcance das metas de políticas que visam à inflexão urbana para a inserção da cidade no cenário global.

Segundo Melo e Gaffney (2010, p.33), "esse fenômeno global se insere numa lógica própria de atuação estatal que envolve práticas atualmente dominantes de planejamento, marcadas pelo chamado empresariamento urbano". Harvey (1996) já identifica, a partir dos anos 1970, novas linhas de ação baseadas no ideário neoliberal, as quais priorizam a formação de parcerias público-privadas com o objetivo de inserir as cidades na disputa interlugares, visando à captação de capital e consumidores. Por meio dessa lógica, técnicas empresariais passam a fazer parte do processo de gestão urbana, com vistas à expansão de fronteiras de acumulação em contraponto aos moldes estabelecidos pelas políticas keynesianas de bem estar social¹.

Nesse sentido, a escolha do tema também é justificado pela observação de que as cidades têm sido pensadas e produzidas com vistas à sua inserção no circuito mundial de valorização, prevendo adequação na forma de gestão urbana, inclusive com a adoção de um processo de planejamento estratégico, definido por Guell (2006) como sistemático, criativo e participativo, que define um modelo futuro de desenvolvimento.

Sobre esse aspecto, Sánchez et al. (2004, p.41) comentam que:

Competividade, "empresariamento", planejamento estratégico por projetos, intervenções pontuais, entre outros anunciados, passam a compor o rol das iniciativas a serem adotadas pelos administradores urbanos dos mais diversos matizes político-ideológicos.

A despeito dessa colocação, pode-se afirmar que essa assertiva não se aplica a todo o conjunto de cidades no mundo, tendo em vista que, principalmente as localizadas em países periféricos, ainda têm como questão pendentes problemas de infraestrutura básica que adquirem um papel prioritário frente a qualquer intenção de exposição mundial.

¹ O Estado de bem-estar social ou *Welfare State* é o termo usado, desde 1945, para designar as políticas keynesianas. Keynes propunha um certo controle do Estado na economia, além de investimentos e empresas públicas para garantir emprego e crescimento econômico. (DYE, 1984).

De qualquer forma, as questões de competitividade são inerentes a cidades que já desempenham alguma influência no cenário globalizado. Dessa forma, também faz parte dessa conjuntura, o conceito de *city marketing*, como orientação da política urbana para criação ou atendimento das necessidades dos consumidores, sejam empresários, turistas ou os próprios cidadãos (SÁNCHEZ, 1999).

Os MEEs, viabilizados muitas vezes em associação com GPUs e aliados geralmente ao conceito de *city marketing*, têm como prerrogativa a tentativa de produzir inflexões urbanas, cujos resultados são evidenciados por alterações morfológicas, econômicas e sociais. Esse novo modelo de ação tem sua reprodução no processo de constituição do espaço urbanizado. A partir da concepção de Santos (2008) de que o mesmo é formado pelo conjunto de “sistema de ações” (fluxos) e de “sistema de objetos” (fixos), pretende-se investigar as estratégias de sua construção com vistas à inserção no mercado mundial de cidades, de modo a comprovar-se a hipótese desta investigação.

A escolha do estudo de casos sobre os Jogos Olímpicos de 1992, sediados em Barcelona, e os Jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro, como parte integrante dos procedimentos metodológicos da pesquisa, é justificada em razão de que essa alternativa procura envolver uma análise mais profunda de um ou mais objetos, de modo a permitir seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2002). De acordo com Yin (1994, p.1), “um estudo de caso permite uma investigação para manter a holística e as características significativas de eventos da vida real”.

Os Jogos Olímpicos de Barcelona são considerados como um “modelo” de revitalização da paisagem urbana e de apropriação bem sucedida do megaevento como momento de inflexão. Os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro contribuíram para a posterior candidatura e êxito da cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 e ser uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. Na esfera nacional, é considerado o MEE de maior relevância já sediado no país. Embora o Rio de Janeiro tenha sido nomeado como sede para os Jogos Olímpicos de 2016, a apropriação desse evento para análise não seria possível em razão da necessidade de avaliação do momento posterior ao mesmo, de acordo com a proposta da presente pesquisa.

A investigação ainda pode ser justificada no âmbito da academia frente à necessidade de aprofundamento das análises realizadas sobre o processo de construção do espaço urbano no mercado mundial de cidades, sobretudo sobre uma ótica espacial; portanto, o tema torna-se relevante para a compreensão do contexto urbano e para a proposição de fundamentos à gestão.

Nesse sentido, esta tese reúne o conhecimento e o repertório disponíveis sobre o processo de construção do espaço urbano e os complementa e os estrutura em um conjunto de métodos para a observação e reflexão desse fato no urbanismo contemporâneo, a partir da ótica dos MEEs e com vistas à melhor compreensão das dinâmicas de estruturação das cidades contemporâneas.

1.3 OBJETIVOS

Partindo do pressuposto de que as iniciativas públicas de gestão devem direcionar o desenvolvimento social e a configuração espacial, é pertinente a interpretação das implicações promovidas por significativas alterações na estrutura urbanística. Portanto, o objetivo central da pesquisa consiste em analisar as estratégias de construção do espaço urbano, com vistas à promoção das cidades no mercado mundial, a partir da ocorrência de megaeventos esportivos.

Em decorrência dessa meta e com base no embasamento teórico e conceitual do tema, bem como na determinação de procedimentos metodológicos adequados à investigação e na delimitação dos recortes físico e temporal do estudo, são explicitados como objetivos específicos:

- a) avaliar as concepções de planejamento adotadas quando das ocorrências de MEEs;
- b) analisar os discursos presentes quando da realização de MEEs, a partir tanto da crítica acadêmica quanto da percepção da gestão pública;
- c) interpretar as alterações morfológicas ocorridas no tecido urbano após os eventos;

- d) delinear, com base em discussão comparativa dos casos abordados, sugestões e recomendações à gestão urbana e regional inerentes ao tema da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nessa seção, são apresentados os conceitos que embasam a presente pesquisa e que fornecem os subsídios para as discussões posteriores das análises realizadas. No contexto de globalização, emergem as iniciativas de competitividade das cidades, no chamado “mercado mundial”. As políticas e projetos urbanos propostos passam, então, a ser concebidos para a sua transformação em referenciais e em casos de sucesso no meio urbano. Um dos instrumentos em pauta nas discussões atuais e que permite grande exposição urbanística diz respeito aos megaeventos esportivos, correspondente ao enfoque desse trabalho.

2.1 PAISAGENS VITALIZADAS PELA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Essa seção tem o objetivo de apresentar uma aproximação conceitual acerca do entendimento da academia sobre o processo de construção do espaço urbano. Nesta pesquisa, esse processo é discutido sob a ótica de Milton Santos, que entende que o espaço é construído por um “sistema de ações” e um “sistema de objetos” (SANTOS, 2008). A base conceitual apresentada subsidia a discussão posterior sobre as formas de reprodução do sistema de ações no sistema de objetos e suas respectivas implicações.

Para tanto, inicialmente adota-se a terminação conceitual de Lefebvre (1973) para o termo “produção”, o qual, para o autor, tem dupla acepção, em razão de que os homens em sociedade produzem ora coisas (produtos), ora obras (todo o restante).

As coisas são enumeradas, contadas, apreciadas em dinheiro, trocadas. E as obras? Dificilmente. Produzir, em sentido amplo, é produzir ciência, arte, relações entre seres humanos, tempo e espaço, acontecimentos, história, instituições, a própria sociedade, a cidade, o Estado, em uma palavra: tudo. A produção de produtos é impessoal; a produção de obras não se compreende se ela não depende de sujeitos (LEFEBVRE, 1973, p.123).

Nesse sentido, pode-se dizer que a categoria central que fundamenta o conceito de produção é a do trabalho, que, segundo Marx (1849² apud GODOY, 2008) pode ser entendido como aquele ligado à atividade de transformação da natureza e da realidade.

Immanuel Kant, influenciado por Isaac Newton, lançou as bases para a formulação do conceito de espaço absoluto, correspondente a um ente que serve de receptáculo aos objetos (MINEO, 2008). Anos mais tarde, com a renovação da geografia, o espaço passou a ser entendido como um produto das relações sociais, por meio da sua apropriação histórica, relacionando-o com a lógica global que o transforma de acordo com as necessidades econômicas (SANTOS, 1979).

Para Corrêa (1995), o espaço urbano corresponde ao conjunto de diferentes usos da terra justapostos, os quais definem áreas centrais, industriais, residenciais etc., distintas em termos de forma e conteúdo social.

Eis o que é espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais (CORRÊA, 1995, p.24).

Segundo Mineo (2008), as transformações das relações sociais, ao longo da história, são percebidas no espaço em razão da conexão que a sociedade tem com o lugar que a representa. Essas mudanças históricas influenciam as relações estabelecidas pelos elementos do espaço entre si e com o sistema como um todo.

A análise desse espaço pode ser realizada por meio da percepção de seus habitantes; a partir de uma análise que considera sua característica formal e suas conexões com a estrutura social, processos e funções urbanas, ou seja, pode ser analisada pela sua forma, função e estrutura.

²

Ver contextualização do autor em:
MARX, K. **O capital**. 4 ed. São Paulo: Brasil, 1960.

Esse trabalho enfoca o estudo do espaço urbano sob a ótica das suas formas e das relações com o que foi planejado.

No entanto, reconhece-se que qualquer análise sobre o processo de construção do espaço urbano dependerá da ótica em que for realizada, ou seja, sob a perspectiva dos seus atores, uma vez que prioridades e objetivos são distintos para cada um dos grupos que participam desse processo (Estado, empresários industriais e comerciais, proprietários de terras, promotores imobiliários e comunidades sociais, dentre outros).

Dessa forma, a cidade pode ser vista como um padrão de relações entre grupos humanos (LYNCH, 2007), envolvendo um conjunto de decisões interligadas por interesses dos grupos que participam do processo de estruturação desse espaço, modelando, como consequência, a sua estrutura territorial.

Para Santos (1985), a forma do espaço corresponde à sua representação física, visível ao observador, enquanto a “função” representa o seu papel nas relações sociais, sejam locais ou globais, e a “estrutura” diz respeito à organização do espaço e sua articulação como um todo; o “processo” compreende as condições históricas que determinam suas mudanças.

No cenário atual, a produção do espaço urbano deve ser analisada à luz do processo de globalização e da economia capitalista. Para tanto, não é suficiente analisar a forma e as estruturas do espaço geográfico, visando uma análise descritiva, mas é fundamental compreender a essência desses elementos por meio de sua função histórica para a sociedade (SANTOS, 1985).

A observação de Santos vem de encontro ao propósito desta pesquisa, que consiste em analisar o processo de produção do espaço urbano em um cenário de competição de cidades, utilizando, para esse fim, os megaeventos esportivos. É nesse contexto que surge o chamado “espaço mercadoria” (SÁNCHEZ, 2010).

Segundo Santos (1985), o espaço mercadoria possui valor no sistema capitalista produtivo. em conformidade com sua função. Dessa forma, os espaços mudam de

valor com o tempo, à medida que suas funções mudam e alteram as suas relações com outros espaços. Essas alterações, seja no que diz respeito a um edifício isolado ou à uma área urbana mais extensa, pode ser explicado à luz da complexidade do fenômeno global.

Esse espaço mercadoria faz parte do contexto de investimento das cidades em uma imagem positiva, valorizando suas particularidades locais. Nesse sentido, Harvey (2005) expõe que uma das alternativas para aumentar a sua lucratividade é a atração dos consumidores por meio de atividades turísticas. Nesse âmbito, a realização de megaeventos esportivos tem se tornado uma importante ferramenta, podendo provocar alterações em termos de forma, função e estrutura do espaço urbano.

Em razão das exigências do sistema capitalista, a produção e a reprodução do espaço urbano são complexas, uma vez que comportam simultaneamente formas novas e antigas, que alteraram a sua função para adequação às necessidades atuais (MINEO, 2008).

Conforme Santos (1979), as formas que o espaço urbano adquire são resultantes da divisão interna e internacional do trabalho durante cada época. O entendimento dessas formas, em sua complexidade política, social e econômica, contribui para a compreensão da trajetória histórica de cada lugar. Nesse sentido, as antigas são oriundas de divisões anteriores, enquanto que as novas resultam da atual divisão do trabalho (SANTOS, 1979).

Dessa maneira, as cidades são construídas por uma série de agentes, com seus próprios interesses. Assim, o processo de decisão é fragmentado, plural e marcado por acordos (LYNCH, 2007).

Considerando o processo de construção desse espaço, Corrêa (1995) comenta que há vários agentes que se articulam e que contribuem para a sua conformação, como:

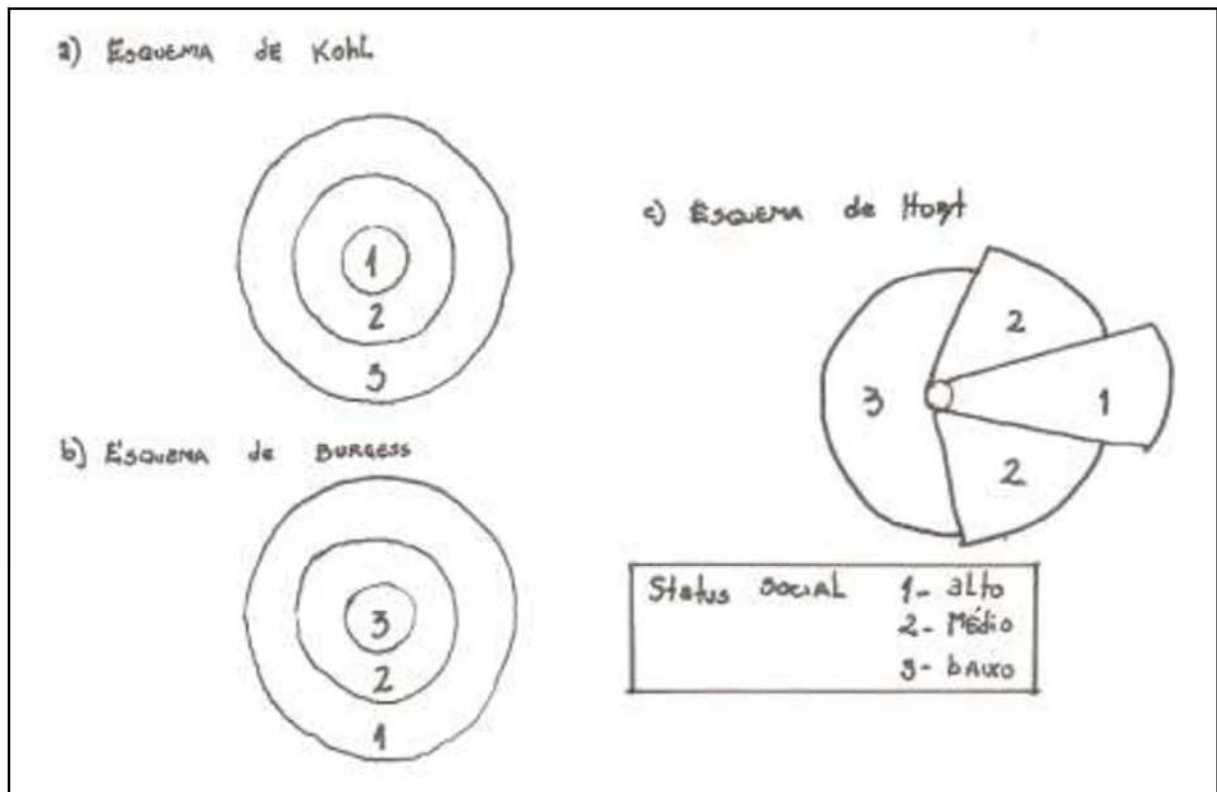
- a) o Estado, que orienta a organização espacial das cidades;
- b) os grandes empresários industriais e comerciais, que necessitam de terrenos amplos e baratos, cuja localização interfere nos outros usos do solo, modelando a forma urbana;
- c) os proprietários de terras, interessados na remuneração de sua reserva fundiária, ou seja, comprometidos com o valor de troca da terra e não com o valor de uso;
- d) os promotores imobiliários, que correspondem a agentes que transformam o capital-mercadoria em capital-dinheiro, acrescido de lucro;
- e) as comunidades sociais excluídas, que buscam área de moradia em locais ambientalmente frágeis ou naqueles que não interessam ao mercado imobiliário.

Nesse sentido, a produção do espaço urbano consiste em uma lógica na qual se relacionam, fundamentalmente, o Estado, o mercado e a sociedade, cada qual com seus próprios interesses e objetivos. O conflito primordial reside no fato de que, o mercado visa à obtenção de lucro gerada pela valorização fundiária, enquanto que à sociedade interessa o valor de uso da terra urbana.

Assim, a cidade capitalista constitui um *lócus* de ocorrência de processos sociais, que criam funções e formas, organizando o tecido urbano. Para Lefébvre (1998), a reprodução dessas relações sociais constitui o papel mais importante na organização espacial da área urbanizada. Nesse sentido, o espaço age como um agente condicionante sobre a sociedade. Por exemplo, enquanto os lugares de trabalho, fábricas e escritórios constituem os locais de produção, as residências e os bairros correspondem às áreas de reprodução, definindo segregação espacial, que não corresponde apenas a um meio de privilégio para a classe dominante (CORRÊA, 1995).

Autores como Kohl (1841), Burgess (1920) e Hoyt (1939 apud CORRÊA, 1995), que se dedicaram ao estudo de evidências empíricas de distribuição espacial de classes sociais e suas frações nas cidades, reconhecem três modelos de segregação espacial (Figura 2).

Figura 2 – Representações esquemáticas de segregação espacial



Fonte: KOHL (1841); BURGESS (1920); HOYT (1939 apud CORRÊA, 1995)

O primeiro modelo, formulado em 1841, generaliza o modo como os grupos sociais estavam distribuídos nas cidades da Europa, na realidade pré-industrial. Nessa época, a elite estava presente no centro, enquanto que na periferia concentravam-se os pobres. O segundo modelo exemplifica o desenvolvimento das cidades norte-americanas na década de 1920, revelando um modelo de ocupação da cidade inverso ao anterior: os pobres residem no centro e a elite na periferia. No terceiro esquema, a segregação espacial assume um padrão de setores agregados a partir do centro.

Esses modelos de estruturação espacial se reproduzem ainda na contemporaneidade e podem ser alterados por meio de intervenções urbanas de

significativo impacto, como, por exemplo, os investimentos realizados em uma cidade com a oportunidade de um megaevento. Essa intervenção pode trazer, como consequência, novas distribuições no território, aumentando desigualdades sociais ou reequilibrando a distribuição de faixas de renda e de desenvolvimento no tecido urbano.

Retomando o conceito de produção do espaço elaborado por Santos (2008), pode-se mencionar o entendimento desse espaço geográfico a partir da constituição de fixos e fluxos, sendo que os primeiros permitem ações que modificam o próprio lugar, enquanto que os segundos são resultados diretos ou indiretos dessas ações.

Santos (1985) também reconhece que a configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um determinado país e pelos acréscimos que os homens impõem aos mesmos. A configuração territorial, - ou geográfica -, tem, pois, uma materialidade própria, mas sua existência social, isto é, real, somente lhe é dada pelas relações sociais. Essa é outra maneira de apreender o objeto da geografia (SANTOS, 2008).

Nesse sentido, a partir do entendimento da composição do espaço urbano por um “sistema de ações” e por um “sistema de objetos” (SANTOS, 2008), a questão que se coloca nesta pesquisa tende para a compreensão desse processo de ambos os sistemas em um ambiente de conformação de cidades competitivas, contexto no qual se inserem os megaeventos esportivos.

Durante a realização de um megaevento esportivo, os agentes atuantes no processo de construção do espaço urbano, anteriormente mencionados, desempenham distintos papéis de acordo com suas conveniências e interesses. Assim, a sociedade civil reconhece a oportunidade de melhoria da infraestrutura das cidades-sede, resolvendo seus problemas cotidianos e deixando um legado permanente. O mercado vislumbra a possibilidade de valorização imobiliária com a construção das estruturas e infraestruturas necessárias para o evento. Cabe ressaltar a relevância do papel estatal nesse processo. Em países como o Brasil, por exemplo, no qual temas como infraestrutura básica ainda se pautam em relevantes pendências, o Governo desempenha papel fundamental. Mesmo em países desenvolvidos, como

Espanha ou outros que sediaram megaeventos esportivos, é o ente no qual se articulam os interesses dos demais atores intervenientes no processo de estruturação urbanística. Ou seja, é no Estado que ocorrem as aglutinações de interesses que modelam as cidades. Alguns desses agentes são dominantes ou orientadores; outros, por sua vez, seguem esses líderes.

A despeito do enfoque desse trabalho centrado no estudo do processo de construção do espaço urbano com a oportunidade de megaeventos esportivos, ressalta-se a inserção da pesquisa em um âmbito mais amplo, caracterizado pelo fato de que o urbanismo contemporâneo também tem sido pautado em políticas que impulsionem as cidades a se tornarem mais competitivas.

É nesse contexto que os grandes centros urbanos podem oferecer vantagens comparativas para a localização industrial e para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, gerando espaços urbanos adaptáveis às necessidades dos seus diversos agentes.

Assim, cabe ao Estado a regulamentação do uso e da ocupação do solo de forma a evitar desequilíbrios sociais e de infraestrutura básica, restringindo a supervalorização especulativa e garantindo o acesso democrático à cidade, de modo que, com a oportunidade de um megaevento esportivo, por exemplo, os efeitos benéficos sejam compartilhados por todos.

2.1.1 Transformação morfológica do espaço urbano

A abordagem desta pesquisa se volta predominantemente às transformações morfológicas resultantes do processo de produção do espaço urbano. Nesse sentido, Meneses (1996) destaca três questões: a cidade, sua morfologia e sua imagem. Na presente investigação, o enfoque das análises é centrado na questão da morfologia urbana, comparativamente à forma de espacialização do planejamento no território de cidades-sede de megaeventos esportivos, bem como às estratégias de intervenção física utilizadas para sua inserção em um cenário competitivo.

Dessa maneira, cabe a interpretação de conceitos de morfologia urbana e forma da cidade, os quais são distintos para Lamas (2007). Conforme o autor, embora não tenham significados completamente distintos, suas definições se completam e contribuem para o entendimento das configurações e relações urbanísticas.

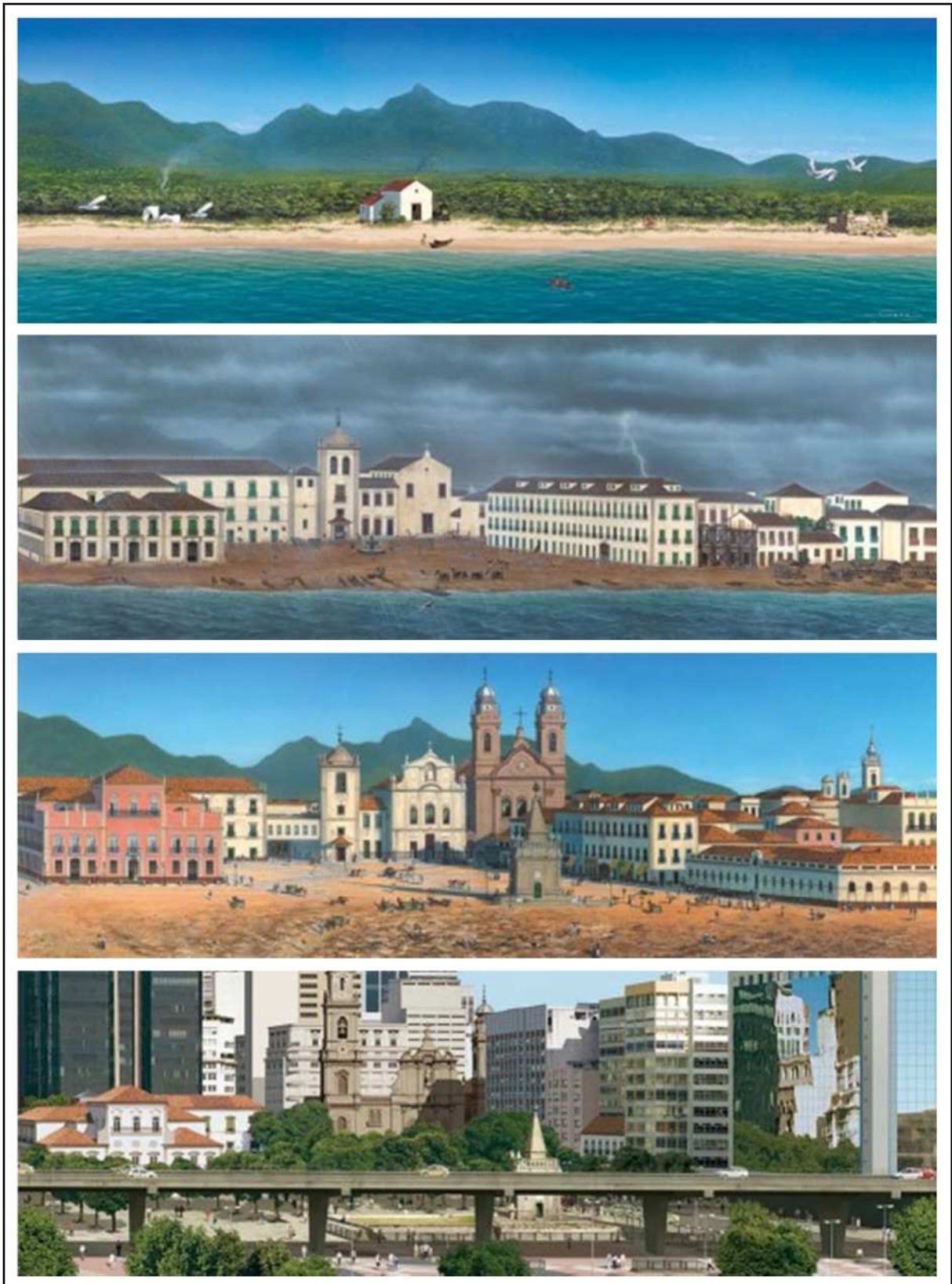
As formas não tem apenas a ver com concepções estéticas, ideológicas, culturais ou arquitetônicas, mas encontram-se indissociavelmente ligadas a comportamentos, à apropriação e utilização do espaço, e à vida comunitária do cidadão (LAMAS, 2007, p.28).

Por outro lado, o conceito de morfologia defendido pelo mesmo autor enfatiza os aspectos exteriores do meio urbano e as suas relações recíprocas, explicando a paisagem da cidade e sua estrutura.

A morfologia urbana supõe a convergência e a utilização de dados habitualmente recolhidos por disciplinas diferentes – economia, sociologia, história, geografia, arquitetura, etc – a fim de explicar um fato concreto: a cidade como fenômeno físico e construído. Explicação essa que visa a compreensão total da forma urbana e do seu processo de formação. [...] A morfologia urbana é a disciplina que estuda o objeto – a forma urbana – nas suas características exteriores, físicas e na sua evolução no tempo (LAMAS, 2007, p.38).

Lamas (2007) comenta ainda que os elementos morfológicos correspondem a unidades físicas que, associadas e estruturadas, constituem a forma. Em outras palavras, Pereira (2007) afirma que esses elementos são as variáveis do sistema urbano em arranjos e ordenamentos que seguem características próprias de seu sítio, sociedade, forças produtivas e história. Nesse sentido, a análise morfológica consiste em um meio para a interpretação do processo de produção do espaço urbano, permitindo a identificação das alterações promovidas ao longo do tempo, como no exemplo ilustrado na Figura 3, resultantes de diversas variáveis que integram a complexidade do fenômeno urbano.

Figura 3 – Vistas de transformação da paisagem urbana do Rio de Janeiro (1580,1750,1870 e 2002)



Fonte: RIO DE JANEIRO (s.d.)

Lamas (2007) entende que integram o estudo de morfologia urbana as análises sob os enfoques de:

- a) forma e contexto – sendo que “qualquer forma deve satisfazer um conjunto de critérios que se designa geralmente por um contexto” (LAMAS, 2007, p.46). Nesse sentido, o contexto das formas pode englobar tantos critérios funcionais como econômicos, tecnológicos, jurídico-administrativos ou de natureza estética e arquitetônica;
- b) forma e função – com a ênfase de que “a forma terá que se relacionar com a função de modo a permitir o desenvolvimento eficaz das atividades que nela se processam” (LAMAS, 2007, p.48);
- c) forma e figura – a forma de um fenômeno é, por outro lado, a maneira como as partes ou estratos se encontram dispostos no objeto e também, o poder de explicitar e evidenciar essa disposição (LAMAS, 2007).

Portanto, um estudo da morfologia urbana se ocupa da divisão do meio urbano em partes (elementos morfológicos) e da articulação delas entre si e com o conjunto que definem os lugares que constituem o espaço (LAMAS, 2007).

Assim, Lynch (1997) propõe a análise de elementos das cidades que se referem à sua forma física e aos efeitos perceptíveis dos objetos físicos, defendendo a ideia de que a primeira deve ser usada para reforçar o significado do desenho urbano e não para negá-lo. Nesse sentido, analisa o conteúdo da forma urbana segundo cinco categorias de elementos:

- a) vias – correspondem aos canais pelos quais o observador se locomove. O autor reconhece esse como um dos elementos mais importantes, visto que é por meio dos eixos viários que os observadores organizam os outros elementos;
- b) limites – dizem respeito às fronteiras impostas ao observador. Esses elementos têm importante característica organizacional, uma vez que confere unidade a áreas distintas;
- c) bairros – compreendem áreas de fácil identificação, tanto pela homogeneidade quanto pela heterogeneidade. São regiões grandes ou médias, que, muitas vezes, representam a estrutura de uma cidade e são

- reconhecíveis por possuírem características comuns (LYNCH, 1997);
- d) pontos nodais – se referem a “pontos estratégicos de uma cidade através dos quais o observador pode entrar; são os focos intensivos para os quais ou a partir dos quais ele se locomove” (LYNCH, 1997, p.52);
 - e) marcos – constituem elementos referenciais externos ao observador. Em geral, “os marcos são usados como indicadores de identidade ou, até de estrutura, e parece tornar-se mais confiáveis à medida que um trajeto vai ficando cada vez mais conhecido (LYNCH, 1997, p.53).

Por outro lado, Kohlsdorf (1996) estabelece outra metodologia de análise da forma urbana sob o enfoque dos efeitos topológicos e perceptivos do espaço. Por efeitos topológicos, tem-se: alargamento e estreitamento; envolvimento e amplidão; alargamento lateral e estreitamento lateral; preparação para alargamento e estreitamento; preparação para envolvimento e amplidão; preparação para alargamento lateral e estreitamento lateral. Os efeitos perspectivais relevantes são: direcionamento, visual fechada, impedimento, emolduramento, mirante, conexão, realce e efeito em y.

Considerando que a realização de megaeventos esportivos e a consequente implantação de grandes projetos urbanos têm sido adotadas como ferramentas de *city marketing* e de exposição da imagem de cidades (SANCHEZ, 2010), verifica-se a relevância dos critérios adotados por Lynch na análise da conformação da paisagem urbana contemporânea, tendo em vista, sobretudo, que os grandes projetos urbanos (GPUs) – inclusive os relacionados àqueles eventos – têm a intenção de criar marcos ou pontos nodais na malha urbana, por exemplo.

Além disso, a reestruturação física de cidades, envolvendo projetos de significativas alterações morfológicas, pode estabelecer uma nova organização e interpretação dos elementos de análise propostos por Kohlsdorf (1996), Lamas (2007) ou Lynch (1997) ao estabelecer um novo arranjo e configuração da forma urbana.

Meneses (1996) enfatiza que há elementos morfológicos que parecem dotados de conteúdo que os habilita, sozinhos, a remeterem a todo um conjunto de significações, e, até mesmo, ao espaço urbano inteiro. Lynch (1997, p.51) também

considera que “parece haver uma imagem pública de qualquer cidade que é a sobreposição de muitas imagens individuais”. O exemplo dos ícones arquitetônicos construídos para os Jogos Olímpicos de Atenas (2004), Pequim (2008) e Londres (2012) (Figuras 4, 5 e 6), ilustram o posicionamento dos dois autores, uma vez que passaram a compor a imagem simbólica da cidade-sede.

Figura 4 – Representação esquemática do *skyline* de Atenas



Fonte: GETTY IMAGES (2012)

Nota: obras destacadas (da esquerda para a direita): Partenon, Museu Arqueológico Nacional, Zappeion, Academia de Artes de Atenas, Igreja de Panaghia Kapnikarea, Catedral Metropolitana e Estádio Olímpico.

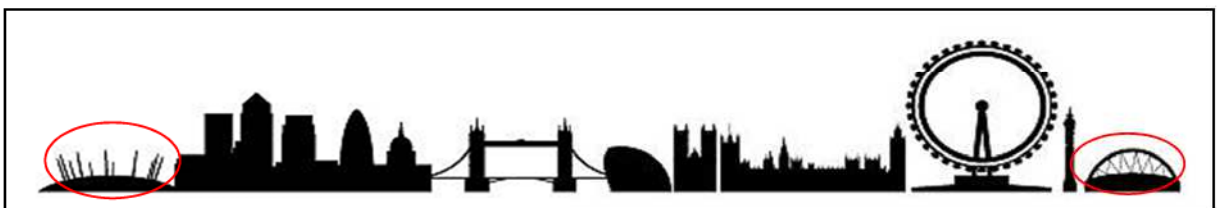
Figura 5 – Representação esquemática do *skyline* de Pequim



Fonte: GETTY IMAGES (2012)

Nota: obras destacadas (da esquerda para a direita): Praça da Paz Celestial, Yiheyuan, Cidade Proibida, Templo do Céu, Sede da China Central Television (CCTV), China World Trade Center (CWTC) e Estádio Nacional de Pequim (ou Ninho do Pássaro).

Figura 6 – Representação esquemática do *skyline* de Londres



Fonte: GETTY IMAGES (2012)

Nota: obras destacadas (da esquerda para a direita): O2 Arena, Canary Wolf, The Gherkin, Tower Bridge, Mosteiro de Westminster, Parlamento Britânico, London Eye e Estádio Olímpico.

A aproximação da presente pesquisa com os conceitos relacionados à morfologia urbana visa subsidiar a discussão dos resultados, ressaltando a maneira como a forma da cidade se estrutura em determinado momento da sua história. Segundo Holanda et al. (2000), essa conformação compreende dois elementos: as particularidades físico-materiais (volumes, superfícies, densidade, estética) do espaço e a capacidade cognitiva do ser humano, que permite compreender tais particularidades. Esses aspectos, em conjunto, atribuem à forma de cada cidade um caráter próprio, que está em constante transformação.

Nenhuma cidade possui uma forma única e permanente, pois a todo momento novos edifícios estão sendo erguidos e outros estão sendo adaptados para abrigar novas funções; ou ainda, obsoletos ou indesejáveis, são derrubados para dar lugar a novas atividades e novas formas. Às vezes, as formas permanecem, mas a sociedade lhes confere novos usos e significados (HEPNER, 2010, p.23).

Essa transformação é intrínseca ao processo de produção da forma urbana, determinado pelas relações sociais, cujas repercussões se materializam na estrutura física das cidades, seja resultado de um processo planejado ou não. Dessa maneira, as alterações físicas das cidades consistem em:

[...] um processo de consolidação *ad hoc* da forma urbana, na qual cada pedaço da cidade é gradualmente construído de acordo com uma lógica derivada do contexto social, econômico, cultural, legal, institucional e técnico vigente no momento da construção, sem conformar-se a uma intenção específica de desenho urbano (HEPNER, 2010, p.41).

Hardt et. al. (2008, p.2) comentam que a “paisagem urbana é resultantes da ação espontânea ou planejada do homem [...], estando diretamente relacionada às ações de planejamento urbano e à morfologia dos espaços que condicionam sua qualidade visual e ambiental”. Em síntese, para Hardt (2000; 2004), pode ser considerada a visualização do ambiente da cidade.

Nesse sentido, há uma série de variáveis que influenciam na conformação da forma urbana e no seu processo de transformação. Nesse estudo, esse processo é analisado sob a ótica de megaeventos esportivos, considerando, no entanto, a possibilidade de aplicação da análise aqui proposta para qualquer outro evento pertinente ao urbanismo contemporâneo.

2.2 REFERENCIAIS DE CIDADE

Ao longo da história, as cidades se desenvolveram a partir de referenciais que possibilitavam a projeção das demandas, necessidades e anseios de seus habitantes. Assim, referir-se à ao meio urbano é remeter-se a um modelo (SÁNCHEZ, 2010). Segundo Choay (1985, p.68):

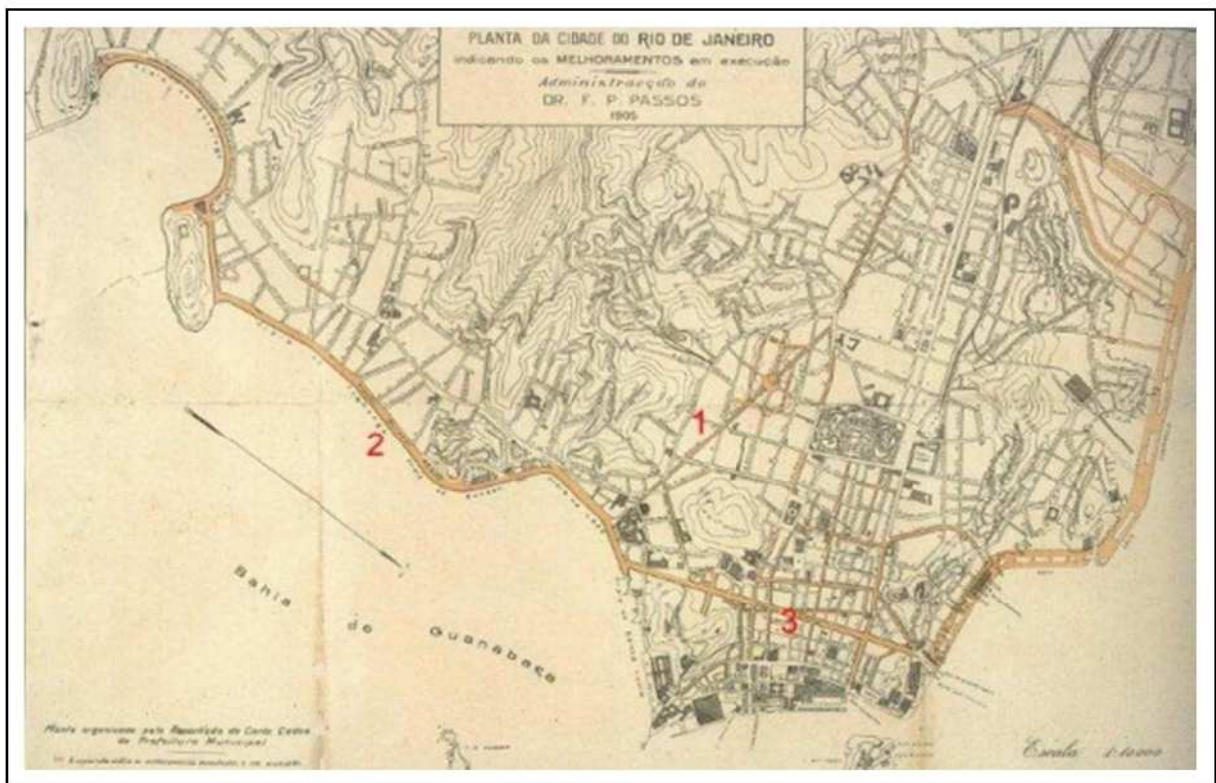
[...] à medida que a cultura ocidental aprofunda sua tomada de consciência através de uma reflexão sobre suas próprias realizações, a cidade tende a tornar-se seu símbolo por excelência, para a expressão de uma visão do mundo e de uma ideia de natureza humana.

Mesmo retomando a antiguidade clássica, a *polis* grega também era voltada à uma referência de cidade, à medida que pressupunha “um processo de dessacralização e de racionalização da vida social” (VERNANT, 1990, p.198).

Seguindo a trajetória histórica, verifica-se a presença de referenciais de cidades em vários períodos e com diversas características. Vainer (2010) assume como utopia urbana o modelo higienista adotado após a Revolução Industrial, no final do século XVIII e início do século XIX, quando as cidades se encontravam com ambientes insalubres e más condições de higiene. Essa situação foi controlada por meio da adoção de medidas que caracterizam um referencial urbanístico baseado no combate às doenças endêmicas e na disciplina da massa trabalhadora, com a liderança de médicos sanitaristas. No Brasil, um exemplo desses fatos são as alterações urbanas promovidas no Rio de Janeiro, lideradas por Pereira Passos, consistindo no ato inaugural da intervenção do Estado no espaço urbanizado. Esse remodelamento promoveu significativas mudanças morfológicas na estrutura do Rio de Janeiro, realizadas sob o pretexto de higienização da cidade, adequando-a ao *status* de capital do Brasil, com a implantação de largas avenidas e edificações imponentes.

No período de 1903 a 1906, procedeu-se a duas grandes reformas no Rio de Janeiro: a modernização da zona portuária degradada e, em seguida, a intervenção no centro histórico. Essas reformas urbanas promoveram a implantação da atual avenida Rio Branco (Figuras 7 e 8), que tinha por objetivo facilitar a ligação entre o Centro e bairros residenciais.

Figura 7 – Planta do Rio de Janeiro com destaque para as novas avenidas propostas no início dos anos 1900



Fonte: ARQUITETÔNICO (2011)

Notas: 1 = atual Avenida Governador Carlos Lacerda
 2 = atual Avenida Mendes Sá (Governador Carlos Sampaio).
 3 = atual Avenida Rio Branco.

Figura 8 – Vistas de intervenções urbanas promovidas por Pereira Passos no Rio de Janeiro



Fonte: ARQUITETÔNICO (2011)

Notas: esquerda = demolições para a construção da Avenida Central (1904-1905)

direita = Teatro Municipal, uma das obras mais importantes de Pereira Passos

Anos mais tarde, e já com a conformação de outros ideais e necessidades, esse referencial de cidade sanitaria cedeu lugar ao modelo modernista, liderado por arquitetos urbanistas, com destaque para o arquiteto francês Charles Édouard Jeanneret (Le Corbusier). A cidade modernista foi pensada, sobretudo, para ser funcional. “O modelo, no fundo, é a própria oficina fabril, pautada pela racionalidade, pela funcionalidade” (VAINER, 2010, p.27).

Para Choay (1998), enquanto alguns pensadores, como Charles Fourier, Tony Garnier, Le Corbusier, Walter Gropius e o grupo do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), voltaram-se para o modelo de cidade modernista; outros, porém, tenderam ao culturalismo, como William Morris, Ebenezer Howard e Raymond Unwin, mais voltados às necessidades espirituais.

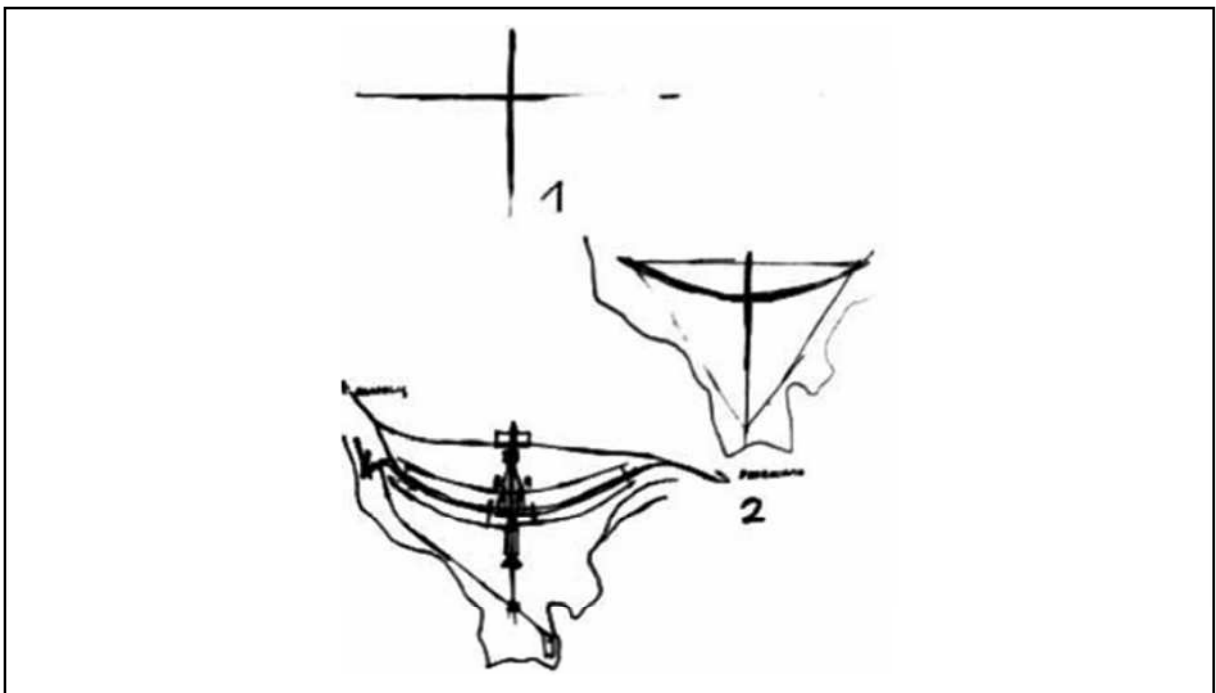
A respeito dessas propostas, Choay (1998) comenta que a cidade foi pensada como objeto e não como processo, sendo extraída da temporalidade e tornando-se utópica, ou seja, de lugar nenhum.

Dentre outras referências que surgiram, entre as quais a progressista, com a cidade moderna, a culturalista, com a cidade-jardim, por exemplo, e a naturalista, defendida por Frank Lloyd Wright, a primeira foi a que atingiu maior expressão.

Muitas cidades se desenvolveram pautadas nessa referência, que separava e zoneava a cidade por funções (habitar, trabalhar, circular e cultivar o corpo e o espírito), defendidas na Carta de Atenas, de 1933 (CHOAY, 1998). Anos mais tarde, revendo os resultados da aplicação desse modelo, verificou-se que esse processo incentivou o esvaziamento de centros urbanos e a periferização, segregando classes sociais (CHOAY, 1998).

Brasília consiste em um exemplo de espacialização morfológica dos preceitos modernistas. Dividida e estruturada por dois eixos que se cruzam em ângulo reto (Figura 9), a proposta do Plano Piloto sintetiza o ideário da Carta de Atenas e o bucolismo da cidade-jardim inglesa, presente no cinturão verde que protege as superquadras (CASTELO BRANCO, 2006).

Figura 9 – Representações esquemáticas do Plano Piloto de Brasília



Fonte: LEITE (2009)

Notas: 1 = estrutura inicial do Plano Piloto de Brasília
2 = conformação do Plano Piloto de Brasília

Mais recentemente, com a conformação da cidade global, os problemas urbanos cresceram e se tornaram mais complexos. Powell (2002) afirma que o crescimento e

a mudança devem ser aceitos, tendo em vista experiências de planejadores que negaram cidades existentes, criando outras, e não obtiveram êxito.

Dentre os movimentos contemporâneos que abarcam a concepção de um referencial de cidade, o *new urbanism* pretende valorizar as relações de vizinhança, tendo sido implantado em áreas de expansão urbana (LARA, 2001). Outra corrente de pensamento defende a concentração de altas densidades como forma de promover o desenvolvimento tecnológico (LEITE, 2004).

Todos esses referenciais influenciam a forma de interpretação da cidade atual. No entanto, Magalhães (2007) expõe que o descaso com a cidade existente é fundamentado na idealização do futuro. Por outro lado, Duarte (2007, p.128) afirma que “a cidade é formada pela sobreposição de camadas de outras cidades que existiram antes. A alma da cidade encontra-se na sobreposição de vivências urbanas que formam a cidade cotidianamente”.

Vainer (2010, p.24) afirma que agora a “cidade modelo é a cidade mercadoria”, comprada e vendida em sujeição a operações de *marketing*. Assim, passa a ser pensada como empresa e a ser inserida em um processo de competição global. Nesse contexto, surge uma nova forma de pensar a cidade por meio do chamado “planejamento estratégico”. Esse instrumento de gestão “[...] adaptado às características de flexibilidade e dinamismo da economia globalizada, contrapõe-se ao planejamento funcionalista modernista e busca referências em parâmetros ligados à gestão empresarial” (FERREIRA, 2000, p.15).

Essa contraposição entre o planejamento estratégico e o planejamento funcionalista altera de forma significativa os regimes urbanos. A concepção do modelo de gestão estratégica, indutora e promotora do desenvolvimento, e fundamentada também na competitividade, passa a não dialogar com a dinâmica impositiva do planejamento racional-funcionalista tradicional. Dessa forma, Ascher (1994) comenta que a preocupação do gestor público desloca-se da regulamentação do uso do solo urbano e provisão de infraestrutura básica para a criação de empregos, geração de renda, atração de investimentos e inserção competitiva.

O planejamento urbano racional-funcionalista, cuja concepção incluía a elaboração de planos diretores, entra em crise em virtude dos fenômenos de globalização e informatização e da reestruturação da sociedade em redes e das cidades em hierarquias, gerando espaços competitivos e cedendo lugar para o modelo de planejamento estratégico, o qual tem na origem da sua concepção a adoção de intervenções pontuais, apoiadas no contexto de mercado, com agressivo *marketing* urbano.

Assim, a partir de 1980, presencia-se uma transição da forma de gerir a cidade principalmente por meio de políticas de provisão de infraestrutura básica para um comportamento empresarial, modelo este designado por Ascher (1995) como empresariamento urbano estratégico. Dessa maneira, o pressuposto de “intervenção” (essência do planejamento racional-funcionalista tradicional) é substituído pela ideia de atração de negócios e competitividade. Nesse contexto, “as cidades são feitas a golpes de projetos, de pedaços, substituindo-se, em parte, as lógicas de zoneamento e de setorização do período precedente” (ASCHER, 1994, p.90).

No Brasil, o referencial de cidade pensada a partir do planejamento estratégico foi difundido a partir da década de 1990, surgindo como uma crítica ao planejamento urbano tradicional e caracterizado pela produção de espaços espetaculares e globais. Para Harvey (1996, p.48):

A mobilização do espetáculo é o traço mais característico do urbanismo pós-moderno (pós-fordista ou pós-industrial), consubstanciando-se, ao mesmo tempo, em instrumento e signo de unificação política, que tanto serviria à pacificação dos conflitos de classe (em uma conjuntura de aumento do desemprego e da pobreza), quanto à competição interurbana pela atração de empresas e pelo consumo dos ricos. [...] A ideia do espetáculo estaria, ainda, presente na monumentalidade dos edifícios localizados nas áreas centrais das cidades [...], simbolizando toda a pujança de sua economia, o poder e a dominação de suas empresas transnacionais.

Como crítica a esse processo, Gonzáles e Villavicencio (2006) argumentam que, nessa concepção de planejamento estratégico como modelo urbano, os interesses empresariais se sobrepõem às demandas públicas, construindo uma cidade sem cidadãos. Na mesma linha de pensamento, Limonad (2005) comenta a ocorrência da segregação entre as áreas mais desenvolvidas e as mais pobres, uma vez que a

cidade já não é mais pensada para o uso de seus habitantes, mas para o consumo global.

Ao refletirem sobre esse modelo de gestão, Bouinot e Bermils (1995, p.14) destacam que:

A gestão urbana tem um objetivo específico de ação, o espaço, mais precisamente o manejo e a animação de um território; ela deve também satisfazer, além de a um critério universal de eficácia, a um critério suplementar de igualdade. Há razões essenciais que fundamentam a gestão estratégica de cidades sobre questões que não proviriam da mera entrada no mundo do negócio [...] convém mencionar uma diferença fundamental entre a gestão privada e a gestão urbana. A primeira possui o objetivo único da eficácia, a segunda, base da gestão pública, deve satisfazer simultaneamente um critério de eficácia econômica e um critério de equidade social na ocasião de cada decisão.

Essa nova maneira de planejar a cidade torna necessárias as adaptações às constantes mudanças econômicas e as respostas aos interesses privados sobre determinadas áreas da cidade que se reproduzem nas normas urbanísticas que regem o meio urbano. Nacif (2007, p.8) comenta que:

As alterações da legislação urbanística, produzidas ou ensejadas no final do século XX e início do XXI, têm sido orientadas predominantemente para e pelos interesses privados, reafirmando um planejamento urbano competitivo, reafirmado pelas demandas das empresas e dos mercados, agora globais. Essa nova feição do planejamento tem sido acompanhada, no que diz respeito às alterações estruturais, pelo 'encolhimento' do papel regulador do Estado.

Como forma de impulsionar o desenvolvimento e gerar respostas às necessidade do referencial de cidade estratégica, é necessária a formulação de instrumentos legais de menor rigidez e mais eficácia para a gestão. Para tanto, deve-se levar em consideração as mudanças na estrutura do poder local e a articulação de diferentes alianças e interesses, visando à obtenção de resultados em curto prazo e de visibilidade internacional (FRIEDMANN, 1992; RIBEIRO; KLEIMAN, 2006).

Dessa maneira, a gestão empresarial da cidade torna-se o modelo urbano vigente a ser seguido por todos os centros urbanos que querem se tornar competitivos e visíveis no cenário internacional, com os atores privados ganhando espaço nos processos decisórios e na política urbana.

No entanto, cabe ressaltar que, a despeito desse contexto, é possível verificar que a realidade do empresariamento urbano não é unanimidade em todas as cidades contemporâneas. De modo geral, observa-se que em cidades de países em desenvolvimento os esforços estão centrados, sobretudo, na resolução de questões básicas pendentes, como a infraestrutura, por exemplo. No Brasil, a execução de grandes projetos urbanos (GPUs) vinculados à resolução de questões habitacionais, de saneamento básico e de mobilidade urbana, inseridas no denominado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tem sido prioritária na agenda de ações do Estado, sobre outras destinadas a metas que visem exclusivamente a inserção das cidades brasileiras em um cenário de competitividade mundial. Além disso, essas obras de GPUs também podem alterar substancialmente as estruturas morfológicas urbanas.

Por outro lado, existem outras realidades urbanísticas com maior vocação para implantação de GPUs, como forma de produção de novas imagens e simbolismos, revitalizando áreas urbanas com o intuito de torná-las mais competitivas. Obras como as realizadas para os Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992, e para o Fórum das Culturas, na mesma cidade em 2004, bem como as Docklands, em Londres, e o Museu Guggenheim, em Bilbao; ilustram esse processo.

Partindo do ideário de que cidades são concebidas a partir de referenciais, propõe-se, a seguir, a reflexão sobre as causas de algumas delas se tornarem referências e sobre as características que as tornam paradigmáticas para as demais. Na discussão sobre a transformação da cidade em mercadoria e a sua consequente venda como produto, observa-se que Barcelona é considerada um “modelo de sucesso” a ser seguido, posto que compreendeu uma inflexão urbana que permitiu o alcance de uma situação de destaque perante as cidades globais. A partir dessa constatação, observa-se que em vários centros urbanos, como o Rio de Janeiro, por exemplo, tem se tentando seguir a trajetória percorrida por Barcelona, assemelhando-se, sobretudo, na recepção de megaeventos esportivos. Nesse contexto, é relevante ressaltar que é no Estado que ocorrem as aglutinações e as negociações de transformação do espaço urbano, pautadas em referenciais pré existentes.

2.3 MERCADORIZAÇÃO DAS CIDADES

As cidades globais, como Nova Iorque, Tóquio ou Londres, apresentam características similares, que lhes conferem essa classificação: são sedes das maiores multinacionais e concentram as finanças e decisões financeiras, além de abrigar boa parte do comércio internacional (GAPPERT, 1987).

Acompanhando a evolução urbana até o “surgimento” das cidades globais, verifica-se que a aglomeração nas áreas urbanizadas, importante para a viabilidade das trocas comerciais, foi um dos elementos pioneiros para a explicação da estrutura e função dos territórios, concentrando, em si, pessoas e atividades. O passo seguinte foi determinado pelo progresso nos meios de circulação, cuja configuração provocou alterações na organização do espaço. Facilitando a circulação de bens e pessoas, a mobilidade contribuiu sobremaneira para o crescimento das cidades. Assim, aquelas com melhores condições nesse quesito colocavam-se em uma posição hegemônica e privilegiada, com a concentração de maior número de atividades, pessoas e informação (COUTADA; NOGUEIRA, 1997).

Uma nova lógica surgia: a da interação espacial, ou do incremento de contatos. A cidade criava assim dependências das cidades que as envolviam, as quais se traduziam em proveitos e benefícios para a primeira. [...]. E as cidades cresciam e ganhavam notoriedade, importância. Uma mais do que as outras definindo-se uma hierarquia (COUTADA; NOGUEIRA, 1997, p.296).

Portanto, havendo hierarquia, há clara preocupação em operar uma evolução urbana, promovendo o controle e a liderança sobre outros centros. Dessa forma, tem início a competição entre as cidades (CAMAGNI, 1993).

Esse processo de competição é caracterizado por Lefebvre (1998) como um fenômeno recente, o qual indica a crescente importância do espaço nas atuais estratégias do capital.

As novas redes de comunicação, informação e troca não se descolam de seus contextos sociais que constituem os vários mercados: local, regional, nacional e internacional, mercados de produtos, mercados de capitais, mercado de trabalho, mercado de obras, símbolos e signos e, por último, o mais recentemente criado, o mercado do espaço (LEFEBVRE, 1998, p.86).

Nesse cenário, estrutura-se uma estratégia global de ação urbanística: a concretização no território da chamada “sociedade de consumo dirigido”, os processos de renovação urbana e a imposição de um ideário de felicidade produzido a partir do consumo da própria cidade (LEFEBVRE, 1978).

Assim, Lefebvre (1978) reconhece que o espaço é vendido, transformado em mercadoria de caráter político e estratégico, constituindo um instrumento de poder. Para Babo, Fernandes e Marques (1997), a atratividade de uma cidade é delineada pelos seguintes elementos: dinâmica do setor comercial; capacidade de criação de emprego; visibilidade e oferta da imagem de ensino e formação; e qualidade dos lugares públicos e animação urbana. Esses são fatores que contribuem na “venda” do chamado “espaço mercadoria”.

Segundo Sánchez (2010, p.46), “o valor de troca, impresso no espaço mercadoria, se impõe ao seu uso e, assim, os modos de apropriação passam a ser determinados cada vez mais pelo mercado”. Portanto, acentua-se a separação entre o público e o privado, ocorrendo o acesso aos mesmos pela mediação do mercado.

Dessa forma, o mercado imobiliário, por exemplo, não negocia apenas um imóvel, vendendo também uma parcela do espaço alterado pelo urbanismo (SÁNCHEZ, 2010). A venda desse espaço assemelha-se à de estilos de vida.

De acordo com Villaça (1998), o espaço urbano é produzido a partir do trabalho social; por consequência, apresenta um valor. Assim, o comprador desse espaço adquire um “valor de uso” pelo mesmo. “O adquirente é detentor de uma distância, aquela que interliga sua habitação a lugares, os centros de comércio, de trabalho, de lazer, de cultura, de decisão” (LEFEBVRE, 1999, p.391). Nesse sentido, Villaça (1998, p.79) afirma que “o preço da terra urbana tem, portanto, dois componentes. Um que decorre do seu preço de produção, e outro que é um preço de monopólio”.

A produção desse espaço, tratado como mercadoria, contempla também a produção de representações que o acompanham (SÁNCHEZ, 2010), por meio de signos e imagens em uma linguagem global. Harvey (2000) comenta que, atualmente, tem-se procurado criar imagens positivas das cidades, por meio de projetos urbanos que atendam a essa necessidade. “Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas [...]” (HARVEY, 2000, p.91-92).

Dessa maneira, torna-se cada vez mais evidente a posição assumida por gestores urbanos, técnicos ou políticos, no sentido de intervir na cidade com a meta de mostrá-las e destacá-las no mercado mundial. Esse processo se dá pela sua exposição na mídia, com a iniciativa de demonstrar as suas potencialidades no cenário global. “A mercadotecnia da cidade, vender a cidade, converteu-se [...] em uma das funções básicas dos governos locais” (BORJA; DE FORN, 1996, p.33).

Em sua obra “A vantagem competitiva das nações”, Porter (1989) comenta que as diferenças nos valores nacionais, na cultura, nas estruturas econômicas, nas instituições e na história são fatores que contribuem para o êxito competitivo, compreendendo um processo localizado.

No entanto, Sánchez (2010) comenta que, na década de 1990, as políticas de promoção de diversas cidades apresentavam algumas semelhanças, embora tenham sido elaboradas em contextos urbanos e políticos diferentes, tais como: Glasgow (Escócia) e Lille (França), Birmingham (Inglaterra) e Bilbao (Espanha), Lisboa (Portugal) e Montpellier (França), Lyon (França) e Córdoba (Espanha), Sevilla (Espanha) e Rio de Janeiro (Brasil), Barcelona (Espanha) e Curitiba (Brasil).

Essas semelhanças, nas imagens e nos discursos produzidos, demonstram a universalidade dos processos de produção do espaço global (SÁNCHEZ, 2010). Portanto, a despeito das singularidades culturais e políticas das cidades, pode-se dizer que elas vêm sendo vendidas de modo similar.

Para efetivar a venda das cidades dentro das políticas do Estado, torna-se

necessário o cumprimento de uma agenda de ações estratégicas que envolvem transformações exigidas para a sua inserção nos fluxos globais (SÁNCHEZ, 2010). Nesse contexto, essas ações estratégicas têm como objetivo central destacar as cidades no cenário globalizado, remetendo a uma imagem de sucesso e progresso.

No entanto, essas ações, que por vezes são remetidas a grandes obras (GPUs) e à previsão de amplas estruturas, dependem uma soma considerável de recursos, que não inviabilizam, porém, a iniciativa dos poderes públicos e privados em investi-los, a fim de disponibilizar a cidade à venda.

Nesse âmbito, as administrações das cidades passam a competir por investimentos privados e por eventos de prestígio internacional (THORNLEY; NEWMAN, 1996), procurando reunir um conjunto de pré-requisitos que convençam o agente financiador sobre a importância de suas ações. Coutada e Nogueira (1997) reconhecem que as principais formas de atrair esses investimentos compreendem a proposição de um GPU ou a realização de eventos de prestígio e reconhecimento internacional.

Falamos de acontecimentos de índole desportiva, como são os Jogos Olímpicos ou os Campeonatos Europeus e Mundiais de uma modalidade esportiva midiática e que reúna em seu entorno um número elevado de adeptos (espectadores e telespectadores). São exemplos: a realização dos Jogos Olímpicos de Barcelona em 1992, o Campeonato Europeu de Futebol da Inglaterra em 1996 (Birmingham, Manchester, Londres, entre outras, foram cidades anfitriãs) (COUTADA; NOGUEIRA, 1997, p.297).

Por outra perspectiva, esse processo de promoção das cidades envolve uma série de atores: gestores locais, proprietários de imóveis urbanos e empresas de construção civil, por exemplo. Thornley e Newman (1996) comentam que a gestão local pode ser um facilitador para a exposição da cidade, seja por meio de apoio institucional ou financeiro, seja por intermédio de ajustes de regulamentos municipais face a novas conjunturas.

De qualquer modo, o sucesso dessa tentativa de promoção da cidade é resultado de um trabalho de equipe e da intervenção dos mais variados atores políticos, econômicos e sociais. Assim, formas de cooperação e associativismo ganham importância na viabilização de políticas públicas elaboradas para essa finalidade

(COUTADA; NOGUEIRA, 1997).

Nesse sentido, Harvey (2000, p.212) comenta sobre a semelhança no gerenciamento de uma cidade, no tocante à experiência do espaço, comparado ao de uma empresa, afirmando que:

O incentivo à criação do mercado mundial, para a redução de barreiras espaciais e para a aniquilação do espaço através do tempo é onipresente, tal como o é o incentivo para racionalizar a organização espacial em configurações de produção eficientes (organização serial da divisão detalhada do trabalho, sistemas de fábrica e de linha de montagem, divisão territorial do trabalho e aglomeração em grandes cidades), redes de circulação (sistemas de transporte e comunicação) e de consumo (formas de uso e de manutenção das residências, organização comunitária, diferenciação residencial, consumo coletivo nas cidades)

Por conseguinte, tendo sua gestão similar à de uma empresa, deixam de ser prioridades de intervenção na cidade as políticas que preveem os princípios de equidade para ação no território. Ao inverso, o que se torna relevante é uma escolha de políticas e de ações de planejamento orientadas para servir aos mercados e destinadas à demanda de usuários específicos, enfatizando a competitividade. Sánchez (2010, p.51) argumenta que “[...] a ‘integração das cidades no novo mapa do mundo’, pela sua repetição exaustiva, vem se reafirmando como uma verdadeira receita, convocação para o sucesso, condição *sine qua non* para a sobrevivência delas no mundo atual”.

Tendo em vista que, nesse processo, a procura por elementos de competitividade é central e dominante nos meios políticos e técnicos da gestão urbana, as questões sociais e ambientais se estabelecem em segundo plano. Sobre o assunto, Coutada e Nogueira (1997) demonstram preocupação com relação aos projetos urbanos inseridos nesse cenário de competitividade, destacando que absorvem investimentos e atenções, porém contribuem para a desqualificação ambiental e, até mesmo social, gerando danos à sociedade.

Por sua vez, outro fator decisivo para a inserção das cidades na competição global diz respeito à conjuntura de estruturação das economias em rede e de produção de serviços altamente especializados, atendendo necessidades de grandes empresas multinacionais. Essa tendência pode ser identificada em algumas cidades globais

(SASSEN, 1996).

Esse tipo de desenvolvimento urbano, pautado na competição global, também encontra suas bases no chamado “planejamento estratégico” que, associado ao mecanismo de venda de cidades, produz contextos a serem seguidos por aquelas que pretendem perseguir esse caminho, constituindo as chamadas “cidades modelo”. Esse é o caso de Barcelona, que desde 1992 é referência devido à sua estruturação para recepção dos jogos olímpicos e cujo modelo vem sendo exportado pelo mundo por especialistas catalães. Sánchez (2010, p.52-53) comenta que “esse modelo encontra, na América Latina e particularmente no Brasil, canais ampliados de difusão, por meio de ações integradas entre agências multilaterais e consultorias internacionais, principalmente as catalãs”.

Esses projetos são repetidos em várias cidades voltadas à inserção competitiva, embora se argumente que envolvem “procedimentos que respeitam as características locais” (BORJA; CASTELLS, 1997, p.144). Sánchez (2010, p.60) concorda com a existência de similaridades nesses projetos, em que há “um recorrente atendimento a um receituário externo com escassas ou ausentes âncoras em projetos de base regional”. As características comuns apontadas como necessárias à competitividade da cidade correspondem à construção de infraestrutura para facilitar a passagem do modelo espacial industrial para o terciário avançado, à modernização de componentes de transporte, à criação de distritos empresariais e financeiros, à produção de espaços residenciais de alto padrão, à geração de novas centralidades e à renovação de áreas centrais (SÁNCHEZ, 2010).

Para viabilizar essa necessária exposição da cidade na mídia, o *city marketing* constitui a ferramenta principal para interferir nas decisões tanto de localização de empresas quanto de consumo e de destinos de viagem, fomentando o processo competitivo. Harvey (1993) reforça que, além da atração de investimentos, a condução de políticas que mantenham um adequado ambiente de negócios está associada à atração de consumidores externos para a expansão do seu mercado.

Nesse sentido, Coutada e Nogueira (1997) afirmam que a promoção da imagem urbana é um dos elementos determinantes nos processos de competição entre cidades e do seu destaque e liderança nesse cenário, associando a condição urbana a uma imagem que se quer vender.

Parte desse contexto, o *city marketing* pode ser definido como percepção das vantagens para a obtenção de investimentos privados e para a decorrente preparação de estruturas de parcerias. Nesse âmbito, constitui um processo de aproximação das atividades urbanas às demandas de clientes-alvo, visando à maximização da eficiência social e à eficácia econômica segundo os objetivos estabelecidos (ASHWORTH; VOOGD, 1991).

Segundo a própria definição por Kotler (1986, p.7), um dos teóricos mais conhecidos da área, “*marketing* é o processo de planejamento e movimento de um produto do provedor àqueles que irão utilizá-lo”, encontrando-se incompleto até o cumprimento total dessas funções. Pela ótica de Lindon et al. (2004), pode ser entendido, de modo geral, como o conjunto de meios e métodos utilizados para promoção dos comportamentos favoráveis à realização dos seus próprios objetivos.

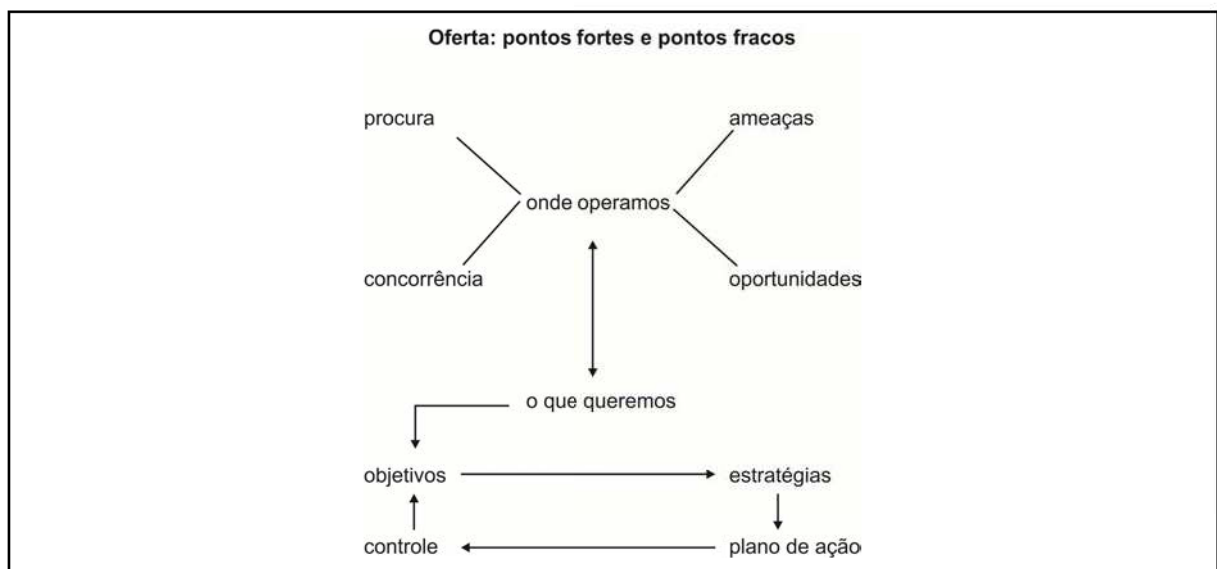
Dessa forma, várias estratégias podem ser adotadas para promover as cidades, mas é comum a presença de um GPU, o qual se insere na lógica do *marketing* urbano e da mercadorização urbanística. A cidade passa, então, a ser tratada quase que como um gênero econômico e, portanto, como um produto que necessita de uma forte imagem, ou seja, de uma identidade.

Com relação à temática urbana, os conceitos apontados para definição de *marketing* passam a ser percebidos à medida em que são avaliadas as potencialidades e recursos das cidades, com seu posicionamento em relação a outras com as quais competirão, a partir da definição de “estratégias de afirmação, reforço ou conquista de uma imagem [...] que as destaque, que as identifique e/ou com as quais sejam identificadas” (COUTADA; NOGUEIRA, 1997, p.302).

O diagrama apresentado na Figura^o10, desenvolvido por Lendrevie, Romain e

Lindon (1995³ apud COUTADA; NOGUEIRA, 1997), mostra os elementos que os autores consideram como pilares do processo de promoção urbana. Pode-se destacar, além da importância da contextualização da cidade em um grupo de outras com as quais está competindo, a necessidade de se conhecer a demanda, ou seja, a procura e a avaliação das potencialidades existentes.

Figura 10 – Diagrama de processos de promoção e *marketing* de uma cidade



Fonte: Adaptado de Lendrevie, Romain e Lindon (1995¹ apud COUTADA; NOGUEIRA, 1997).

No entanto, quando se trata de cidade, qualquer intervenção visando à sua promoção terá um longo período de vida no espaço urbano, uma vez que os efeitos de ações dessa natureza são mais perenes. Assim, ressalta-se a importância de análise e avaliação das transformações urbanas propostas com essa finalidade.

Segundo Coutada e Nogueira (1997, p.305), “as diferentes dinâmicas de crescimento e desenvolvimento verificadas nas cidades de hoje definem uma hierarquia que conduz à competição entre as mesmas”.

Nesse âmbito, busca-se fortalecer a identidade, proveniente das transformações e do reforço da imagem de cada cidade. Portanto, cabe aos gestores urbanos, sejam técnicos, sejam políticos, a decisão com relação às estratégias a serem assumidas

³

Ver contextualização dos autores em:
LENDREVIE, J.; ROMAIN, L.; LINDON, D. **Mercator**: teoria e prática de *marketing*. 5.ed.
Lisboa: Dom Quixote, 1995.

para a promoção das cidades no contexto mundial de mercadorização do espaço urbano, de modo a inseri-las no círculo daquelas consideradas “notáveis” e que representem referências a serem seguidas pelas demais.

No entanto, a despeito da busca pela conformação de um cenário urbano competitivo, há que se ressaltar que essas questões não se aplicam de maneira equânime em todo o contexto do urbanismo contemporâneo. Algumas cidades têm sua inserção em um ambiente de competitividade a partir da ampliação da sua influência no cenário global enquanto outras são voltadas à resolução de seus problemas cotidianos, buscando a melhoria da estrutura física do seu meio urbano e da qualidade de vida de seus habitantes por intermédio da resolução de questões urbanísticas básicas. Em cidades inseridas nessa conjuntura, a presença e a implementação da figura “*city marketing*” tem menor importância.

Ainda, analisando essas questões sob a ótica da ocorrência de megaeventos esportivos, é possível verificar que as cidades nomeadas para a sua realização tornam-se sedes porque constituem ambientes competitivos, processo reverso àquele defendido por alguns autores, a exemplo de Mascarenhas (2008), Rodrigues (2013) e Vainer (2012) que afirmam que os megaeventos podem tornar as cidades competitivas. O próprio caso do Rio de Janeiro é emblemático, assim como os de Barcelona e Londres. De acordo com os estudos de Sasken (1996), esta última é destacada no cenário global e esse fator foi relevante para a sua nomeação como sede dos Jogos Olímpicos de 2012.

Da revisão e reflexão sobre a lógica de conformação de um espaço urbano competitivo, verifica-se que os megaeventos esportivos incluem-se em um contexto mais amplo, integrando o urbanismo contemporâneo, atuando não como causa, mas como resultado do processo de configuração da competitividade, o qual sofre alterações ao longo do tempo, uma vez que é resultante de uma série de variáveis que participam da construção desse ambiente urbanizado.

2.4 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

Algumas cidades ao redor do mundo realizam eventos culturais, religiosos e competitivos, dentre outros, fundamentais para as suas comunidades e para a sociedade como um todo. Esses acontecimentos representam significativa contribuição para o ambiente construído, tendo em vista que muitas vezes constituem um meio para exposição de novas tecnologias ou compreendem o ponto chave de um processo de regeneração urbana.

Um evento pode ser classificado como mega, segundo a sua escala. Roche (2000, p.1) afirma que:

Megaeventos são eventos de larga escala cultural [...] que tem uma característica dramática, apelo popular massivo e significância internacional. Eles são tipicamente organizados por combinações variáveis de governos nacionais e organizações internacionais não governamentais e ainda podem ser ditos como importantes elementos nas versões “oficiais” da cultura pública.

Esta investigação está focada no estudo das repercussões espaciais ocasionadas por megaeventos esportivos (MEEs), cujos exemplos clássicos marcantes são os jogos olímpicos e os torneios da copa do mundo, capazes de atrair a atenção mundial, além de incrementar o turismo nas cidades-sede.

Em relação às demais tipologias de megaeventos, os esportivos, sobretudo os jogos olímpicos, apresentam características singulares, que residem no fato de que, de modo geral, a sua realização envolve a preparação das cidades-sede por meio da implantação de pacotes residenciais, que correspondem às vilas olímpicas, destinadas ao alojamento de atletas e que, posteriormente à realização do evento, convertem-se em unidades de moradia. Além disso, a realização de jogos olímpicos envolve a criação de equipamentos esportivos e a preparação da rede de mobilidade urbana de suas sedes, o que caracteriza alterações urbanas estruturais específicas para a realização desse evento, as quais não estão, muitas vezes, na pauta de adequação de cidades-sede de outros tipos de megaeventos.

Além disso, embora exista a necessidade de previsão de equipamentos esportivos para uma cidade ser anfitriã de eventos dessa natureza, há outros aspectos envolvidos, que vão além da previsão de um local para competições. Há consenso de que um MEE não está relacionado apenas ao esporte, mas envolve política e economia (ANDRANOVICH et. al., 2001; ESPY, 1979; LENSKYJ, 2000). Uma evidência dessa constatação reside no fato de que os líderes das cidades-sede não pensam em olimpíadas apenas como esporte, mas como oportunidade para viabilização de itens da sua própria agenda urbana (HILLER, 2007).

Esse tipo de evento tem a capacidade de atrair a atenção do mundo todo, configurando-se, dessa forma, como importante ferramenta de *city marketing*, uma das razões pela qual se justifica a opção por sediar um acontecimento desse porte. A atenção da mídia, antes e durante os jogos, pode criar a projeção de uma nova imagem, identidade e capital simbólico para a cidade. Esse capital tem o potencial de gerar investimentos empresariais e turísticos, mesmo depois da ocorrência do evento (HARVEY, 1989; HILLER, 2000). Além de criar uma atmosfera de festa que reúne pessoas de todo o mundo, também serve para mostrar as realizações de um país, e pode tornar-se símbolo de orgulho nacional (MENDEZ, 2010).

Segundo Monclús (2003), além dessa visibilidade mundial, hospedar um megaevento significa a possibilidade de renovar a imagem de uma cidade, utilizando-o como catalizador de determinadas operações urbanas, envolvendo grandes projetos de cunho estratégico. Portanto, os MEEs são instrumentos também de competitividade entre cidades, refletindo no aumento da indústria cultural do espetáculo urbano (BRALIBEA, 2006).

Os MEEs são reconhecidos como capazes de deixarem marcas nas cidades-sede, tanto de caráter físico quanto de cunho socioeconômico. Embora os custos para a sua viabilização sejam elevados, acredita-se que esses esforços sejam compensados pela catalisação de importantes intervenções de transformação urbanística, sendo um meio para concentrar – nacional e localmente – a atenção em melhorias gerais, projetos de infraestrutura e expansão da cidade. Para Hiller (2007), o impacto mais concreto, a longo prazo, está relacionado com o ambiente construído. De fato, um dos aspectos exclusivos dos jogos olímpicos como

megaevento é que, embora seja um acontecimento de curto prazo, quase sempre envolve custos significativos de capital para a construção de edifícios especializados e para a efetivação de melhorias infraestruturais.

Além disso, eventos esportivos, como os jogos olímpicos, por exemplo, representam oportunidades para a demonstração de especialização e capacidade de inovação (ESSEX, 2010). Comumente, as cidades-sede usam novos *designs* e materiais nas instalações projetadas para essa finalidade. Os Jogos Olímpicos de Inverno de Lillehammer (1994), por exemplo, foram os primeiros a adotar os princípios do desenvolvimento sustentável. Essa abordagem influenciou o Comitê Olímpico Internacional (COI) para adicionar um compromisso ambiental na sua carta. Esse inspirou a organização dos Jogos Olímpicos de Verão de Sydney (2000), a incorporar a sustentabilidade como tema central na sua preparação, o que, posteriormente, tornou-se uma expertise de exportação para o país. Da mesma forma, os organizadores das Olimpíadas de Londres (2012) utilizaram como temática dos jogos o acesso às instalações esportivas por meio do transporte público, também como um catalisador para melhoria da estima e potencial dos cinco bairros olímpicos, que são alguns dos mais carentes no Reino Unido (Vigor et al., 2004).

Assim, as melhorias físicas e posicionamentos adotados perante o MEE podem gerar benefícios para negócios e turismo, mas são os impactos intangíveis (nova rede comercial, habilidades aprimoradas, novas ideias, imagem positiva, etc.), que podem ter, em mais longo prazo, significância para a transformação da cidade (ESSEX, 2010). Essa renovação urbana, pautada em ações de cunho estratégico neoliberal, é entendida, por Sánchez (2010), como forma de impulsionar a economia.

[...] a reestruturação econômica faz-se, necessariamente, por meio da reestruturação do espaço, assim como por meio de uma reestruturação da gestão da cidade. Se a reforma do Estado está baseada hoje numa visão empresarial, no campo das políticas urbanas podem ser encontrados seus correspondentes: o planejamento estratégico e o *city marketing* que, combinados, estão orientados para a gestão empresarial das cidades (SÁNCHEZ, 2010, p.364).

Dessa forma, o surgimento do papel dos megaeventos na política urbana é uma resposta a uma variedade de processos que afetam a economia global (ESSEX, 2010) (Quadro^o1).

Quadro 1 – Contextualização do papel dos megaeventos como ferramenta de políticas públicas urbanas e regionais na cidade pós-industrial

	cidade industrial	transformações	cidade pós-industrial	papel dos megaeventos
economia	manufatura	desindustrialização	serviço industrial	desenvolvimento de áreas subutilizadas
organização	fordismo	novas tecnologias	pós-fordismo	ambiente atrativo e de alta qualidade
setor privado	investimento capital local	globalização	investimento capital global	<i>city marketing</i>
setor público	investimento capital externo	desregulamentação	parceria público privada	responsabilidade e agilidade

Fonte: Adaptado de ESSEX (2010)

As mudanças das condições industriais para as pós-industriais, por meio da inserção de novas tecnologias e do fenômeno da globalização, criou um novo conjunto de desafios para os planejadores urbanos. Recentemente, o consumo baseado em atividades como indústria de serviços e turismo, tornou-se um setor dinâmico e crescente da economia global. A aplicação de novas tecnologias favoreceu que as empresas com alta mobilidade geográfica busquem locais com qualidade ambiental elevada (HARVEY, 1989).

Nesse sentido, um dos desafios atuais dos planejadores urbanos consiste em transformar antigas áreas industriais e menos prósperas em lugares atraentes por meio de grandes projetos de revitalização. Em função dessas mudanças, surgiram novos estilos de gestão urbana com foco em abordagens que visam ao aproveitamento de oportunidades provenientes das rápidas mudanças dos mercados globais (HILLER, 2007). Dessa forma, megaeventos tornaram-se ferramentas de planejamento, à medida que criam conveniências para requalificação e renovação urbana, estimulando benefícios de longo prazo para a cidade anfitriã (ESSEX, 2010).

Partindo da constatação de que os custos envolvidos na realização de megaeventos tornaram-se extremamente altos, tais despesas só podem ser justificadas mediante

a sua inserção em um programa de regeneração e melhoria urbanística. O crescimento notável no número de cidades candidatas a sediar jogos olímpicos, por exemplo, é uma clara evidência da percepção dos benefícios que podem ser extraídos a partir da hospedagem desse tipo de acontecimento. Segundo Essex (2010), em algumas cidades têm sido inventados seus próprios megaeventos com o intuito de promover o desenvolvimento em grande escala urbana. Exemplo disso é o Fórum das Culturas de Barcelona, em 2004, que estabeleceu um novo centro de negócios em uma área não desenvolvida na parte nordeste da cidade.

Hoje, é reconhecido o papel dos jogos olímpicos como catalisador para mudanças e desenvolvimento urbano (ESSEX, 2010). Nesse contexto, não apenas as estruturas criadas para as competições desempenham um papel importante na transformação do tecido urbano (Quadro^o2), mas também os efeitos colaterais e residuais do evento (HILLIER, 1998).

Quadro 2 – Resumo de alterações dos impactos da infraestrutura dos jogos olímpicos – 1900 a 2000



Fonte: Adaptado de Essex (2010).

Os Jogos Olímpicos de Roma (1960) anunciavam, pela primeira vez, o papel dos jogos como estimulador de infraestrutura de desenvolvimento urbano, função que, mais tarde, foi acentuada com a experiência de Los Angeles (1984), em razão dos lucros financeiros gerados, bem como pela experiência de Barcelona (1992), com suas transformações urbanísticas.

Apesar dos atrativos óbvios de utilização dos megaeventos como estratégia de renovação urbana, há também um número de problemas e riscos substanciais. O Quadro 3 demonstra os aspectos favoráveis e contrários à realização de megaeventos esportivos.

Quadro 3 – Resumo das deficiências e potencialidades da adoção dos megaeventos como estratégia para a regeneração urbana

'PRÓS'	'CONTRAS'
Incentivo para desenvolvimento de espaços necessários para sediar o megaevento	Problemas no estabelecimento de adequado orçamento para o evento
Incentivo e possibilidade de regeneração de áreas urbanas degradadas	Despesa pública utilizada para subsidiar acumulação privada
Desenvolvimento e melhoria de infraestrutura urbana (aeroportos, estradas, ferrovias, habitação etc.)	Possibilidade de transitoriedade dos impactos econômicos
Visibilidade da cidade-sede por meio da exposição na mídia	Possibilidade de adiamento de investimentos em áreas básicas (saúde e educação, por exemplo) em decorrência do evento
Potencialização do setor de turismo	Gentrificação de espaços
Abordagem empresarial do planejamento urbano	
Obras com período fixo para sua viabilização (prazo do evento)	

Fonte: Elaborado com base em Essex (2010) e Hiller (2007).

Como exemplo, pode ser citada a diferença de custos entre os valores orçados e os necessários à realização do evento. O aumento de três vezes nos custos previstos para os Jogos Olímpicos de Londres (2012) de £ 3.298 m, apresentado na proposta original em julho de 2005, para £ 9.325 m, na confirmação final do orçamento em março de 2007, ilustram amplamente essas dificuldades (ESSEX, 2010). Ainda, os custos e benefícios, econômicos e sociais, a longo prazo, não são muitas vezes incorporados nos cálculos do evento, embora altos níveis de subsídio público sejam comumente utilizados para subvencionar a acumulação privada (WHITSON; MACINTOSH, 1996).

Outra questão a ser considerada é que o investimento do governo local também pode ser desviado de serviços sociais e educacionais, por exemplo, a fim de pagar as despesas de infraestrutura relacionada ao evento. Como exemplo desse fato, com o objetivo de evitar o endividamento, a partir da construção das instalações para os Jogos Olímpicos de Sydney (2000), o Governo introduziu cortes em uma série de serviços públicos (WHITSON; MACINTOSH, 1996).

As perspectivas de longo prazo para as instalações construídas para o evento

também podem ser discutíveis. A viabilidade comercial do Estádio Austrália, com capacidade de 80.000 lugares, mostrou-se questionável após os Jogos Olímpicos de Sydney em razão da escassez de grandes eventos adequados para uma arena desse tamanho (SEARLE, 2002).

Considerando outra questão pertinente ao tema, em Barcelona, por exemplo, o legado prometido em termos de habitação foi esquecido uma vez que os apartamentos da vila olímpica foram vendidos a preço de mercado. Por outro lado, esse tipo de impacto parece ser altamente variável de uma experiência para outra. Em Seul e Barcelona, por exemplo, foram registrados aumento no preço dos imóveis, enquanto que esse acréscimo foi mínimo nos casos de Atlanta e Sydney (MCKAY; PLUMB, 2001).

Portanto, qualquer julgamento sobre a eficácia do megaevento no processo de transformação urbana dependerá da perspectiva de análise, por exemplo, de planejadores, empreendedores, empresas ou residentes locais. Por outro lado, segundo Essex (2010), os jogos olímpicos de maior sucesso, sob o ponto de vista de infraestrutura, foram aqueles que seguiram um plano claro, cuja implementação não dependia necessariamente da garantia de realização do evento. Ou seja, o legado dos jogos olímpicos é mais eficaz e mais pronunciado nos casos em que está articulado com políticas mais amplas de desenvolvimento.

A despeito dos resultados relacionados à ocorrência de MEEs e consequente implantação de GPUs, é relevante observar que as cidades-sede apresentam diferentes contextos culturais, políticos, econômicos e urbanísticos. No entanto, apesar dessa constatação, a construção de espaços urbanos em distintas realidades, a partir de um “sistema de ações” e de um “sistema de objetos”, denota aproximações e similaridades.

Sánchez (2010) comenta que esse fato é paradoxal, tendo em vista que políticas engendradas em contextos urbanos diferentes – e até mesmo adotadas por governos de orientações ideológicas divergentes – resultaram em promoções urbanas similares. Nesse sentido, Zukin (2000, p.105) afirma que “em qualquer região do mundo, a paisagem resultante é, ao mesmo tempo mais similar ou global,

e mais diferente ou local do que antes parecia ser”.

Assim, parece haver consenso de que a necessidade de ajuste às normas do mercado global tem resultado em padrões similares de intervenção urbana. “Essas semelhanças no conteúdo das imagens e dos discursos produzidos sinalizam claramente a universalidade dos processos contemporâneos de produção e reprodução do espaço global” (SÁNCHEZ, 2010, p.29).

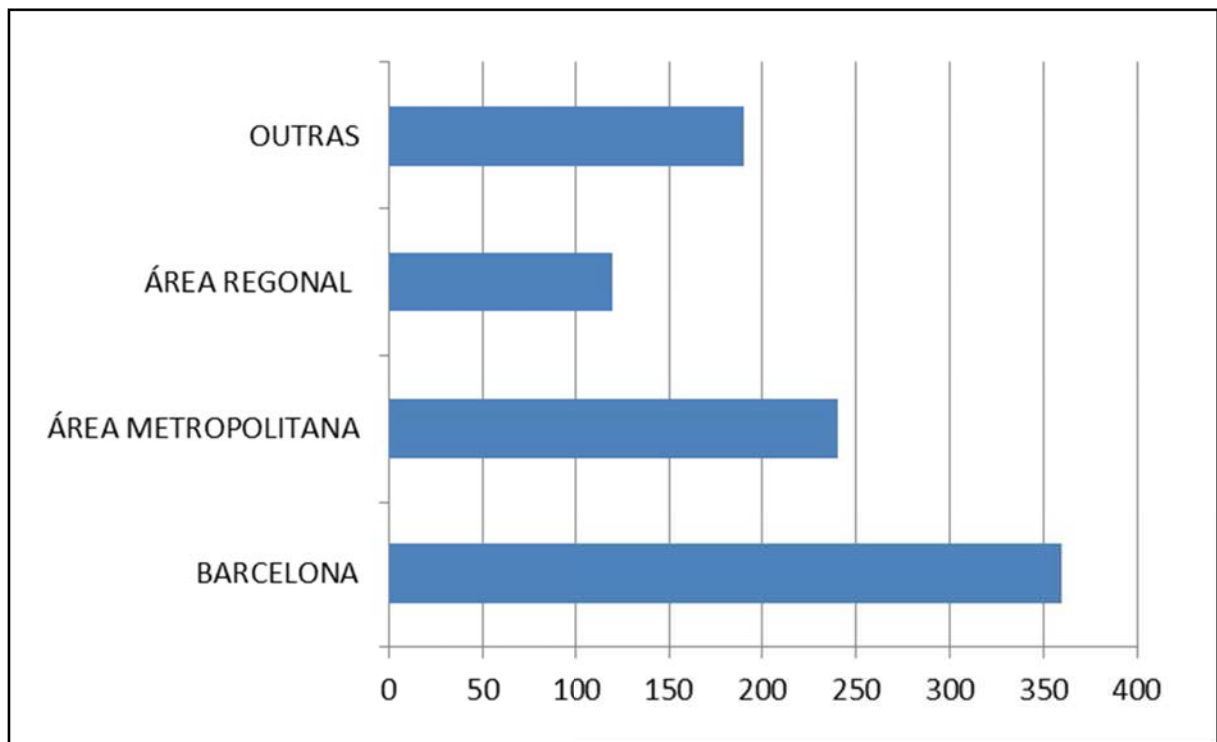
Para recepcionar um MEE, as cidades devem estar preparadas em termos de mudanças políticas, de métodos de planejamento e de estratégias econômicas, com designação e adaptação de espaços em seu entorno (MENDEZ, 2010). Na cidade-sede, devem ser selecionados os locais para novos edifícios, com preparação da sua acessibilidade e mitigação de eventuais problemas com a localidade. Muitas vezes, devido à necessidade de agir rapidamente para cumprir prazos, essas ações são realizadas sem integração nas estratégias de planejamento da cidade anfitriã.

Considerando o aporte financeiro envolvido na preparação da cidade-sede de um MEE, uma questão relevante e perene diz respeito ao fato de como as estruturas construídas para os jogos estarão integradas aos planos da cidade. Nesse sentido, a escolha do local de implantação dessas estruturas é o primeiro – e talvez mais importante – passo no processo de execução de um megaevento, uma vez que pode ter repercussões na estrutura física da cidade.

O exemplo mais emblemático desse fato corresponde à cidade de Barcelona, que foi capaz de usar os jogos olímpicos como uma oportunidade para o desenvolvimento urbano. Apesar do fato de que as olimpíadas deixaram o governo central espanhol com uma dívida de 4 bilhões de dólares e a municipalidade com um déficit adicional de 2,1 bilhões, os Jogos Olímpicos de 1992 foram amplamente creditados não apenas com a transformação da paisagem, mas também com a marca da cidade (ZIMBALIST, 2010).

A Figura^o11 demonstra a espacialização dos investimentos realizados para viabilizar o evento olímpico na cidade, enquanto a Figura^o12 expressa a concentração desses investimentos prioritariamente em infraestrutura de transporte, o que permitiu a integração das áreas olímpicas e garantiu soluções para problemas há muito tempo diagnosticados.

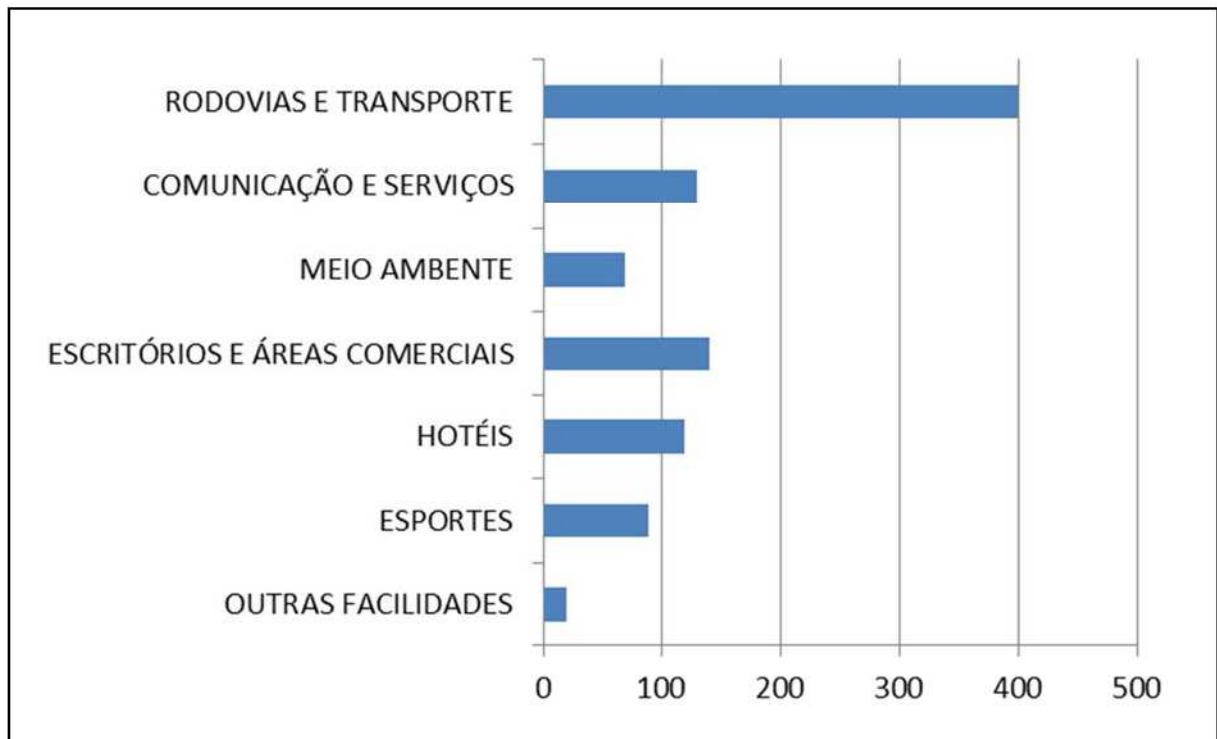
Figura 11 – Gráfico de espacialização dos investimentos nos Jogos Olímpicos de 1992 em Barcelona



Fonte: Adaptado de Burnet (1995).

Nota: Dados apresentados em milhões de pesetas.

Figura 12 – Gráfico de tipologia de investimentos nos Jogos Olímpicos de 1992 em Barcelona



Fonte: Adaptado de Burnet (1995).

Nota: Dados apresentados em milhões de pesetas.

Nesse sentido, a integração das propostas de intervenção em visões de caráter global sobre o futuro da cidade torna-se mais importante que os próprios jogos. Assim, a rápida tomada de decisão e execução, além de ser uma necessidade inevitável, se articulada com o planejamento da cidade, pode ajudar a superar o que seria um obstáculo ao desenvolvimento urbano.

Outro exemplo emblemático, porém de fracasso, diz respeito aos Jogos Olímpicos de Atenas, realizados em 2004. Nesse caso, o insucesso pode ser atribuído aos custos elevados dos investimentos e ao reduzido planejamento de integração das instalações à cidade no momento pós-evento. A maioria das instalações caiu em desuso e ruína nos anos após os jogos. Há pouco mais de meia década, 21 dos 22 locais de competição encontravam-se abandonados (USBORNE, 2008).

Os Jogos Olímpicos de Atenas foram projetados para custar 1,6 bilhões de dólares, mas os valores se aproximaram dos 16 bilhões (ZIMBALIST, 2010), fato que deixou a Grécia com enormes dívidas. Assim, a estrutura de Atenas foi desenvolvida para cumprir o programa olímpico e não fez parte de qualquer estratégia mais ampla de desenvolvimento.

Dessa forma, o que parece também ser relevante para o sucesso do evento é o planejamento para o futuro, integrando as necessidades olímpicas ao plano global da cidade e às necessidades reais do local. Barcelona é considerada um exemplo de sucesso em razão das grandes transformações urbanas que foram geradas, enquanto os Jogos Olímpicos de Atenas são reconhecidos como uma experiência negativa em função da não participação dessas estruturas na dinâmica da cidade.

Cada vez mais, os megaeventos criam oportunidades para regeneração urbana em ampla escala, modernizando a infraestrutura da cidade. Os benefícios econômicos estimulados pelo evento podem, inclusive, ajudar a gerar os recursos necessários para o financiamento dos investimentos, viabilizando, dessa forma, grandes intervenções em um curto espaço de tempo (ESSEX, 2010).

Embora cada evento seja individual e único, é possível identificar algumas estratégias que tiveram, em geral, resultados positivos. O Quadro 4 demonstra algumas características que identificam boas e más práticas na realização de MEEs.

Quadro 4 – Resumo de boas e más práticas na política de viabilização de megaeventos esportivos

BOAS PRÁTICAS	MÁS PRÁTICAS
Integrar a realização do megaevento como parte de um plano de desenvolvimento a longo prazo	Assumir que as estratégias bem-sucedidas de outros países podem ser automaticamente transferidas
Adotar o planejamento estratégico com o legado integrado em todas as fases de desenvolvimento	Tomar decisões antidemocráticas e irracionais
Investir em infraestrutura com base nas condições geográficas da cidade e no seu crescimento futuro	Criar expectativas irreais de resultados do evento
Formatar uma agência única de desenvolvimento (parceria público privada)	Delegar responsabilidades para diversos organismos em diferentes etapas sem o devido planejamento
Criar consenso em torno da realização do evento	Criar desconfiança entre os líderes locais e os cidadãos sobre o evento e seus impactos
Construir instalações esportivas temporárias para não gerar posterior ociosidade	

Fonte: Elaborado com base em Essex (2010).

Nesse sentido, a consideração do momento pós-evento é relevante. Para tanto, o Comitê Olímpico Internacional (COI) aprovou o princípio de que as instalações devem ser temporárias, a menos que haja uso viável a longo prazo que possa justificar sua permanência (COI, 2003). A plena implementação dessa medida não contemplou os Jogos Olímpicos de Londres, mas já apresentou algum efeito. Segundo Essex (2010), em agosto de 2004 o COI aconselhou Pequim a abrandar o trabalho de preparação em suas instalações para aliviar a sua carga financeira. Dessa forma, o Estádio de Wrestling teve sua capacidade reduzida de 10.000 para 8.000 lugares, sendo permitida, dessa forma, a instalação de locais temporários.

Outra estratégia de resultado positivo diz respeito às melhorias na paisagem urbana e em sistemas públicos de transporte e aeroportos, que são viabilizadas também com o intuito de “mostrar” a cidade anfitriã para o mundo da melhor maneira possível. Segundo Essex (2010), esse efeito pode ser maximizado se os principais locais de competição são concentrados em uma área ou, ao menos, em locais ligados por um rápido e eficiente modal de transporte. Para tanto, Barcelona e Sydney, por exemplo, utilizaram uma composição de fundos olímpicos, privados e governamentais para apoiar o sistema de transporte e os projetos de renovação, atualmente reconhecidos como modelos de renovação urbana (ESSEX, 2010). Por outro lado, os jogos olímpicos americanos, com ideologias diferentes sobre o papel do Estado e sobre o planejamento da cidade, definiram seu foco na prevenção de grandes despesas públicas e procuraram restringir programas gerais de infraestrutura.

Outro ponto relevante diz respeito à construção de um consenso sobre os jogos olímpicos, considerando que é necessário um controle eficaz sobre os impactos potencialmente adversos, a fim de assegurar o apoio local da comunidade para a ocorrência do evento (ESSEX, 2010).

Por outro lado, há uma série de razões pelas quais alguns jogos olímpicos não produziram resultados positivos. Nesse sentido, é importante considerar que justo porque uma determinada estratégia funcionou em uma cidade não significa necessariamente que funcione em outra, de contextos urbanos, políticos, econômicos e sociais distintos. Barcelona, por exemplo, é frequentemente apresentada como um modelo de renovação urbana com base no evento olímpico. No entanto, esse “modelo” não é tão diretamente transferível quanto possa parecer. Havia circunstâncias especiais para a transformação urbana de Barcelona no início da década de 1980, que são próprias dessa cidade, sendo que os jogos não constituem a justificativa única para tal processo.

Segundo Harvey (1989), as cidades podem se tornar atraídas pelo *status* no cenário mundial, a partir da oportunidade de um megaevento. Nesse sentido, o resultado pode ser, muitas vezes, a criação de legados inviáveis, criados por projetos ambiciosos e fora de escala, não articulados com as diretrizes locais de planejamento.

Nesse sentido, pode-se dizer que tanto os benefícios tangíveis quanto os intangíveis, decorrentes de um megaevento, não acontecem automaticamente, mas devem ser parte integrante das ações de planejamento local, articulados com estratégias de desenvolvimento de longo prazo. Essa oportunidade deve garantir legados eficazes, de real significado, ao invés daqueles de pouco valor duradouro para as comunidades locais (ESSEX, 2010).

Dessa forma, a presente investigação procura identificar a linha condutora entre as idealizações de cidade, ou seja, aquilo que é concebido no planejamento urbano e no campo das ideias sobre o desenvolvimento urbano, com as ações espacializadas e as alterações morfológicas produzidas na ocasião da realização de um megaevento, especialmente de caráter esportivo, como no caso dos jogos olímpicos.

3 ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA

Esta seção tem por objetivo delinear os procedimentos metodológicos que pautaram a elaboração das análises realizadas com vistas ao atendimento das questões que impulsionaram a pesquisa, bem como o alcance de seus objetivos.

Para o conhecimento científico, torna-se relevante a identificação das operações mentais e técnicas que permitam a investigação, determinadas pelo tipo de objeto a ser investigado (GIL, 2002).

O estudo proposto é de natureza aplicada, uma vez que se volta à utilização do conhecimento em situação prática (SILVA; MENEZES, 2005), visando à sua aplicação nos mecanismos de gestão urbana relacionados a megaeventos esportivos. Nesse contexto, tem como intuito a criação de familiaridade com o problema apresentado, caracterizando-se, portanto, como uma pesquisa exploratória (GIL, 2002).

Consiste em uma análise comparativa entre os casos selecionados para estudo, apoiada em método dedutivo a partir da observação dos critérios de interpretação aplicados.

Nesse sentido, os procedimentos e técnicas que fundamentaram o estudo em questão constituíram-se primordialmente de pesquisa bibliográfica, análise bibliométrica, interpretação documental e investigação em campo, sendo metodologicamente estruturado em cinco fases principais:

- a) estruturação do embasamento teórico e conceitual acerca do processo de produção do espaço urbano, referenciais urbanísticos, cidades no mercado mundial e megaeventos esportivos (MEEs); esta fase, de caráter essencialmente exploratório (GIL, 2002), visou à sistematização dos conceitos explicitados na academia sobre o tema abordado;

- b) estabelecimento dos recortes físico e temporal, com vistas à contextualização dos exemplos de MEEs selecionados para investigação;
- c) análise do "sistema de ações" (SANTOS, 2008), que corresponde ao conjunto dos discursos acadêmicos e de gestão pública, bem como à concepção de planejamento adotada, relacionados à ocorrência de MEEs;
- d) análise do "sistema de objetos" (SANTOS, 2008), por meio da identificação das alterações morfológicas produzidas a partir da implantação de infraestrutura e equipamentos construídos ou reformados para a realização do MEE, tomados como base para a interpretação espacial do tecido urbano;
- e) discussão acerca dos resultados encontrados, revelando a natureza aplicada da pesquisa (SILVA; MENEZES, 2005), com ênfase nas estratégias adotadas na construção do espaço urbano, visando à sua inserção no mercado mundial de cidades, a partir da ocorrência de um MEE. Esta fase se voltou à análise do fenômeno em questão e à formulação de recomendações para a gestão urbana.

3.1 TÉCNICAS DA PESQUISA

Sinteticamente, o delineamento proposto para a pesquisa encontra-se exposto no Quadro 5.

Quadro 5 – Protocolo de pesquisa

FASES	MÉTODOS	TÉCNICAS	DADOS	FONTES	RESULTADOS
EMBASAMENTO TEÓRICO E CONCEITUAL					
Elaboração do referencial teórico	Exploratório	Pesquisa bibliográfica	Conceitos e discussões sobre: a) processo de construção do espaço urbano b) referenciais de cidades c) cidades no mercado mundial d) megaeventos esportivos	Livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos e outras referências	Fundamentação teórico-conceitual para embasamento da pesquisa e caracterização da construção do espaço urbano em um cenário de competição global
RECORTES FÍSICO E TEMPORAL					
Contextualização geral dos exemplos de megaeventos selecionados para análise	Exploratório e descritivo	Pesquisa bibliográfica e documental	Contextualização geral dos megaeventos selecionados para análise	Livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, mapas temáticos, informações institucionais e legais	Caracterização das cidades-sede de megaeventos esportivos e das transformações ocorridas para sediar os MEEs

(Continua)

Fonte: Elaborado com base nos objetivos do estudo.

Nota: MEE = megaevento esportivo

(Continuação do Quadro 5)

FASES	MÉTODOS	TÉCNICAS	DADOS	FONTES	RESULTADOS
-------	---------	----------	-------	--------	------------

ANÁLISE – SISTEMA DE AÇÕES

Análise da concepção de planejamento urbano adotada	Exploratório, descritivo e analítico	Pesquisa bibliográfica e documental	Principais planos e projetos delineados com vistas à ocorrência do MEE	Livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, informações institucionais e legais	Caracterização da concepção de planejamento definida quando da ocorrência do MEE e com vistas à inserção da cidade no cenário de competição global
Avaliação da percepção da gestão pública sobre a ocorrência de megaeventos esportivos	Exploratório, descritivo e analítico	Entrevistas	Posicionamento predominante das políticas públicas com relação à ocorrência de MEEs	Respostas de gestores públicos atuantes de modo direto na realização do MEE	Caracterização do discurso dos gestores públicos sobre a ocorrência de MEEs
Avaliação da percepção acadêmica sobre a ocorrência de megaeventos esportivos	Exploratório, descritivo e analítico	Pesquisa bibliométrica	Posicionamento predominante da academia com relação à ocorrência de MEEs	Artigos científicos	Caracterização do discurso acadêmico sobre a ocorrência de MEEs

ANÁLISE – SISTEMA DE OBJETOS

Avaliação das alterações promovidas no tecido urbano a partir da implantação ou reformulação de equipamentos e infraestrutura vinculados à realização do MEE, bem como avaliação da espacialização do “sistema de ações” no território	Exploratório, descritivo e analítico	Pesquisa documental e de campo	Composição da localização dos equipamentos e infraestrutura com aspectos morfológicos	Base cartográfica, fotos aéreas, informações institucionais e legais	Determinação de alterações espaciais promovidas no tecido urbano, a partir da comparação entre o planejamento e a viabilização e a execução em termos espaciais
--	--------------------------------------	--------------------------------	---	--	---

(Continua)

(Continuação do Quadro 5)

FASES	MÉTODOS	TÉCNICAS	DADOS	FONTES	RESULTADOS
-------	---------	----------	-------	--------	------------

SÍNTESE ANALÍTICA

Estabelecimento de fundamentos à gestão urbana	Sintético-analítico	Síntese dos resultados obtidos nas etapas anteriores	Relações entre dados (sistema de ações e sistema de objetos)	Informações resultantes das etapas anteriores	Contribuições para a gestão pública no âmbito da construção do espaço urbano a partir da competição entre cidades
--	---------------------	--	--	---	---

(Conclusão)

De acordo com Yin (1994, p.9), os constructos são critérios que objetivam o julgamento da qualidade dos projetos de pesquisa, consistindo no "estabelecimento correto de medidas operacionais para os critérios que estão sendo estudados". O Quadro 6 apresenta os constructos das principais variáveis de análise da presente pesquisa.

Quadro 6 – Constructos principais do estudo

	VARIÁVEIS	QUESTÕES	ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE (O QUE MEDIR)	UNIDADES DE MEDIÇÃO	UNIDADES DE OBSERVAÇÃO
Sistema de ações	Concepção de planeamento urbano	Qual a concepção de planeamento adotada na tentativa de inserção no mercado mundial de cidades, a partir da oportunidade de um MEE?	Diretrizes balizadoras do planeamento urbano quando da ocorrência do MEE	Ações de planeamento de contextualização da ocorrência do MEE	Pesquisa documental, informações legais e institucionais
	Discursos sobre a ocorrência de megaeventos esportivos	Quais são os discursos defendidos pela academia e pela gestão pública sobre a ocorrência de um MEE e sobre sua reprodução no espaço?	Posicionamentos adotados pela academia e por gestores públicos com relação ao MEE	Percepção da academia e dos gestores públicos com relação à realização do MEE	Pesquisa bibliométrica e entrevistas
Sistema de objetos	Aspectos morfológicos	Quais alterações espaciais são ocasionadas pela ocorrência dos MEEs com vistas à inserção da cidade no cenário global?	Formas de crescimento da cidade; tramas urbanas; eixos de expansão; rede de espaços livres; infraestrutura	Alterações do tecido urbano e da paisagem decorrentes da realização do MEE	Pesquisa documental (especialmente mapas e fotos aéreas) e de campo

Fonte: Elaborado com base no protocolo de pesquisa.

A seguir, são especificadas as fases e técnicas adotadas para o desenvolvimento da pesquisa.

3.2 FASES DA PESQUISA

Este estudo foi estruturado em cinco fases principais, conforme apresentado anteriormente no protocolo de pesquisa (ver Quadro^o5).

A primeira fase consistiu no embasamento teórico e conceitual, apresentando a abordagem de conceitos que fundamentam a pesquisa. As informações dessa etapa foram coletadas por meio de pesquisa bibliográfica, a qual, segundo Gil (2002, p.44), é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. As fases subsequentes, que correspondem à definição dos recortes físico e temporal; pesquisa e análise do “sistema de ações” e do “sistema de objetos”; e, por fim, à síntese integrada, foram desenvolvidas, principalmente, por meio de pesquisa bibliográfica, bibliométrica, documental e de campo. A pesquisa bibliométrica consistiu na utilização de técnicas quantitativas e estatísticas de medição dos índices de produção científica (FONSECA, 1986). Segundo Gil (2002, p.45), “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Já a pesquisa de campo é definida como a observação dos fatos tal como eles ocorrem, de modo a permitir a percepção e a interpretação das relações estabelecidas (FUZZI, 2010). Esses dados procuraram fornecer subsídios para as discussões dos resultados encontrados.

3.2.1 Embasamento teórico e conceitual

Esta fase teve por objetivo reunir subsídios para as discussões posteriores sobre o processo de construção do espaço urbano em um cenário de competitividade global.

O foco inicial da abordagem teórica reside no aumento da complexidade dos processos urbanos a partir do fenômeno da globalização, conceituando o processo de construção do espaço urbano na contemporaneidade.

O embasamento conceitual desse processo permeia a discussão dos demais conceitos e permite afirmar que há uma série de referenciais urbanos, tendo em vista que a complexidade do momento contemporâneo já não permite mais a ideia ou a concepção de um modelo urbanístico único. Com base nesse referencial, em algumas cidades que se posicionam em uma hierarquia global, é adotada uma postura de competitividade. Nesse caso, passam a ser produzidos e reproduzidos espaços com vistas à sua inserção no âmbito global.

Nesse contexto é que se inserem os MEEs, e que consistem em uma consequência desse processo de construção do espaço urbano contemporâneo, envolvendo uma nova concepção das diretrizes de planejamento e de ação sobre o território. Nesse sentido, a nomeação de uma cidade para sediar MEEs é consequência de uma condição de competitividade já existente.

Dessa forma, foram abordados conceitualmente a caracterização de referenciais urbanos e a conformação de um mercado mundial de cidades. Assim, foi realizada uma aproximação do estudo de MEEs a partir do entendimento de que esse tipo de evento consiste em uma oportunidade de inserção da cidade no cenário de competição global. O esquema constante da Figura^o13 demonstra a concepção da estrutura do embasamento teórico-conceitual

Figura 13 – Organograma de revisão da literatura



Fonte: Elaborada com base nas referências consultadas.

Nota: MEE = megaevento esportivo

Embora se reconheça que o tema poderia ter sido analisado sob outras óticas e sob diferentes aproximações conceituais e metodológicas, optou-se por esse delineamento considerando também a atualidade do assunto “megaeventos esportivos” nas pautas de discussão urbana e a necessidade de aprofundamento de reflexões dessa abordagem, ainda pouco exploradas e conhecidas, sobretudo quando relacionadas às suas consequências morfológicas no tecido das cidades que os sediam.

A bibliografia que trata sobre esses assuntos é ampla e, portanto, foram selecionadas aquelas consideradas relevantes para o objeto e âmbito investigativo propostos. É importante destacar que o embasamento teórico foi um processo contínuo ao longo do desenvolvimento do trabalho, tendo em vista a necessidade, na medida em que se avançou na investigação, do aprofundamento de referenciais teóricos e conceituais.

A pesquisa tomou como base a leitura de artigos acadêmicos, livros e outras referências que trazem a discussão dos conceitos, os quais foram confrontados com os resultados alcançados.

3.2.2 Definição dos recortes físico e temporal

A princípio, a delimitação espacial foi constituída por um recorte denominado “área de aproximação direta”, que diz respeito essencialmente às cidades do Rio de Janeiro (Brasil) e Barcelona (Espanha). No caso da cidade brasileira, considerou-se a análise do projeto dos Jogos Pan-Americanos de 2007, celebrados em vários locais de competição, construídos ou remodelados para o evento. Em Barcelona, voltou-se à avaliação das intervenções implementadas para sediar os Jogos Olímpicos de 1992.

Além desse recorte, em alguns momentos da pesquisa foram mencionados outros exemplos de cidades que realizaram MEEs, como forma de se obter um panorama mais abrangente sobre o assunto. Os casos de estudo acima mencionados foram comparados com as experiências dos jogos olímpicos de Atlanta (1996), Sydney (2000), Atenas (Grécia, 2004), Pequim (China, 2008) e Londres (Inglaterra, 2012), que constituem os exemplos mais recentes de realização desses eventos. Essa comparação foi processada sob o enfoque de variáveis específicas (Quadro^o7), considerando, ainda, que o maior aprofundamento do estudo é realizado nas cidades de Barcelona e Rio de Janeiro.

Quadro 7 – Variáveis de análise do recorte físico da pesquisa

RECORTE FÍSICO	VARIÁVEIS DE ANÁLISE	CIDADES ANALISADAS
Área de aproximação direta	Discursos (acadêmicos e gestores públicos) sobre os MEEs Planos em vigor na época do evento Transformações morfológicas na estrutura da cidade	Barcelona (1992) e Rio de Janeiro (2007)

Fonte: Elaborada com base nos objetivos do estudo.

Nota: MEE = megaevento esportivo

Por sua vez, o recorte temporal esteve focado nos momentos pré, durante e pós a ocorrência dos MEEs nas cidades de Barcelona (Jogos Olímpicos de 1992) e do Rio de Janeiro (Jogos Pan-Americanos de 2007), de modo a serem identificadas as variáveis de análise concernentes ao “sistema de ações” (fluxos) e ao “sistema de objetos” (fixos).

Esse recorte metodológico se justifica tendo em vista o reconhecimento da cidade de Barcelona como um “modelo” bem sucedido de reestruturação urbana a partir da ocorrência de um MEE. Por outro lado, o Rio de Janeiro, até o presente momento, foi a única cidade brasileira a receber um evento dessa categoria, o que também contribuiu para sua candidatura e nomeação como sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

A abrangência geográfica adotada tanto para o Rio de Janeiro quanto para Barcelona partiu do enfoque das áreas escolhidas para a implantação dos equipamentos olímpicos. Durante as Olimpíadas de 1992, foram escolhidas quatro áreas na cidade de Barcelona para a concentração das instalações esportivas: Montjuic, Diagonal, Vall d’Hebron e Parc de Mar (Figura 14). No Rio de Janeiro, também foram propostos quatro *clusters* de instalações (Figura 15), considerando que a maior parte delas se concentrou no Bairro da Tijuca. Além dessa região, os jogos pan-americanos também foram sediados nas áreas de Deodoro, do Pão de Açúcar e do Maracanã.

Figura 14 – Imagem aérea de localização das áreas olímpicas de Barcelona, Espanha



Fonte: Elaborada com base Google Earth (2010).

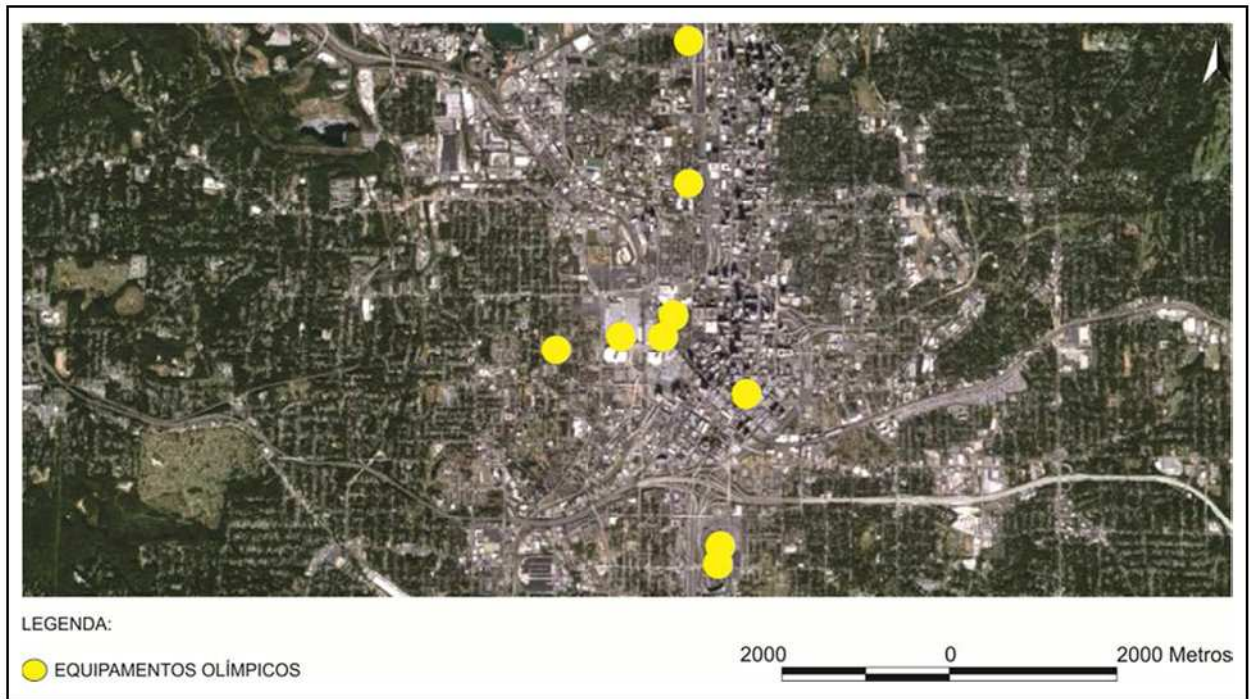
Figura 15 – Imagem aérea de localização dos *clusters* olímpicos do Rio de Janeiro, Brasil



Fonte: Elaborada com base Google Earth (2010).

Comparativamente, as instalações de Barcelona foram espacializadas em uma trama muito mais compacta do que a da cidade carioca, percorrendo-se distâncias menores entre as instalações esportivas propostas. Além disso, em uma primeira observação, contata-se em Barcelona a formação de algumas áreas olímpicas, ao contrário do caso do Rio de Janeiro, que apresenta equipamentos isolados que se associam em determinadas localidades. Essa mesma tipologia de espacialização de intervenções para competições é observada nas cidades de Atlanta, Sydney, Atenas, Pequim e Londres. Em razão dessa constatação, optou-se por representações distintas nas Figuras 11 a 15.

Figura 16 – Imagem aérea de localização dos equipamentos olímpicos de Atlanta, Estados Unidos



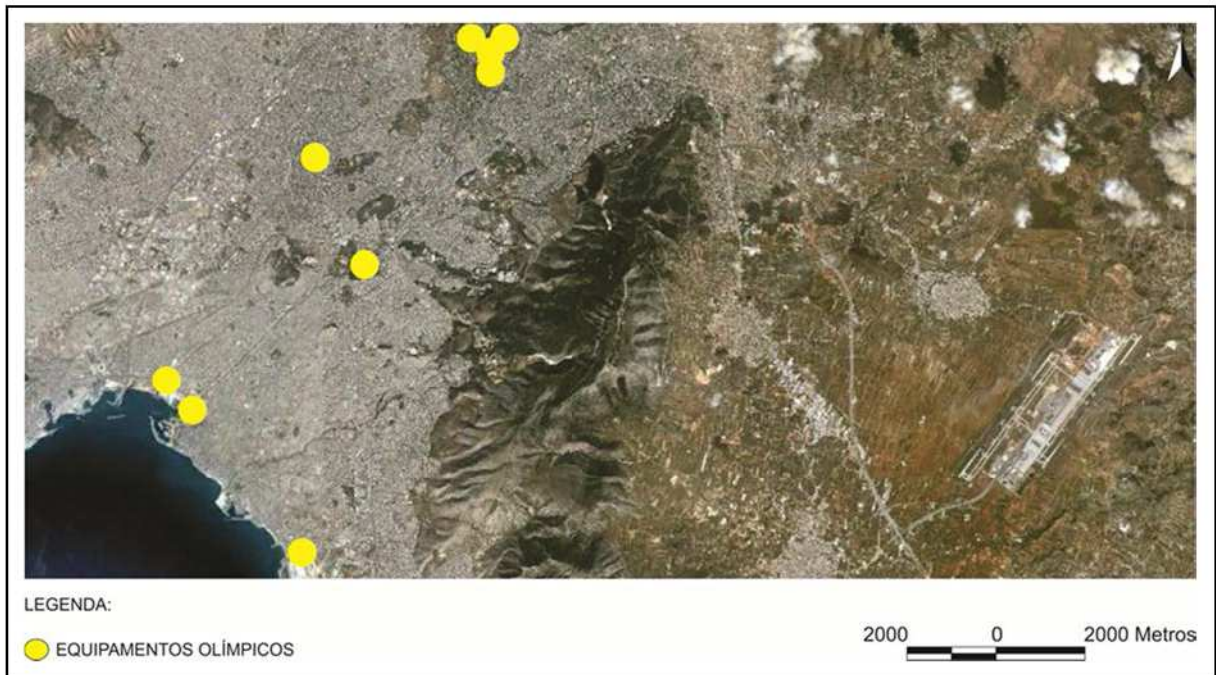
Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2010).

Figura 17 – Imagem aérea de localização dos equipamentos olímpicos de Sydney, Austrália



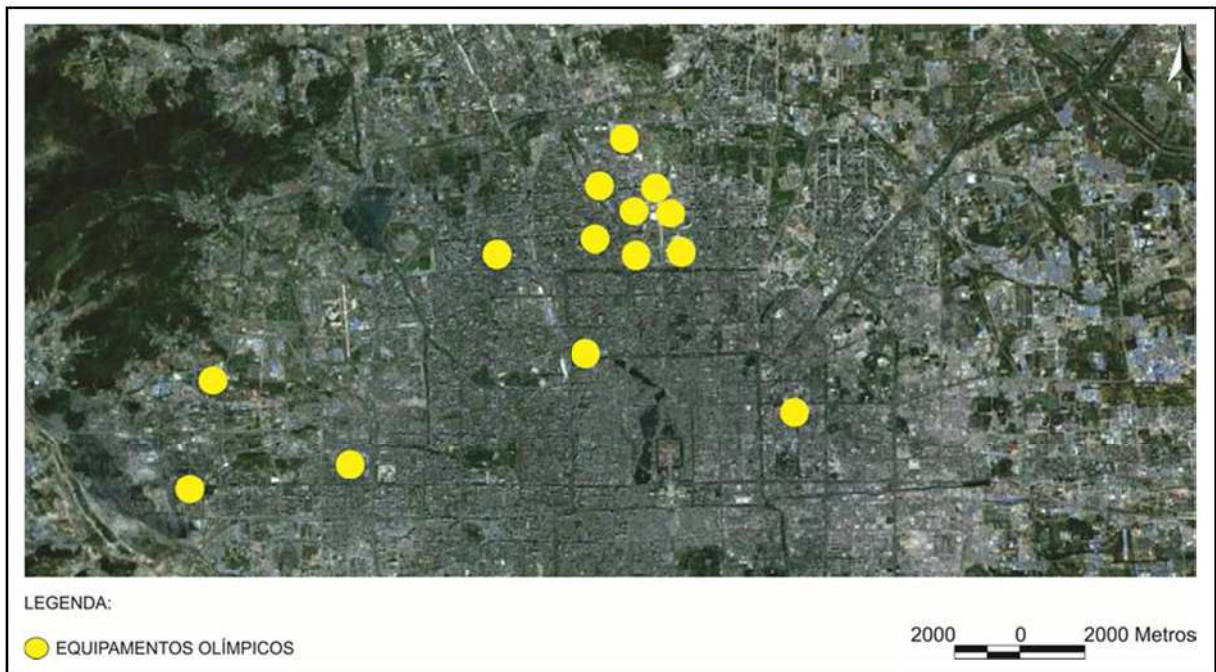
Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2010).

Figura 18 – Imagem aérea de localização dos equipamentos olímpicos de Atenas, Grécia



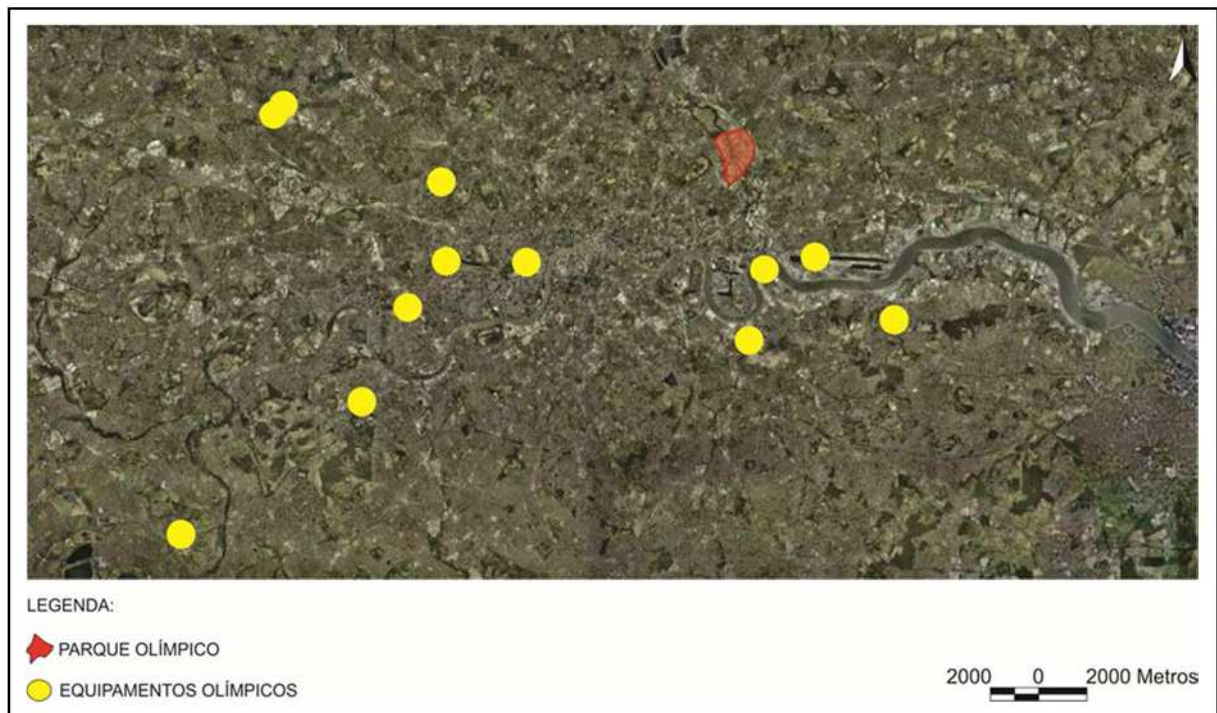
Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2010).

Figura 19 – Imagem aérea de localização dos equipamentos olímpicos de Pequim, China



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2010).

Figura 20 – Imagem aérea de localização dos equipamentos olímpicos de Londres, Inglaterra



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2010).

Como comentado, o recorte temporal adotado para o estudo correspondeu aos períodos anterior, simultâneo e posterior à realização dos jogos, de acordo com a definição de cada variável de análise. A construção dos discursos sobre MEEs foi analisada nos três momentos, com o objetivo de identificar possíveis alterações de posicionamento durante esse tempo. Para a identificação das concepções de planejamento, interessou a ocasião anterior à realização das competições, tendo em vista que as bases dos mesmos se desenvolvem a partir desse ideal. Com o intuito de se estabelecer comparativos, as transformações morfológicas foram analisadas nos momentos pré e pós-evento.

3.2.3 Interpretação dos sistemas de estudo

Com vistas ao alcance do objetivo central da pesquisa, que consiste em analisar as estratégias de construção do espaço urbano, com vistas à promoção das cidades no mercado mundial, a partir da ocorrência de MEEs, foram adotadas as variáveis de estudo apresentadas no Quadro 8.

Quadro 8 – Variáveis de análise dos sistemas de estudo

CONSTRUCTOS	VARIÁVEIS	TIPOLOGIA DE ANÁLISE	PERÍODO
Sistema de ações	Concepção de planejamento urbano adotada	Qualitativa	Pré-evento
	Discursos sobre a ocorrência dos MEEs	Qualitativa e quantitativa	Pré, durante e pós-evento
Sistema de objetos	Aspectos morfológicos	Espacial	Pré e pós-evento

Fonte: Elaborado com base no protocolo de pesquisa.

Nota: MEE = megaevento esportivo

As tipologias de análise são classificadas como:

- a) qualitativa, compreendendo os dados de identificação da percepção com relação aos MEEs e o contexto urbano planejado para sua ocorrência;
- b) quantitativa, correspondendo às métricas adotadas para avaliação de determinados resultados, como no caso dos discursos acadêmicos;
- c) espacial, comportando informações reproduzidas nos territórios de estudo.

Para a avaliação do processo de construção do espaço urbano no cenário de competição global, a partir da ocorrência de um MEE, foram utilizadas técnicas específicas, a seguir delineadas. De modo geral, o estudo se baseou em métodos de caráter exploratório, descritivo e analítico.

3.2.3.1 Análise da concepção de planejamento urbano adotada

No processo de construção do espaço urbano, uma variável relevante diz respeito à definição de tipologia de planejamento adotada pelos gestores públicos, o que pode ser determinante na concepção espacial da cidade. Considerando essa variável como integrante do “sistema de ações”, torna-se importante o reconhecimento da estrutura de diretrizes idealizadas no momento de realização do MEE.

Assim, no âmbito da análise do “sistema de ações”, pretendeu-se verificar as orientações que delinearam a elaboração dos planos que serviram de base e contextualização para a recepção do MEE analisado. Para essa interpretação, foi realizada uma pesquisa de documentos oficiais e institucionais que permitiram o alcance do objetivo dessa variável.

Dessa forma, foram identificadas as diretrizes de ordenamento territorial, de expansão da cidade e de implementação de projetos para viabilizar a realização do evento, as quais foram transpostas para mapas interpretativos do conteúdo do plano em questão, de modo a possibilitar sua análise comparativamente às das demais variáveis, sobretudo aquelas de cunho morfológico.

3.2.3.2 Análise dos discursos sobre a ocorrência dos megaeventos esportivos

No processo de construção do espaço urbano, é válido observar como o “sistema de ações”, ou seja, as políticas e as atitudes de gestão se materializam fisicamente e podem alterar realidades. Frente à ocorrência de um MEE, a literatura acadêmica parece indicar um consenso crítico predominante, de modo a evidenciar os aspectos negativos desse processo. Por outro lado, gestores públicos reúnem esforços na tentativa de viabilizar esses eventos, justificados pelo discurso dos benefícios por eles gerados, dentre os quais se destaca a exposição global da cidade-sede.

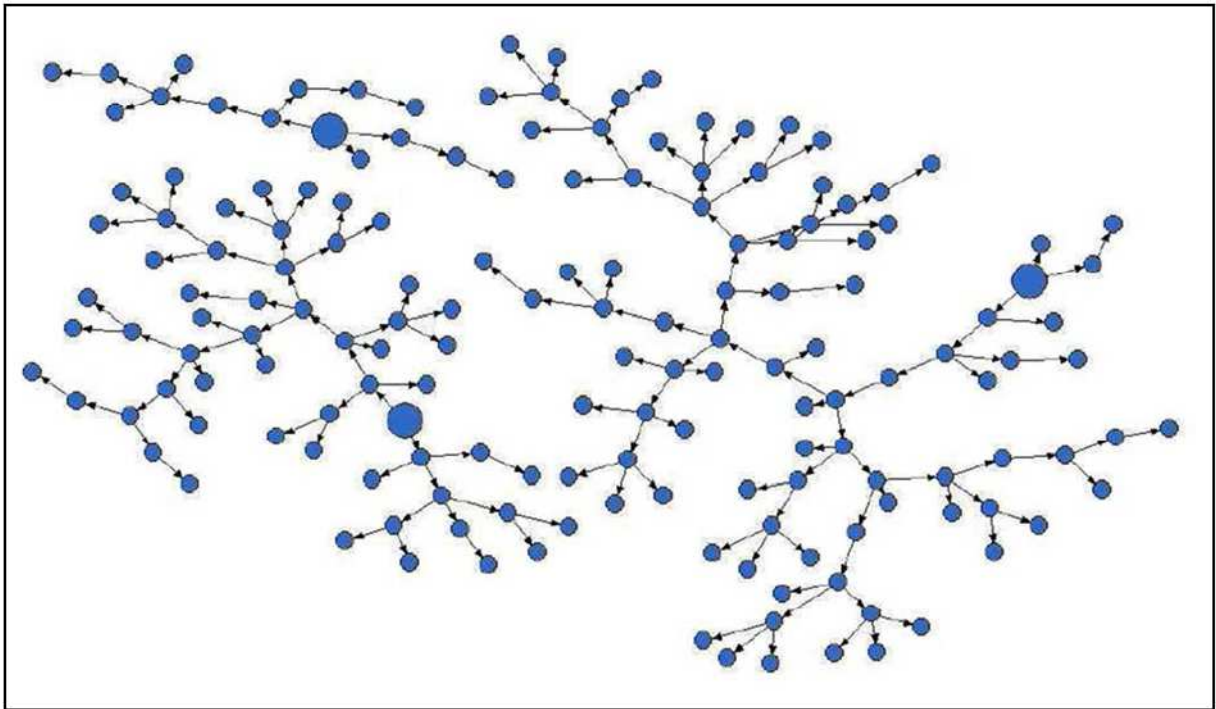
Nesse contexto, a partir da realização tanto de entrevistas com os gestores públicos que participaram do processo de viabilização do MEE quanto da análise da literatura acadêmica sobre o assunto, buscou-se delinear esses discursos, identificando suas principais características.

Para apreensão da percepção da gestão pública acerca do mesmo assunto, foram realizadas entrevistas com gestores que participaram de forma direta dos eventos esportivos analisados, as quais foram compostas por nove perguntas com o objetivo de delinear os principais aspectos apontados pelos respondentes com relação à concepção dos jogos e a sua opinião sobre os mesmos. As entrevistas foram gravadas, a partir de assinatura do entrevistado em termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e de garantia do sigilo em relação ao seu nome.

O procedimento para relacionar os gestores a serem consultados foi baseado no método “*snowball sampling*” ou “amostragem bola de neve”, que consiste em uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas onde os respondentes iniciais de um estudo indicam novos participantes até a obtenção do objetivo proposto, ou seja, o alcance do “ponto de saturação”. Esse “ponto” ocorre quando os novos integrantes do processo passam a repetir as mesmas informações dos anteriores, não acrescentando novos dados relevantes à pesquisa (ALBUQUERQUE, 2009) ou quando nenhum novo nome for indicado pelos entrevistados.

Portanto, esse método consiste em uma cadeia de informações, com constituição de uma rede, como a exemplificada na Figura 21. A seleção dos primeiros entrevistados foi feita a partir da identificação do principal responsável pelos jogos em cada cidade (Barcelona e Rio de Janeiro) ou de seu subordinado mais imediato disponível para a entrevista.

Figura 21 – Representação hipotética de uma cadeia de referências constituída a partir do método “snowball sampling”



Fonte: ALBUQUERQUE (2009)

Nota: Círculos maiores correspondentes aos primeiros entrevistados

As entrevistas são contemporâneas à presente pesquisa, tendo sido realizadas nos anos de 2012 e 2013 com atores atuantes no processo estudado nas citadas cidades, no âmbito do recorte físico adotado (área de aproximação direta). O roteiro (Quadro 9), antecedido por dados – parcialmente sigilosos – de caracterização do perfil do entrevistado (nome, nacionalidade, função desempenhada na época de realização do MEE, tempo de experiência naquele posto ou em trabalhos similares, e função atual), foi composto de três partes: no campo I (“das características” – período simultâneo) voltou-se à identificação das condições principais da realização do evento, sob a ótica da gestão pública; o campo II (“das consequências” – período posterior) teve como objetivo verificar a percepção pós-evento; por fim, no campo III (“do discurso” – período anterior) pretendeu-se identificar o reconhecimento, por parte do respondentes, de outras concepções relativas à ocorrência do MEE. Finalizando o processo, foi solicitada a indicação de três gestores para serem entrevistados, sem haver, em momento algum, a explicitação dos nomes daqueles já consultados.

Quadro 9 – Roteiro da entrevista com gestores públicos dos Jogos Olímpicos de Barcelona e dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro

INFORMAÇÕES PRELIMINARES: PERFIL DO ENTREVISTADO	
A	Nome
B	Nacionalidade
C	Como você participou do projeto urbanístico vinculado ao megaevento esportivo?
D	Função atual
QUESTÕES	
CAMPO I: DAS CARACTERÍSTICAS	
1	Em sua opinião, quais são as principais características de planejamento da cidade para o mundo, com relação ao megaevento esportivo?
2	Como você acredita que o megaevento esportivo incidiu no projeto da cidade?
3	Houve alguma prioridade para implantação de determinada infraestrutura, equipamento ou sistema urbano (ruas, espaços públicos) com a oportunidade do megaevento esportivo? Quais?
CAMPO II: DAS CONSEQUÊNCIAS	
4	Na sua opinião, o que poderia ser feito com a oportunidade do megaevento esportivo e não se fez?
5	Na sua opinião, que oportunidades foram geradas a partir da finalização do megaevento esportivo?
6	Na atualidade, que mudanças espaciais e de planejamento urbano se percebe como resultado do megaevento esportivo?
7	Na sua opinião, que fatores foram positivos ou negativos para a gestão urbanística desse evento?
CAMPO III: DO DISCURSO	
8	Que tipo de crítica negativa você recorda que havia com respeito ao evento?
9	Em que medida você considera que esse temor causou interferência nas decisões do evento?
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: POSSÍVEIS INDICAÇÕES DE CONTATOS PARA ENTREVISTAS	
a	Nome / informações de contato
b	Nome / informações de contato
c	Nome / informações de contato

Fonte: Elaborado com base nos objetivos da pesquisa.

Após a realização e transcrição das entrevistas, suas informações foram comparadas tanto com aquelas oriundas dos discursos acadêmicos e identificadas a partir da pesquisa bibliométrica quanto com as demais variáveis de análise desta investigação. Para os gestores de Barcelona, o ciclo do método aplicado foi finalizado. Para os do Rio de Janeiro, pela indisponibilidade de alguns indicados para entrevista, não foi possível a sua conclusão. No entanto, tendo em vista a similaridade das respostas encontradas nas entrevistas que foram realizadas, julgou-se adequado, para análise, o material obtido.

Para análise do discurso acadêmico, foram desenvolvidas pesquisas bibliométricas, com diferentes enfoques. A primeira, voltou-se a identificação da importância atribuída pela mídia à megaeventos esportivos, comparativamente a outros grandes eventos. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliométrica na revista Time, em razão do seu caráter internacional, no período compreendido entre 1923, ano de suas primeiras publicações, até o final de 2013.

Além disso, também utilizando como fonte a revista Time, foi realizada uma segunda pesquisa bibliométrica de modo a identificar uma possível interferência da realização dos Jogos Olímpicos ou dos Jogos Pan-Americanos na exposição da imagem de suas cidades-sede. Para tanto, foram considerados os eventos ocorridos desde a década de 1980 até o momento atual, distribuindo os resultados obtidos em períodos de 4 anos, correspondente ao intervalo de realização de ambos os jogos.

Com o objetivo de identificar o interesse da academia pelo estudo dos temas: “Jogos Olímpicos”, “Jogos Pan-Americanos” e “morfologia urbana”, procedeu-se a pesquisa desses termos no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a qual possui significativa base de dados de relevância científica. Para a realização da pesquisa, foram consideradas as publicações realizadas no período de 1980 à 2014.

Por fim, a partir da seleção de três fontes de produção científica relevante. Dessa forma, foram selecionados, em um recorte temporal de 10 anos (2002 a 2012), os artigos produzidos nos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), dada a sua relevância em

estudos sobre cidades; aqueles publicados no periódico Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais, os disponíveis no portal Sage Journals e nas bases Web of Science e Scopus. O Quadro 10 sintetiza o modelo de aplicação da pesquisa bibliométrica executada.

Quadro 10 – Dados de referência da pesquisa bibliométrica de estruturação do discurso acadêmico

FONTES DE PESQUISA	TERMOS PESQUISADOS	RECORTE TEMPORAL
Anais dos encontros da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) Artigos do periódico Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais Artigos de periódicos constantes do portal Sage Journals Artigos disponíveis na base de dados Web of Science Artigos disponíveis na base de dados Scopus	MEEs Jogos olímpicos Jogos pan-americanos	2002 a 2012

Fonte: Elaborado com base no protocolo de pesquisa.

Nota: MEE = megaevento esportivo

A opção por artigos dos encontros da ANPUR ocorreu devido ao fato dessa associação constituir relevante referência nacional na reunião de programas universitários de pós-graduação e entidades brasileiras de ensino e pesquisa em estudos urbanos e regionais, reunindo 53 instituições associadas, atuantes nas áreas do urbanismo, da geografia, da economia, da administração pública, das ciências sociais e outras (ANPUR, 2012). A segunda escolha se justifica em razão da representatividade da revista Scripta Nova, editada pela Universidade Politécnica de Barcelona (UPC), no campo da discussão sobre temas urbanísticos, reunindo produções acadêmicas dirigidas ao público espanhol e ibero-americano (SCRIPTA NOVA, 2012). A terceira opção, dos artigos publicados no portal Sage Journals, reúne uma série de periódicos, alguns deles relacionados com a temática urbana, englobando África, Ásia, Austrália e Nova Zelândia, Caribe, América Central, Europa, Oriente Médio e Américas do Norte e do Sul (SAGE, 2012). As últimas fontes

utilizadas, as bases Web of Science e Scopus foram escolhidas por sua relevância das publicações científicas disponibilizadas, além de permitirem uma visão mais abrangente da produção de pesquisas na área de interesse (WEB OF SCIENCE, 2012; SCOPUS, 2012).

O recorte temporal de 10 anos é justificado pela necessidade de apreensão da concepção mais recente sobre os MEEs, considerando, inclusive, experiências já ocorridas, como os Jogos Olímpicos de Barcelona e os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro.

Os termos pesquisados – megaeventos esportivos, jogos olímpicos e jogos pan-americanos –, bem como seus respectivos sinônimos, constituíram o primeiro filtro de seleção e quantificação dos artigos nas fontes determinadas, devendo, assim, constar explicitamente do seu título ou das suas palavras-chave. Nesse universo, foi priorizada a leitura daqueles que faziam referência explícita aos Jogos Olímpicos de Barcelona e aos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, tendo início, então, a análise métrica de palavras e expressões indicativas de posicionamentos favoráveis ou contrários à realização desses eventos. Na situação de quantidade insuficiente de artigos para análise por fonte e por evento, ou seja, menor que três e, portanto, sem possibilidade de mínima variância, a pesquisa bibliométrica foi ampliada para os demais até que fosse estabelecida clara linha de tendência estatística.

Esse critério também foi adotado no caso de número excessivo de artigos por fonte e por evento, ou seja, superior a 31, considerado por Carzola e Silva (2011) suficientemente grande (maior que 30 unidades) para a convergência das respostas para a normalidade, estabelecendo a heterogeneidade da amostra e a mínima confiança de resultados. Esses últimos artigos – contendo os termos de referência ou seus sinônimos, apesar da falta de especificidade aos jogos mencionados – foram escolhidos de acordo com a data mais recente da sua publicação.

Após a pesquisa bibliométrica, os dados, que diziam respeito à quantidade de artigos encontrados, bem como ao posicionamento evidenciado naqueles priorizados para leitura, foram sintetizados em um gráfico com o objetivo de demonstrar as principais orientações da academia com relação à ocorrência de

MEEs, ou seja, o foco de abordagem do tema.

3.2.3.3 Análise de aspectos morfológicos

Com base na avaliação dessa variável, pretendeu-se identificar, a partir da implantação ou reformulação de equipamentos destinados à viabilização do MEE, as alterações ocorridas no tecido urbano, bem como a espacialização da concepção de planejamento e dos discursos referentes à ocorrência dos jogos. Dessa forma, buscou-se evidenciar a contribuição do “sistema de objetos” na construção do espaço da cidade a partir da realização de um MEE.

Nesse contexto, foram analisadas fotos aéreas e bases cartográficas dos momentos anterior e posterior ao megaevento, de modo a serem identificados os seguintes aspectos:

- a) tramas urbanas – configuração nas áreas de intervenção com características predominantemente quadriculares, concêntricas ou irregulares (KOHLSDORF, 1985);
- b) eixos de expansão – orientação dos vetores de crescimento urbano (SOLÁ-MORALES, 2008) no momento após a intervenção olímpica;
- c) rede de espaços livres – conformação dos locais públicos da cidade;
- d) infraestrutura – estruturação de redes físicas de suporte a serviços urbanos voltados à circulação, ao saneamento, à energia e às comunicações, dentre outros (HARDT, 2006), porém restrita no presente estudo à abertura de novas vias de circulação.

Também foram utilizadas imagens e fotografias dos locais analisados, que auxiliaram na interpretação das condições da cidade antes e após o evento. A comparação desses momentos temporais embasou a formulação de algumas considerações acerca das interferências de MEEs na constituição dos “fixos” do espaço urbano.

As fotos aéreas e as bases cartográficas são datadas, no caso do Rio de Janeiro, próximo ao ano de 2002, quando a cidade foi nomeada como sede dos jogos pan-americanos, e depois de 2007, quando foi realizado o evento. Para Barcelona, têm

data aproximada de 1986, quando a cidade recebeu a nomeação como sede dos jogos olímpicos, e posterior a 1992, atendendo aproximadamente o mesmo interstício temporal daquele adotado para a cidade brasileira.

Esse recorte temporal parte do princípio de que, a partir de tais anúncios, é que teve início o processo de transformação urbana, com vistas à ocorrência do megaevento e que puderam ser evidenciados sinais de construção do espaço com objetivos de competitividade.

3.2.4 Síntese analítica

Com base nos resultados obtidos, procurou-se identificar aspectos similares e díspares da realização dos MEEs no Rio de Janeiro e em Barcelona, bem como estabelecer comparações pontuais com Atlanta, Sydney, Atenas, Pequim e Londres, de modo a comprovar a hipótese da pesquisa de que diferentes cidades submetidas a eventos similares podem ter formas singulares de direcionamento da sua dinâmica de conformação urbanística, com paisagens vitalizadas em decorrência da própria complexidade do fenômeno urbano.

Além disso, pretendeu-se atender ao objetivo central da pesquisa pela análise das estratégias de construção do espaço urbano, com vistas à promoção das cidades no mercado mundial, a partir da ocorrência de MEEs. Assim, algumas questões foram contempladas e discutidas nesta fase:

- a) quais estratégias de ações (discursos e concepção de planejamento) foram pertinentes à construção do espaço competitivo?
- b) quais táticas de objetos (aspectos morfológicos) foram relacionadas à construção do espaço competitivo?

Dessa forma, a partir do reconhecimento de que as realidades analisadas têm características de ordem política, cultural e social distintas, buscou-se verificar se esse processo de construção do espaço gerou paisagens vitalizadas diferenciadas. Além disso, buscou-se estabelecer reflexões a cerca da relevância de eventos, de curto prazo, no processo de reestruturação de suas cidades-sede, bem como as relações entre a conformação de estruturas planejadas e não planejadas no território

e a previsibilidade das ações de planejamento.

As reflexões e discussões que foram desenvolvidas com bases nas análises realizadas podem ser estendidas, de modo geral, para a ocorrência de MEEs, não se restringindo, portanto, às cidades-sede analisadas. A partir do cruzamento das análises do “sistema de ações” e do “sistema de objetos”, foram obtidas as características de síntese do processo analisado, permitindo a formulação de fundamentos para a gestão pública no âmbito da construção do espaço urbano a partir da competição entre cidades.

4 CARACTERIZAÇÃO DOS RECORTES FÍSICO E TEMPORAL

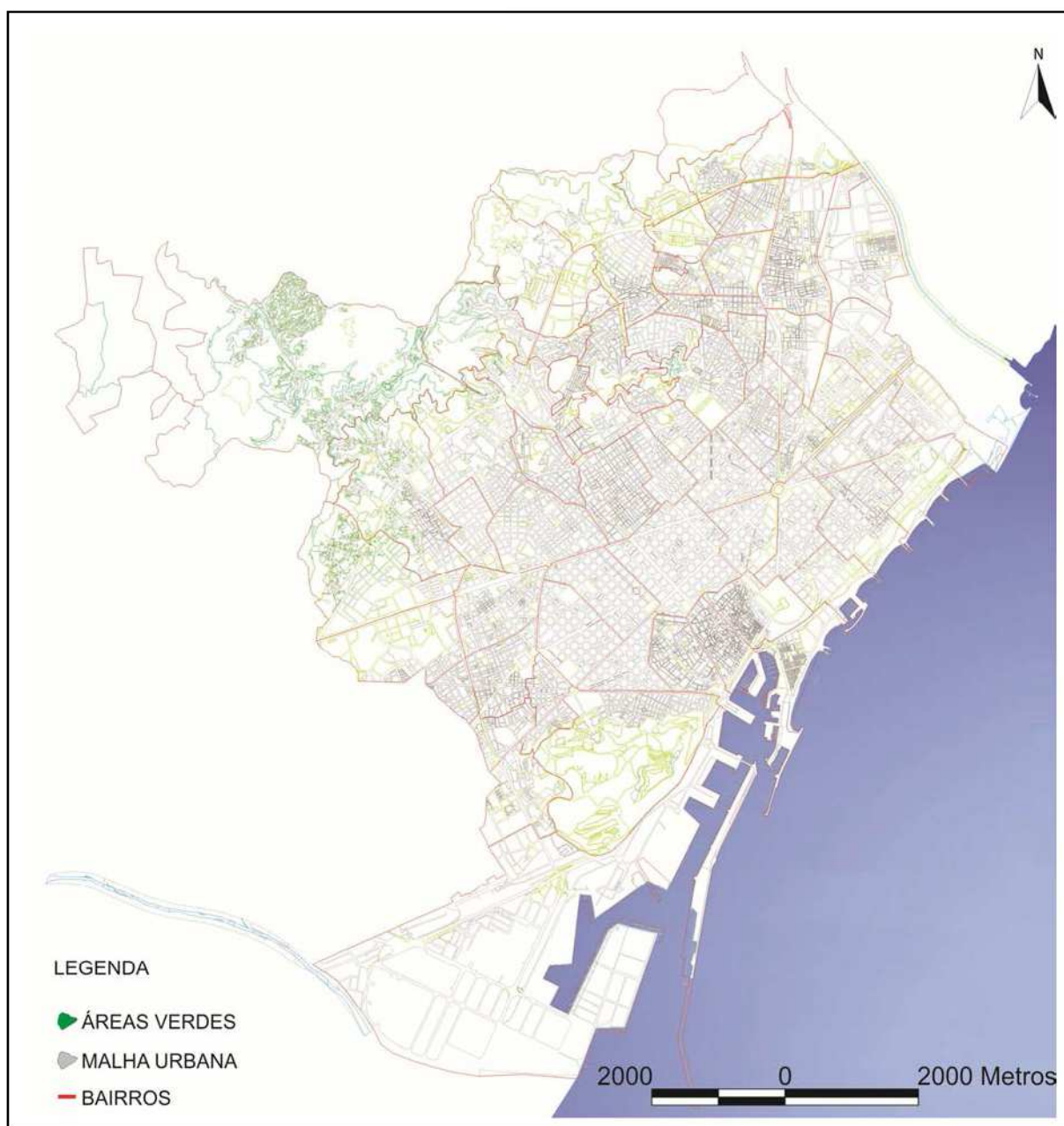
Nesta seção, são caracterizadas as cidades selecionadas para estudo, ou seja, Barcelona e Rio de Janeiro, além daquelas elencadas para o estabelecimento de paralelos de comparação (Atlanta, Sydney, Atenas, Pequim e Londres). O objetivo dessa caracterização é contextualizar a cidade e as condições existentes para a proposição dos sistemas de ações e de objetos, em cada caso.

4.1 REFERÊNCIA DE TRANSFORMAÇÃO: BARCELONA

O objetivo desta subseção é caracterizar a Barcelona pré-olímpica sob o viés de políticas de planejamento urbano, a fim de compreender em que contexto foram produzidas as propostas de transformação da cidade para os Jogos Olímpicos de 1992. Para tanto, procura-se analisar as formas de reprodução espacial do Plano Geral Metropolitano (PGM), de 1976, considerado marco referencial e base para as proposições urbanísticas da década de 1980. A abordagem tem o intuito principal de responder as seguintes inquietudes: quais as características das intervenções urbanas que marcaram os anos 1980? Quais instrumentos serviram de base para essa transformação? Como se produziu a mudança de escala de intervenção, a partir de um novo modelo de planejamento, já com vistas para os Jogos Olímpicos de 1992?

Barcelona é uma cidade com mais de 1,7 milhão de habitantes e em sua área metropolitana vivem cerca de 5 milhões de pessoas (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 2011). É a capital da Catalunha, uma região da Espanha em permanente luta de autoafirmação. Esse contexto é relevante para a compreensão das estratégias adotadas pela municipalidade com relação ao posicionamento da cidade diante do cenário internacional e perante a Comunidade Europeia. Com extensão territorial de 10.216,00 ha (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 2012), está dividida, administrativamente, em 10 distritos municipais e 73 bairros (Figura 22).

Figura 22 – Mapa de bairros da cidade de Barcelona



Fonte: AYUNTAMIENTO DE BARCELONA (2012)

No período que transcorre entre os anos de 1979 (quando se realizaram as primeiras eleições municipais democráticas) e 1992 (ano em que ocorreram os jogos olímpicos), Barcelona vivenciou uma intensa transformação urbanística. Essa mudança de planejamento urbano ocorreu paralelamente com uma alteração na situação geral da cidade. A área urbanizada de Barcelona passou de um milhão de habitantes (1930) para quatro milhões (1970), crescimento que, em algumas zonas,

resultou em uma intensificação das formas de funcionamento precedentes (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1987b).

Ao final dos anos 1970, a Espanha retornou ao regime democrático, após décadas de lutas das organizações de esquerda. Como consequência, ocorreu o fortalecimento da cidadania e dos movimentos sociais urbanos, principalmente no período de 1976 a 1979. Acompanhando essa transição para o regime democrático, a Constituição, em seu Artigo 148.1, concedeu autonomia aos municípios, ficando as questões de ordenamento urbano designadas como de competência municipal.

Segundo Mascarell i Canalada (1999), na maior parte das cidades da Catalunha se conformaram prefeituras com tendências de esquerda, geralmente constituídas por equipes muito jovens, provenientes da oposição democrática e que tinham grande entusiasmo em renovar a vida cultural das cidades. Alguns estudiosos do assunto apontam, nesse período, uma efervescência social e política incomparável à que sucedeu a chegada dos socialistas ao poder (VAZQUEZ MONTALBÁN; MORENO, 1991).

De acordo com Terán (1999, p.327), teve início uma nova etapa do urbanismo espanhol, caracterizada pela vontade de alteração da situação atual, a qual foi impulsionada devido a alguns fatores:

- una nueva legislación urbanística, con una forma diferente de definir el planeamiento, que exigía la revisión y la adecuación a ella de los planes anteriores;
- una presión social importante, reivindicativa de mejoras urbanas, liderada por el movimiento vecinal;
- un cambio espontáneo de tendencias en los ritmos y localizaciones de los movimientos demográficos;
- una importante variación en el comportamiento de influyentes factores económicos en la localización de las actividades productivas;
- un cambio de actitudes culturales en el panorama universal, tanto en relación con la valoración de la ciudad histórica, como respecto al papel, naturaleza y metodología de planeamiento.⁴

4

- uma nova legislação urbanística, com uma forma diferente de definir o planejamento, que exigia a revisão e adequação dos planos anteriores;
- uma pressão social importante, reivindicativa de melhorias urbanas, liderada pelo movimento de moradores;
- uma mudança espontânea de tendência nos ritmos e localizações dos movimentos demográficos;
- uma importante variação no comportamento de fatores econômicos influentes na

Transição política semelhante também ocorreu no caso brasileiro, abordada em subseção específica, porém anos antes do objeto de estudo, na década de 1970, enquanto que os jogos panamericanos foram celebrados somente em 2007. Portanto, como analisado na sequência desse trabalho, o planejamento urbano carioca já sofria influências políticas de outra natureza na década de 2000.

Nesse momento, período de transição para a democracia (1976-1979), e nos primeiros anos do governo socialista (1979-1986), houve um esforço da administração municipal no sentido de garantir que os investimentos em infraestrutura fossem também investimentos socialmente redistributivos, objetivando equalizar condições de vida urbana (SÁNCHEZ, 2010).

Nessa época, existia uma Generalitat de Catalunya, reestabelecida depois do período da ditadura e que previa especial atenção à revisão de planos urbanísticos na maioria das cidades. A situação de Barcelona, em 1979, era de crise econômica que afetava especialmente os setores têxteis e de serviços, gerando alto índice de desemprego na área metropolitana. O governo municipal não tinha poder de investir em equipamentos e infraestrutura de porte. Nas palavras de Narcís Serra (1982, p.8), primeiro prefeito eleito:

Quan l'any 1979 atrèrem en els ajuntaments ens vam trobar en una situació realment greu i no és cap exageració no cansar-se d'explicar-ho...no hi havia manera de seleccionar alguns problemes puntuals que fossin clarament prioritaris, ja que ens vam trobar amb un ventall enorme de problemes i en una situació en què no podem aïllar-ne un parell o tres [...].⁵

Segundo Borja (1995), nesse período, a observação do mapa da cidade permitia a identificação de três realidades urbanas diferenciadas:

a) a cidade antiga e o porto;

localização das atividades produtivas;

- uma mudança de atitudes culturais no panorama universal, tanto em relação à valorização da cidade histórica, como com relação ao papel, natureza e metodologia de planejamento. (Tradução da autora)

⁵ Quando em 1979 outros dizem que a prefeitura se encontrava em uma situação muito grave e não é exagero não cansar-se de explicá-lo... não havia maneira de selecionar alguns problemas específicos que eram claramente prioritários, uma vez que encontramos uma enorme variedade de problemas em uma situação onde não pudemos isolá-los [...]. (Tradução da autora)

- b) o ensanche moderno (expansão de acordo com o Plano Cerdá);
- c) os bairros que formavam a periferia até meados do século XX.

Segundo o autor, essas três “tipologias” urbanas apresentavam déficits como degradação no caso das duas primeiras e carência de urbanização (equipamentos e serviços) na última. Além disso, não se articulavam entre si.

O contexto de transição para o regime democrático (1975-1979) e os primeiros anos do governo local (1979-1983) possibilitaram a estruturação de diretrizes de compra de solo e de viabilização de pequenos programas urbanísticos nos bairros, facilitadas pela orientação política do governo, bem como pela crise econômica e pela pressão social (BORJA, 1995).

A partir de 1983, Pasqual Maragall assumiu o poder na cidade de Barcelona e iniciou um longo mandato, revalidado nas eleições posteriores de 1987, 1991 e 1995. Tal continuidade político-administrativa é um dos fatores relevantes para o sucesso do projeto de renovação urbana vinculado aos Jogos Olímpicos de 1992. Desde o início de seu mandato, Maragall demonstrou estar plenamente comprometido com o projeto olímpico.

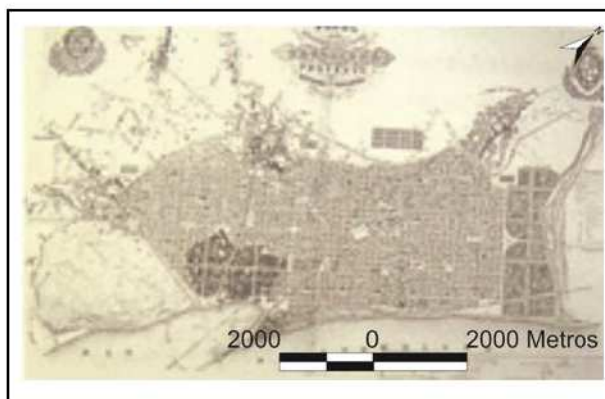
Importante liderança política em Barcelona, Maragall procurou destacar, no início de seu governo, o significado da gestão socialista ao ressaltar a necessidade de desenvolver o orgulho coletivo, o qual havia sido submetido, por muitos anos, à falta de investimentos e a constantes negligências, dando qualidade à periferia e integrando os bairros à malha urbana consolidada (SUBIRÓS et al., 1994).

A seguir, com base no contexto político delineado até então, são apresentadas e discutidas as propostas urbanísticas que fomentaram as ações urbanas nos anos 1980.

4.1.1 Planos urbanísticos até a década de 1980

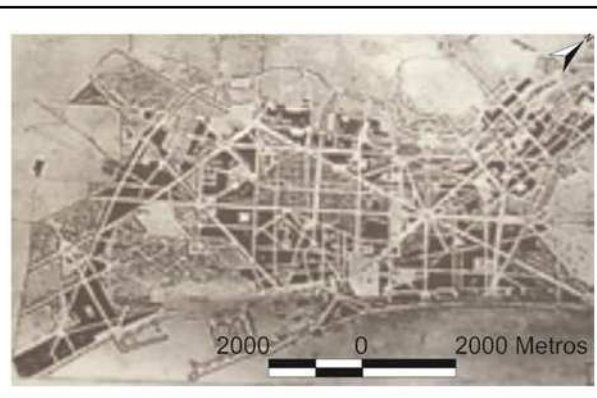
A cultura do planejamento urbanístico esteve constantemente presente na cidade de Barcelona, desde que Idelfonso Cerdá projetou, em 1859, o Ensanche, o qual correspondia a uma ampliação da cidade velha que se encontrava em processo de adensamento até aquele momento. Depois do Plano Cerdá (1860), foram elaborados planos de forma ininterrupta: o Plano Jaussely (1905); o Plano Maciá (1934), redigido por um grupo de arquitetos racionalistas catalães (Grupo de Arquitetos e Técnicos Catalães para o Progresso da Arquitetura Contemporânea – GATCPAC), com a colaboração de Le Corbusier; o Plano Comarcal (1953); e, finalmente, o Plano Geral Metropolitano (1976). As Figuras 23 a 26 ilustram as propostas dos planos citados.

Figura 23 – Representação da ampliação da cidade antiga e do esquema geométrico previsto no Plano Cerdá (1860)



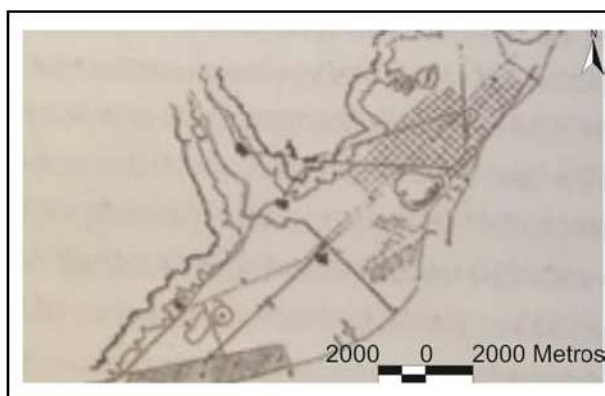
Fonte: FERRER; NEL.LO (1990)

Figura 24 – Representação da multiplicidade de traçados viários previstos no Plano Jaussely (1905)



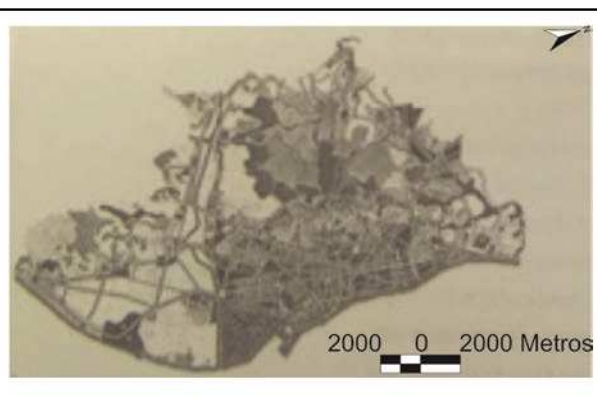
Fonte: FERRER; NEL.LO (1990)

Figura 25 – Representação da revisão do Plano Cerdá prevista no Plano Maciá (1934)



Fonte: FERRER; NEL.LO (1990)

Figura 26 – Representação da distribuição funcional municipal prevista no Plano Comarcal (1953)



Fonte: FERRER; NEL.LO (1990)

O Plano Cerdá correspondeu a um momento de grande transformação de Barcelona, quando foram derrubadas as muralhas da cidade antiga e permitida a extensão da malha urbana conectando essa área com a periferia, que crescia, naquele momento, em virtude dos fluxos migratórios (Sants, Gràcia, Sant Andreu e Poblenou-Icària) (FERRÉ, 2003). O plano foi concebido sobre o sistema de quadrículas que se articulavam a partir de ruas largas e espaços públicos. Correspondia a um esquema geométrico, de vias paralelas e perpendiculares, e que previa uma distribuição uniforme de equipamentos, baseado em uma ideologia igualitária.

Proposto em 1905, o Plano Jaussely surgiu em um contexto que buscava o ajuste do projeto do Eixample (extensão), projetado por Cerdá, com as áreas agregadas de Barcelona e que conformariam o limite administrativo atual da cidade. Em oposição ao caráter igualitário do Eixample de Cerdá, o Plano Jaussely propunha uma multiplicidade de traçados viários, com amplos espaços, grandes parques e equipamentos públicos, os quais compunham uma diversidade do tecido urbano e de densidades de edificação. Como a cidade não dispunha de suficiente capacidade financeira e gestora, esse plano foi se concretando aos poucos, ao longo do século XX até os dias de hoje (FERRER; NELLO, 1990).

Anos mais tarde, no escopo do Plan Maciá (1934), foi realizada uma revisão do Plano Cerdá, sendo proposta uma zonificação urbanística e uma hierarquia superior no sistema viário, o que produziu uma forma de edificação mais higiênica e menos densa. Já o Plano Comarcal (1953), concebido em um cenário de preocupações para solucionar a realidade supramunicipal em que vivia Barcelona, era estruturado a partir de um modelo de distribuição funcional, no qual cada município teria suas funções principais, de forma independente.

Portanto, foram procuradas, em cada época, respostas aos novos desafios de Barcelona, com base em planos que visavam à melhoria da imagem da cidade, incluindo a concepção de valorização de espaços públicos.

O ano de 1976 foi um marco para Barcelona, pois foi aprovado o Plano Geral Metropolitano (PGM), em um momento de transição do regime autoritário franquista para a democracia. Esse plano correspondia à uma proposta de ordenação urbanística tanto de Barcelona quanto dos vinte e seis municípios que compõem sua região metropolitana, denominada como Corporação Metropolitana de Barcelona, dissolvida em 1987 pelo Governo da Comunidade Autônoma (FERRER; NELLO, 1990).

As diretrizes territoriais para Barcelona e região metropolitana previstas pelo PGM eram estruturadas em torno de dois elementos principais: o uso do solo e o sistema viário. O plano também previa, como estrutura geral, uma vertente de correção da indisciplina urbanística que havia sido comum nas décadas anteriores, quando a área metropolitana cresceu de forma muito rápida (FERRER; NELLO, 1990). Portanto, correspondia a um momento de ruptura com o modelo de urbanismo praticado até então. Um dos aspectos relevantes do plano é a classificação do território em dois grandes grupos: as “zonas” e os “sistemas”. As primeiras se referem aos solos para uso privativo e edificações privadas enquanto que os segundos se relacionam com os solos (públicos ou privados) que possuem interesse coletivo. Essa definição constituiu a sustentação do plano e permitiu criar um sistema articulado de comunicações, espaços verdes, equipamentos e serviços (FERRER, 1997), além da previsão de reserva de áreas nas quais foram possíveis as intervenções pontuais posteriores.

Há outros pontos que podem ser mencionados como relevantes no PGM de 1976, tais como: redução da edificabilidade e altura nos terrenos privados; introdução de uma concepção dinâmica de “zoning” relacionada com o adensamento e remodelação do tecido urbano; proposição de grande reserva de solo para áreas verdes e equipamentos; delegação de grande importância ao sistema viário; e clareza na redação. Portanto, a despeito dos aspectos metodológicos do plano, é relevante sua significação como marco urbanístico de um novo processo de transformações urbanas (FERRER, 1997).

De modo geral, os planos desenvolvidos nos anos anteriores se caracterizaram por maior dedicação ao ordenamento do crescimento urbano, com a preocupação de definição de usos, determinação de densidades e previsão de infraestrutura de transporte. O PGM, aprovado no ano de 1976, seguia uma base ideológica estatal, que apoiava o pensamento urbanístico da época. No âmbito espanhol, os anos 1980 significaram a aprovação da maior parte dos planos municipais (Quadro 11), à exceção de Barcelona, tendo em vista que o PGM englobava ao todo 27 municípios, centrando-se na antiga Corporação Metropolitana de Barcelona.

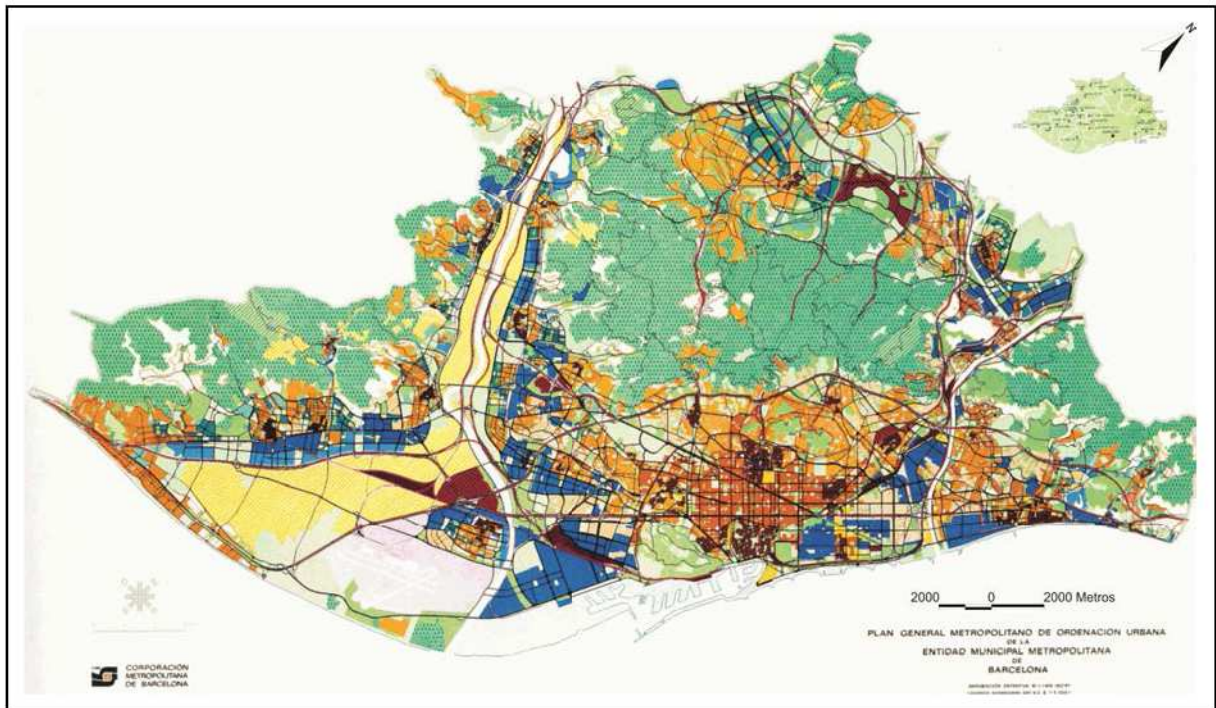
Quadro 11 – Planos municipais de grandes cidades espanholas por ano de aprovação e âmbito administrativo

CIDADE	ANO DE APROVAÇÃO	ÂMBITO
Barcelona	1976	27 municípios
Bilbao	1984	municipal
Madri	1985	municipal
Málaga	1983	municipal
Sevilla	1987	municipal
Valencia	1988	municipal

Fonte: NELLO (1997)

Tello (1993) observa que o PGM, além de um plano de ordenamento de usos na cidade de Barcelona, determinava suas áreas de expansão e não se dedicava com igual ênfase sobre o território metropolitano. Segundo Sánchez (2010, p.206), “é possível reconhecer no plano de 1976 o começo de uma estratégia territorial de transformação do espaço urbano da cidade-polo em espaço de gestão e de consumo, promovendo a produção industrial em outras áreas da região metropolitana”. A Figura²⁷ ilustra a proposta contida no PGM.

Figura 27 – Mapa de zoneamento do uso do solo do Plano Geral Metropolitano (PGM)



Fonte: AYUNTAMIENTO DE BARCELONA (1987b)

Notas:

LEGENDA:

<ul style="list-style-type: none"> Zona de Núcleo Antigo Substituição da edificação antiga Conservação do Centro Histórico Zona de densificação urbana Subzona intensiva Subzona semi-intensiva 	<ul style="list-style-type: none"> Zona de ordenação de edificação Subzona plurifamiliar Subzona unifamiliar Zona de verde privado protegido Zona de conservação da estrutura urbana Zona sujeita a ordenação volumétrica específica 	<ul style="list-style-type: none"> Zona de renovação urbana: transformação de uso Zona de renovação urbana: reabilitação Zona de remodelação física Subzona pública Subzona privada Zona industrial
---	--	---

No entanto, nos primeiros anos, algumas propostas do PGM foram delegadas para segundo plano, principalmente aquelas que diziam respeito à abertura de vias de grande capacidade de fluxo, consideradas conflitantes com a proposta de recuperação do tecido urbano existente. A política municipal, com o objetivo de reverter a situação urbanística em que se encontrava Barcelona, concentrou-se em questões como o excesso de densidade e a escassez de equipamentos e espaços livres, por meio de pequenas ações transformadoras. Assim, foram priorizadas ações de recuperação da cidade existente, evitando intervenções impactantes.

Assim, o PGM se converteu em um marco que corresponde a um ponto de partida para a viabilização dessas operações pontuais de urbanismo qualitativo, considerando ainda que esse plano contribuiu para a normalização do mercado de solo e, conseqüentemente, introduziu numerosas reservas de solo para infraestrutura, espaços verdes e equipamentos comunitários. A seguir é apresentada a concepção ideológica que se projetou sobre a cidade de Barcelona nos anos subsequentes, e que antecederam o evento olímpico.

4.1.2 Planejamento urbano na década de 1980 e início dos anos 1990

Nesse período, no âmbito territorial da Catalunha, teve início a produção de alguns planos que legitimam o urbanismo dessa época e que significaram um momento de alteração no que se estava produzindo até o momento (TERÁN, 1999). São os conhecidos “planos morfológicos” ou “urbanismo urbano”, os quais introduziram uma renovação conceitual e metodológica. “Eran mas estructurantes que los anteriores y por médio de la morfologia urbana y la tipologia de la edificación intentaban la ordenación de la ciudad existente y dar pautas de crecimiento”⁶ (ARROYO, 2001, p.53). Essa contextualização é relevante para a compreensão do que se seguiu na cidade de Barcelona nessa mesma década.

⁶ Eram mais estruturantes que os anteriores e por meio da morfologia urbana e da tipologia de edificação tentavam o ordenamento da cidade existente dando pautas de crescimento. (Tradução da autora)

Esse planejamento voltou-se para ações diretas e pontuais de transformação do espaço físico. Outra mudança significativa na política local da Catalunha é a dissolução da Corporação Metropolitana de Barcelona, que desempenhava a tarefa de aprovação inicial e provisional do PGM, assim como as tramitações dos chamados “Planos Parciais e Especiais”, que afetavam mais de um município, sendo responsáveis por projetos de escala metropolitana.

Em Barcelona, no início dos anos 1980 a concepção urbana passou de um urbanismo “defensivo” para um urbanismo mais “ofensivo e propositivo” (ACEBILLO, 1992), porque os planos urbanísticos anteriores tinham maior compromisso com a legalidade e o que se estava propondo, naquele período, era a intervenção espacial, além da regulamentação. Nessa concepção, Bohigas (1981, p.24) afirma que “la primera tendencia a la ineficácia del llamado urbanismo es la estructura del trámite y la gestión”⁷. Assim, muitas das ações propostas nessa época foram viabilizadas com base no PGM de 1976 e suas conseqüentes alterações.

Nos primeiros anos desse período (1979-1982), ocorreu uma série de atuações de caráter público e financiamento municipal, vinculadas a ações pontuais em quase todo o município, sobretudo nos distritos mais deficitários. Intervenções como construção de novas praças e parques de bairro, centros cívicos e outros equipamentos são as mais características dessa época, com a intenção, segundo Oriol Bohigas, então responsável pelo urbanismo municipal, de sanear o centro urbano e monumentalizar a periferia (FERRER; NEL.LO, 1990).

⁷

A primeira tendência à ineficácia do chamado urbanismo é a estrutura do trâmite e da gestão. (Tradução da autora)

Basicamente, essa forma de gestão buscava o resgate da normalidade administrativa e a ética na administração pública. Ao final dos anos 1980 é que se deu início a intervenções mais ofensivas. Conforme explica o arquiteto Acebillo (1993⁸ apud BORJA, 1995):

[...] desde el primer momento habíamos descartado la idea de revisión del Plan General para si orientarnos hacia una renovación urbana desde la transformación de las estructuras físicas, que se podía formular bajo la interpretación del plan [...]. Mas que constatar deficiências en el plan, había que llevar a cabo directamente políticas setoriales concretas, como rehabilitación, vivienda pública, aparcamiento, nuevas plazas, escuelas, lugares públicos.⁹

Nesse sentido, as propostas de transformação física tinham por meta a reformulação das formas e funções urbanas a partir de um orçamento escasso do poder público municipal. Essas obras foram implantadas paulatinamente e sua escala foi se alterando, em complexidade e tamanho, ao longo dos anos posteriores. A princípio, a iniciativa era promover uma execução rápida, no intuito de viabilizar o “urbanismo ofensivo” a que se referia Acebillo (1992).

Entre os anos de 1982 e 1986, foi realizada uma série de intervenções em espaços públicos da cidade, que demonstravam o viés da política urbana adotada pelo Ayuntamiento de Barcelona.

⁸ Ver contextualização do autor em:
ACEBILLO, J. A. M. **La complexitat de les noves intervencions urbanes**. Barcelona: Disputació de Barcelona, 1993.

⁹ [...] desde o primeiro momento havíamos descartado a ideia de revisão do Plano Geral para orientar uma renovação urbana com a transformação de estruturas físicas, as quais podiam ser formuladas a partir da interpretação do plano [...]. mais do que constatar deficiências no plano, tínhamos que conformar políticas setoriais concretas como reabilitação, habitação pública, estacionamento, novas praças, escolas, lugares públicos. (Tradução da autora)

De acordo com Acebillo (1992), foram utilizados três critérios para definir a escala e o tipo de intervenções sobre o espaço público no início dos anos 1980:

- a) não deveriam negar a possibilidade de projetos de grande escala;
- b) tinham uma programação muito restrita com relação a prazos de execução e orçamento;
- c) deviam ser compreensíveis em si mesmas e capazes de definir uma nova estrutura urbana.

Portanto, o elo condutor dessas intervenções é a qualificação urbana e a necessidade de estabelecer um equilíbrio entre centro e periferia. Outra característica relevante diz respeito à incorporação das obras públicas como parte das “tarefas” do urbanismo municipal, associando também projeto e execução.

Nesse primeiro momento, os critérios de atuação consistiram em priorizar bairros que necessitavam mais urgentemente de soluções globais e particulares, aqueles que podiam dar retorno mais imediato aos esforços de projeto, e os que tinham grande representação na coletividade cidadã (ACEBILLO, 1992).

Como exemplificação das políticas levadas a cabo nessa época, podem ser mencionadas algumas que interferiram de forma mais significativa na malha urbana, como o Passeig Colom e Moll de Bosh e Alsina. Esses projetos, de autoria do arquiteto Manuel de Sóla-Morales, com esculturas de Miquel Blay, Francisco López, Robert Krier (Figura²⁸), desenvolveram-se a partir das concepções de estender o espaço público para o mar e de estabelecer uma nova estrutura viária que não fosse uma barreira entre ambos, capaz de atender simultaneamente o trânsito local e o Cinturão do Litoral.

Figura 28 – Vistas do Passeig Colom e Moll de Bosh e Alsina



Fonte: AYUNTAMIENTO DE BARCELONA (1987a)
Notas: superior esquerda = antes da intervenção
superior direita e inferior = após a intervenção

Nesse sentido, esses projetos já demonstravam que era antiga a intenção de abertura da cidade para o mar, cujo processo se concluiu com as obras olímpicas. Ao mesmo tempo, essas intervenções revelavam uma iniciativa de transformação urbana, ainda que em menor escala, além de evidenciarem a necessidade de inserção de Barcelona em uma rede de cidades globais, a partir da criação de espaços revitalizados, ou seja, a partir da intervenção física no meio urbanizado.

Essas obras estavam respaldadas pelo discurso do prefeito municipal na época, Pasqual Marragal, que enfatizava a necessidade de projeção da cidade de Barcelona:

El que sí que puc assegurar és que la tasca dels urbanistes municipals há estat un elemento importantíssim em l'esforç que tots hem fet per lançar internacionalment el nom de Barcelona, per retornar al nostre paisatge urbà la seva dignitat perduda, per crear un ambient de controvérsia i de debat em una societat catalana amenaçada pel conformisme, per l'uniformisme ideològic i per la por a la confrontació¹⁰ (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1987b, p.7).

Segundo Bohigas (1986), atuar no espaço público possuía uma dupla intenção de convertê-lo em um equipamento de qualidade e, a partir de então, gerar transformações espontâneas. Em um primeiro momento, foram mais recorrentes as intervenções em espaços públicos, com a construção de novas praças e parques, os quais, ainda que com dimensões reduzidas, foram capazes, por sua qualidade e localização, de reconfigurar a paisagem urbana.

Portanto, nesse período predominou uma política urbana baseada na análise projetiva do território, complementando as análises do PGM com planos setoriais, pautados na ideia de reconstrução da cidade existente, em oposição à sua expansão por meio de grandes obras.

¹⁰

O que posso assegurar é que o trabalho dos planejadores da cidade tem sido um elemento importantíssimo no esforço que todos tem feito para lançar internacionalmente o nome de Barcelona, para retornar a nossa paisagem urbana sua dignidade perdida, para criar uma atmosfera de controvérsia e debate em uma sociedade catalã ameaçada pelo conformismo, pela uniformidade ideológica e o medo do confronto. (Tradução da autora)

O teórico de urbanismo catalão Manuel de Sónla-Morales (1986¹¹ apud SUBIRÓS et al., 1994, p.54) afirma:

El urbanismo actual, nacido no solo de la crisis económica sino también de una crítica profunda a los métodos del urbanismo de La Carta de Atenas (1933), tiende a valorar más la ciudad existente como punto de partida que las nuevas áreas que el crecimiento puede generar. Dicho con otras palabras, se trata de actuar no a partir de materiales creados ex novo, sino desde las condiciones fragmentarias, residuales, inacabadas que el conjunto metropolitano ofrece. Es el predominio de la reconstrucción de la ciudad más que de su expansión.¹²

Oriol Bohigas se refere a essas intervenções como uma “gota de azeite”, que se espalha e “contamina” os espaços relacionados ao local de intervenção, promovendo uma reurbanização geral:

[...] teníamos la idea de la “ósmosis”, de las contaminaciones: cuando se arregla un espacio público, los espacios privados también se arreglan, como una gota de aceite que se va esparciendo. Optábamos por operaciones que pudieran tener ese carácter osmótico¹³ (BOHIGAS, 1997 apud SÁNCHEZ, 2010, p.212-213).

Esse tipo de solução é caracterizado por Sónla-Morales (1986⁸ apud SUBIRÓS et al., 1994) como “acupuntura urbana”, ou seja, conjunto de intervenções que, embora sejam pontuais, suas consequências possuem reflexos em um âmbito territorial maior. Assim, consistem em melhorias pontuais de determinados espaços urbanos, que produzem, por acumulação, efeitos de caráter qualitativo.

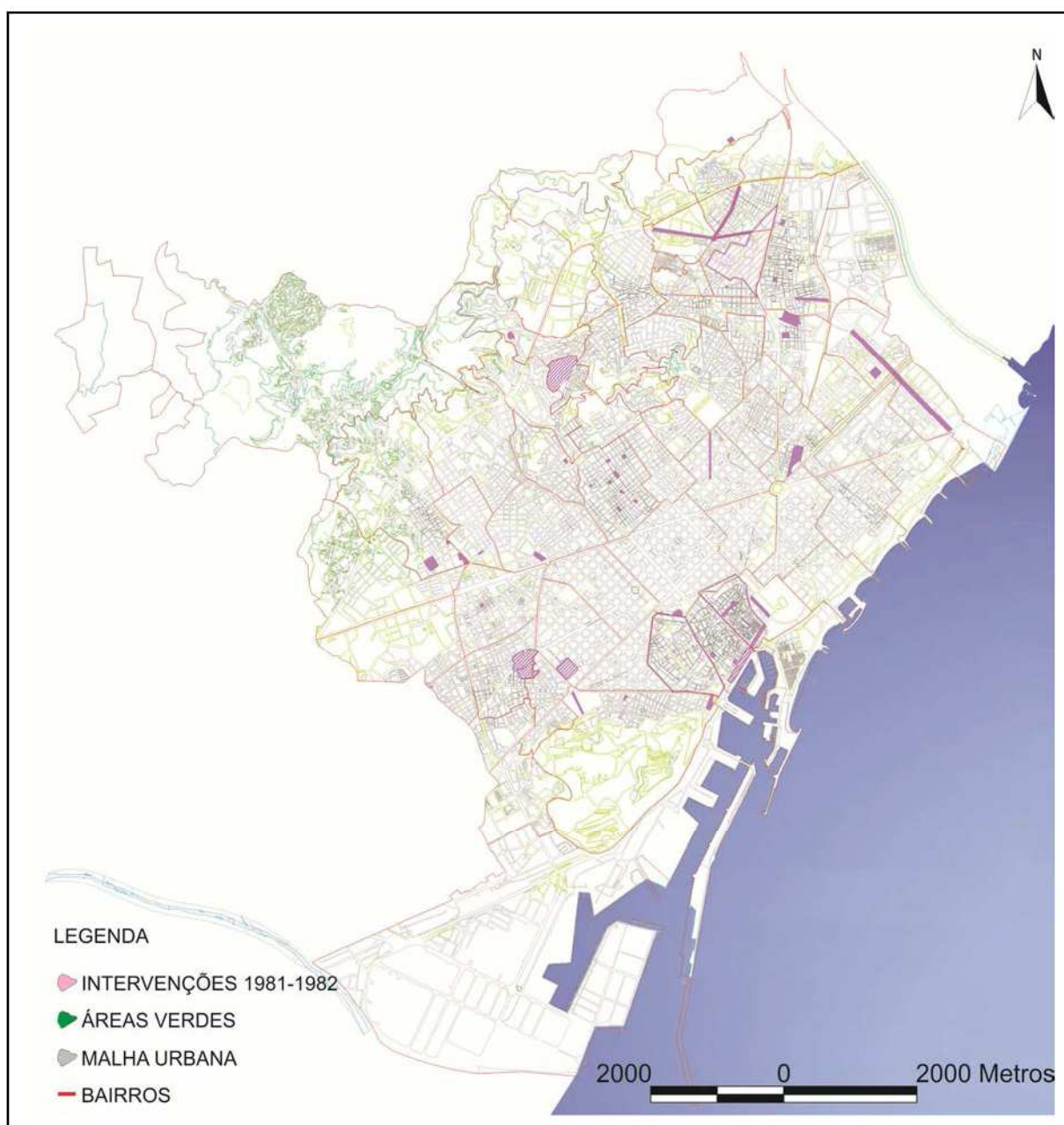
¹¹ Ver contextualização do autor em:
SOLÁ-MORALES, I. de. **Architettura minimale a Barcelona: costruire sulla citta costruita**. Roma:Rizzoli, 1986.

¹² O urbanismo atual, nascido não só da crise econômica, mas também de uma crítica profunda aos métodos de urbanismo da Carta de Atenas (1933), tende a valorizar mais a cidade existente como ponto de partida que as novas áreas que o crescimento pode gerar. Em outras palavras, se trata de atuar não a partir de materiais criados, mas a partir da condição fragmentária, residuais, inacabadas, que o conjunto metropolitano oferece. É o predominio da reconstrução da cidade mais que sua expansão. (Tradução da autora)

¹³ Tínhamos a ideia da “osmose”, das contaminações: quando se melhora um espaço público, os espaços privados também melhoram, como uma gota de azeite que vai se espalhando. Optávamos por operações que pudessem ter esse caráter osmótico. (Tradução da autora)

Portanto, nos primeiros anos da década de 1980 prevaleceram as intervenções de pequena escala sobre os projetos de maior abrangência, distribuídas pelas áreas periféricas da cidade, embora os critérios para instalação desses equipamentos tenha sido fundamentalmente técnicos e pouco discutidos com a população de cada bairro (SÁNCHEZ, 2010). A Figura 29 mostra a espacialização das intervenções no início da década de 1980.

Figura 29 – Mapa de intervenções urbanísticas em Barcelona no período de 1981 a 1982



Fonte: Elaborado com base em Ayuntamiento de Barcelona (1987b).

A Federació de Associacions de Vecinos de Barcelona (FAVB) publicou, no final da década de 1980, um boletim que fazia um balanço da atuação pública municipal nos primeiros anos democráticos (Figura 30). O conteúdo ressaltou uma vertente crítica com relação as demandas de participação pública por parte das associações de bairro, reivindicando uma política de consulta aos cidadãos (FAVB, 1992).

Figura 30 – Vista de exemplo da demanda dos cidadãos por intermédio da Federació de Associacions de Vecinos de Barcelona (FAVB)



Fonte: FAVB (1992)

Diante desse fato, cabe questionar a possibilidade de construção de projetos que envolvem a reestruturação de cidades com base em decisões comunitárias. No caso de Barcelona, o posicionamento adotado até então, e no momento de realização dos jogos olímpicos, evidenciaram decisões pautadas, sobretudo, nas premissas da gestão municipal e de técnicos e atores envolvidos diretamente nos processos de decisão, sem envolver consultas populares.

A despeito desse fato, no período que compreende a metade da década de 1980 até o seu final, as intervenções públicas ampliaram de escala e passaram para outra intermediária. Segundo Busquets (1987), possuíam duas vertentes de projetos: os que diziam respeito à área de estudo e os que consideravam aspectos estruturais de fragmentos ou do conjunto de cidades.

Foi dispensada atenção prioritária aos tecidos históricos da cidade, por meio de Planos Especiais de Reforma Interior (PERIs), que se dedicavam à reabilitação ou substituição de edifícios velhos, bem como à reurbanização de muitas vias.

Assim, as intervenções de caráter mais pontual foram recorrentes até o ano de 1986, quando se denota uma alteração de tipologia das propostas urbanísticas, a qual coincide com a designação da cidade para sediar os jogos olímpicos, seis anos mais tarde. A partir de então, é buscada a integração de Barcelona ao continente europeu e a viabilização da sua imagem internacionalizada. Nesse sentido, o governo socialista passou a aderir políticas de cunho neoliberal, uma vez frente à necessidade de definição e execução a prazo fixo das obras para realização dos Jogos Olímpicos de 1992.

O período de 1983 até 1986 é, portanto, de preparação do grande projeto de transformação. No ano de 1984, foi lançada a candidatura olímpica de Barcelona. Esse processo pretendia, sobretudo, atrair investimentos privados necessários para a sua reconversão econômica e construção de uma nova cidade. Segundo Borja (1995), com o lançamento da candidatura, foi elaborado um documento que definia cinco eixos fundamentais para a atuação urbanística e espacial em Barcelona:

- a) localizar as operações olímpicas dentro da área urbanizada, sendo inclusive uma justificativa para a construção do grande anel viário periférico, pendente de construção desde 1960;
- b) ordenar a montanha de Montjuic, encravada dentro da malha urbana e praticamente abandonada em 60% de sua superfície, a partir da construção da cidade esportiva, que comportava o estádio e pavilhão olímpico;
- c) reformar toda a zona industrial degradada do século XIX, que separava a cidade do mar, a partir da construção da vila olímpica;
- d) utilizar as áreas esportivas, a vila olímpica e as operações de articulação viária para viabilizar um grande projeto de nova centralidade, buscando o reequilíbrio entre centro e periferia;
- e) promover acontecimentos culturais suficientes, associados às olimpíadas, para provocar a reabilitação e dignificação do centro antigo degradado e marginal na área central da cidade.

Esses eixos de intervenção já demonstravam claramente que o evento olímpico constituiu uma oportunidade de inflexão para viabilização de projetos cujo conceito e concepção já haviam sido desenvolvidos e aguardavam, de certa forma, um momento de impulsão.

A seguir, são apresentados de maneira mais detalhada, os planos elaborados e aplicados ao longo dos anos 1980 e que culminaram com as transformações urbanas que correspondem ao chamado “modelo Barcelona”.

4.1.2.1 Atuação em setores (1983-1987)

No início da década de 1980, Barcelona apresentava um dualismo entre a “cidade nova” e o centro histórico, entre crescimento e reabilitação, entre centro e periferia (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1987b). Nesse contexto, foi proposto o Plano Especial de Reforma Interior (PERI), instrumento por meio do qual se realizaram as intervenções em espaços públicos ao longo da década de 1980. Seu conteúdo já estava definido nas Leis de Solo de 1956 e 1975, orientado para o ordenamento de áreas urbanas de maneira mais precisa. Esses planos correspondiam à uma realidade mais concreta, em uma escala intermédia em oposição ao caráter mais amplo e atemporal do PGM. O PERI se converteu em um instrumento de ordenação geral do bairro e, portanto, foram desenvolvidos em vários lugares não previstos pelo PGM, em razão, muitas vezes, de exigências das chamadas “Associações de Vizinhos” (ARROYO, 2001). Segundo Gallén (1999), o PERI se converteu em uma figura paradigmática do processo de melhoria de bairros.

Assim, havia alguns fatores que contribuíram para a aceitação popular dos PERIs e seus resultados, com destaque para o seu caráter mais específico do que o do PGM e para a sua configuração como mecanismo de canalização das reivindicações de vizinhos direcionando as intervenções propostas. No entanto, muitos desses planos não chegaram a ser executados em razão da escassez de recursos.

4.1.2.2 Atuação em áreas (1987-1992)

A partir de 1986, quando Barcelona foi nomeada como sede dos Jogos Olímpicos de 1992, o planejamento urbanístico foi orientado para ações mais integradoras do que as que estavam ocorrendo até então, ou seja, que abarcavam a cidade de uma maneira mais global.

Os grandes projetos urbanos (GPUs) se mostraram como instrumento de discussão do novo esquema de infraestrutura da cidade e de reordenação de espaços obsoletos e vazios intersticiais existentes em locais de notável potencial de uso.

Deste momento em diante, a escala de intervenção passou a ser a de “áreas da cidade”, com o objetivo de criar novas centralidades, apoiado na ideia de que essa distribuição poderia melhorar os serviços dos bairros existentes e o tecido urbano de Barcelona. Essas medidas foram caracterizadas, então, por um urbanismo regenerador, a partir da identificação de áreas de oportunidade no tecido urbano e da localização estratégica em espaços degradados ou em desuso. Assim, a partir das áreas de novas centralidades seria propiciado um conjunto de regeneração global (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1987b).

A concepção dessas áreas de novas centralidades teve origem a partir do cenário urbano de Barcelona nessa época, que apresentava alguns processos de transformação como:

- a) ao longo do século, o setor central do Eixample foi se convertendo em um “*central business district*”;
- b) os eixos de estruturação viária criaram um centro geométrico na Praça de les Glòries, mas que até então era uma questão pendente de solução;
- c) no porto urbano, ocorria a transformação de usos, constituindo-se em área degradada composta por antigas plantas industriais. Os limites entre as atividades secundárias e terciárias estavam se diluindo (BUSQUETS, 1992).

Assim, a promoção de áreas de novas centralidades seguiu um modelo que propunha:

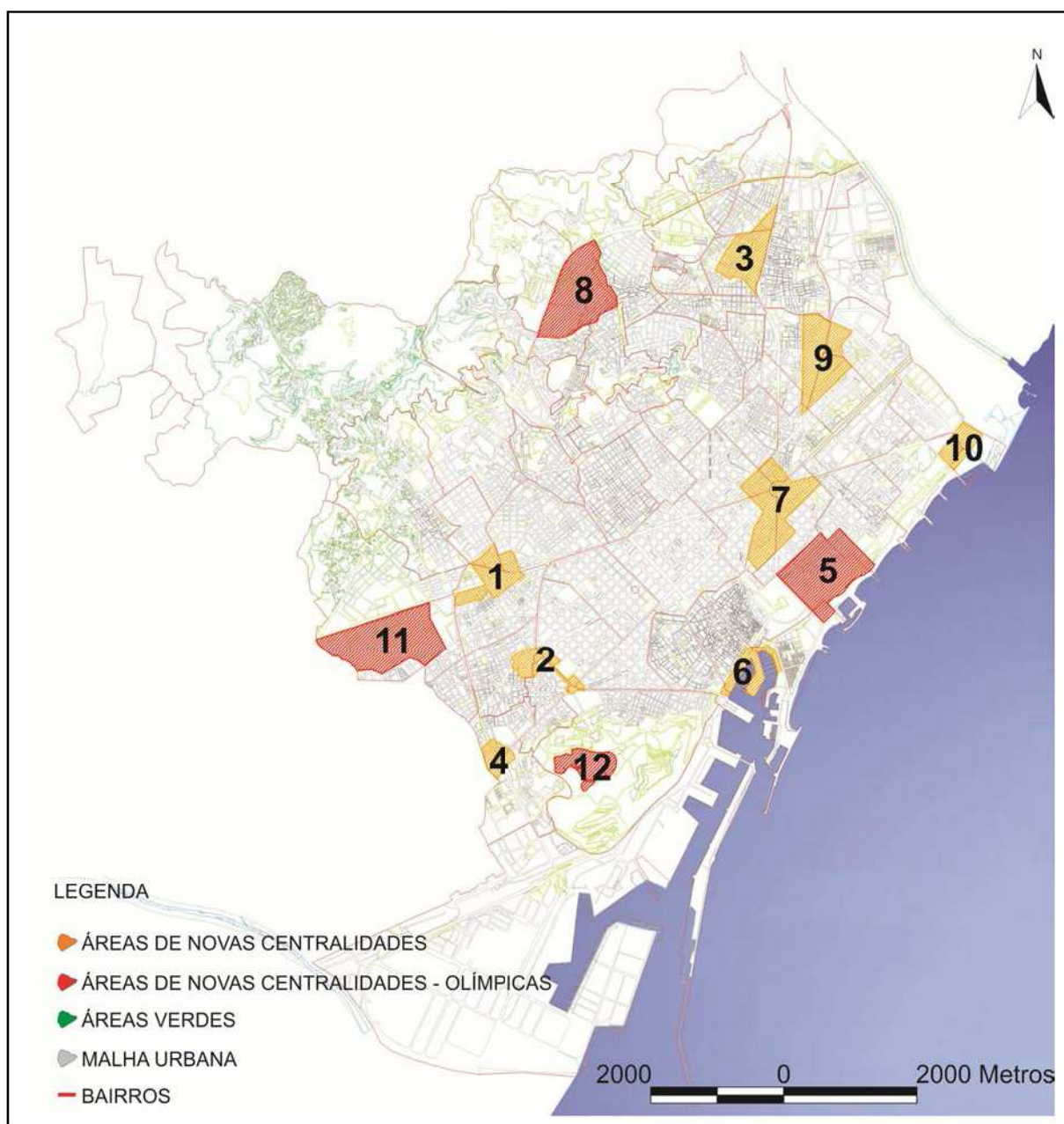
[...] parteix d’una visió globalitzadora d’una ciutat feta per parts que són caracteritzades morfològicament de manera molt diferenciada. Els seus trets específics, que cal mantenir fent-los participar en una realitat urbana de major àmbit, han de reconèixer l’existència d’unes infraestructures viàries i sistemes generals a nível metropolita, la incidència de les quals cal valorar en el moment de formular aquestes operacions autònomes¹⁴ (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1987b, p.133).

Ao todo, foram propostas onze áreas de novas centralidades (Figura 31), que tinham por objetivo descentralizar a pressão sobre a área central da cidade. Cabe ressaltar que o PGM de 1976 já concebia a ideia de um centro direcional, redistribuindo os usos centrais na área metropolitana.

¹⁴

[...] partir de uma visão globalizante da cidade feita por partes que são caracterizadas morfológicamente de maneira muito distintas. Suas características específicas devem torná-las parte de uma realidade urbana maior, devem reconhecer a existência de infraestruturas viárias e sistemas gerais a nível metropolitano, cuja incidência deve ser avaliada quando da formulação dessas operações autônomas. (Tradução da autora)

Figura 31 – Mapa de áreas de novas centralidades em Barcelona



Fonte: AYUNTAMIENTO DE BARCELONA (1987b)

Notas:

- 1 = Diagonal-Sarriá
- 2 = Carles I - Av. Icària
- 3 = La Vall d'Hebron
- 4 = Montjuic
- 5 = Carrer Taragona
- 6 = Renfe-Meridiana
- 7 = Plaça Cerdà
- 8 = Port Urbá
- 9 = Plaça de les Glòries
- 10 = Sangrera
- 11 = Diagonal-Prim

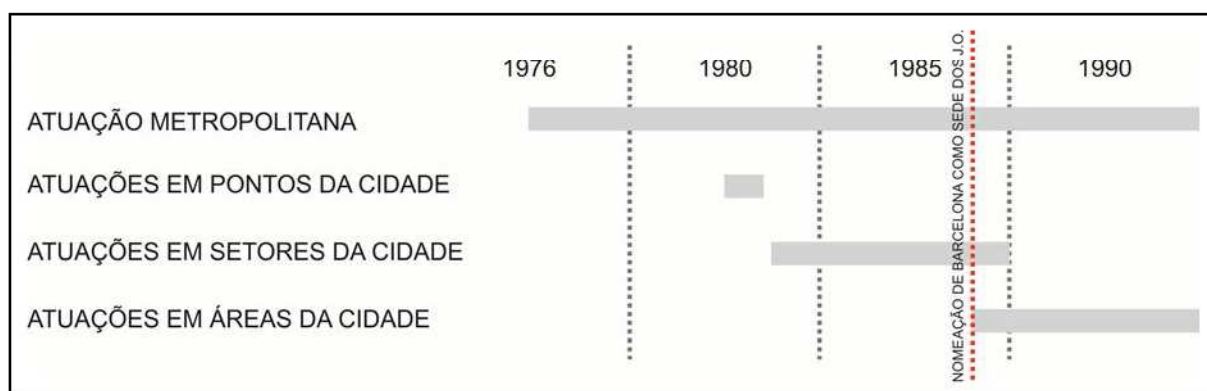
Dessas onze áreas, quatro correspondiam às destinadas às olimpíadas e tinham o compromisso do Ayuntamiento de serem desenvolvidas até o ano de 1992, sendo, portanto, priorizadas em sua execução. As demais deveriam ser viabilizadas em cooperação com a iniciativa privada. Independente da nomeação olímpica, esses projetos já estavam previstos, o que de fato aconteceu foi a decisão de acelerar o processo de sua conclusão. Outras questões relevantes dizem respeito tanto à forma de compreensão da estrutura da cidade a partir desse plano quanto à formação de parcerias com o setor privado para a viabilização dessas áreas, porém invariavelmente guiadas pelo poder público.

4.1.3 Intervenções urbanas na década de 1980

A principal característica das políticas urbanas dos anos 1980 é o forte intervencionismo por parte do poder público, o qual relegou a segundo plano as questões mais normativas e assumiu uma postura de maior execução de projetos e obras na cidade. Essas intervenções, mesmo que em alguns poucos momentos tenham se viabilizado em conjunto com parcerias público-privadas, geralmente seguiram forte diretriz definida pelo governo (ACEBILLO, 1992).

Observa-se, ainda, que o período de início da grande transformação (Figura 32), ou seja, o ponto de inflexão de políticas urbanas foi o ano de 1986, coincidente com o anúncio da cidade como sede dos Jogos Olímpicos de 1992, quando foi ampliada a escala das intervenções.

Figura 32– Gráfico de cronologia das intervenções da década de 1980 na cidade de Barcelona



Fonte: Elaborada com base em Ayuntamiento de Barcelona (1987b).

Portanto, os objetivos que justificam as intervenções urbanas na década de 1980 se distinguem em dois momentos: até a primeira metade dos anos 1980, tinham como viés principal a recuperação da cidade, com a redução das deficiências decorrentes dos anos anteriores ao período democrático. Em uma segunda ocasião, a meta principal dos projetos e obras urbanísticas passou a ser a internacionalização de Barcelona, ou seja, sua projeção em um cenário global. No entanto, até então, essas intervenções tiveram como base e respaldo as premissas do PGM (Quadro^o12).

Quadro12 – Categorização das intervenções urbanas em Barcelona na década de 1980

TIPO DE INTERVENÇÃO	INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO	AMBITO DE ATUAÇÃO	FORMA DE GESTÃO
Escala “metropolitana”	Plano Geral Metropolitano (PGM)	Área metropolitana	Pública
Escala “pontos”	Planos Especiais de Reforma Interior (PERIs)	Praças e parques	Pública
Escala “setores”	Planos Especiais de Reforma Interior (PERIs)	Setores centrais e periféricos	Pública
Escala “áreas”	Planos Especiais	Áreas urbanas	Parceria público-privada

Fonte: Elaborado com base em Ayuntamiento de Barcelona (1987b).

Mesmo as ações setoriais já representavam uma mudança de escala de intervenção – da mais pontual para uma mais ampliada –, com projetos de caráter mais estruturante e cujas repercussões se estenderam além do entorno muito imediato ao da proposta. No entanto, as ações foram aplicadas em detalhe para cada caso, ou seja, cada setor definia os instrumentos utilizados para a solução mais coerente para aquele caso, ao invés de ações mais gerais, eram específicas. Os enfoques eram, portanto, muito particulares de acordo com cada caso.

Outra diferença com relação ao período inicial da década é que, nos últimos planos, as intervenções demoraram mais tempo para serem viabilizadas, não sendo mais tão imediatas. No entanto, aquelas de caráter setorial tornaram-se a base para as de maior escala que se sucederam antes do período olímpico. Portanto, o ano de 1986

correspondeu ao de inflexão das tipologias de intervenção urbanística que vinham sendo praticadas e que perduraram até 1992, quando, depois dos jogos olímpicos, teve início uma nova fase de ações urbanas em Barcelona.

Ainda, é relevante constatar que os projetos e ações da década de 1980 são baseados em princípios de planejamento, além do fato de que a maior parte destas são pleiteadas pelo poder público, relegando as de iniciativa privada ou em parceria público-privada a menor destaque.

Retomando as inquietudes mencionadas no início desta subseção, pode-se dizer que a principal característica das intervenções dos anos 1980 foi a forte atuação do poder público, primeiro em setores e depois em áreas da cidade, promovendo uma transformação global do tecido urbano. Como instrumento de viabilização dessas ações, pode-se ressaltar o PGM, que esteve em vigor ao longo desse período; porém a ele foram aplicadas distintas leituras. A vigência do PGM foi mantida nesses anos também porque se tratava de um plano amplo e que permitia a proposição de ações específicas, uma vez que essas intenções já estavam previstas no próprio plano, porém de forma mais geral, a exemplo da previsão de áreas de novas centralidades. Da mesma maneira, o Plano de Vias, que expressava as prioridades de ação, enquanto que o PGM estabelecia áreas de reserva e afetação, constituíram duas propostas complementares. Esse também é um ponto importante do plano, que se demonstrava flexível a alterações, todavia sem perder suas características essenciais.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o PGM foi um importante instrumento de base para a transformação urbana nesses anos. Por outro lado, há que se mencionar outros fatores, como os planos setoriais, com atuações menores e medianas, como os PERIs, porém que levaram a cabo execuções de obras em praticamente toda a cidade. Ainda, há que se considerar que, com o passar do tempo, o PGM necessitou de atualizações, uma vez que, por exemplo, não acompanhou o crescimento metropolitano que ocorreu em Barcelona (ACEBILLO, 1992). Esse plano iniciou a década com caráter de lei e foi adquirindo um cunho de guia à medida que se aproximou o início dos anos 1990.

Outra questão relevante diz respeito às mudanças de escala de intervenção que corresponderam à alteração no entendimento das ações urbanas e na sua aplicação no tecido da cidade. Havia consenso de que o planejamento e o projeto constituíam importantes ferramentas de transformação e reabilitação de espaços degradados ou em desuso.

Assim, as ações em espaços públicos levadas a cabo nesse tempo conformaram uma imagem de Barcelona como um “modelo” de intervenção. Essa intenção já estava prevista no documento que pautou os cinco eixos de intenção para os Jogos Olímpicos de 1992 (BORJA, 1995). É certo, também, que esse evento permitiu maior projeção da cidade, como exemplo de reabilitação para todo o mundo.

La imagen de ciudad revitalizada no se consigue sólo con espacios urbanos, sino que a menudo ésta debe ser reforzada con eventos culturales y deportivos, campañas de embellecimiento e incluso campañas publicitarias¹⁵ (HOLCOMB; BEAUREGARD, 1981).

Pasqual Maragall, em seu discurso, faz um breve resumo da atuação urbana em Barcelona a partir do século XVIII.

La historia de nuestra ciudad, de nuestras familias, nos enseña que la progresiva configuración de Barcelona se há realizado a saltos. La generación de 1888 fue la que dio el salto definitivo hacia el Ensanche, la que hizo el Parque de la Ciudadela, la que tuvo la osadía de encargar obras a nuestros modernistas que ahora son la admiración del mundo. La Exposición de 1929 constituyó la ocasión para urbanizar Montjuic, para iniciar el metro y modernizar los transportes y los servicios urbanos. La generación de 1992 tiene que ser la que deje acabada la Barcelona metropolitana. Esta es una secuencia natural, lógica, inevitable, a la que no podemos renunciar¹⁶ (MARAGALL, 1991, s.p.).

É importante considerar que, embora tenha feito parte do discurso de Maragall, a

¹⁵ A imagem de cidade revitalizada não se consegue somente com espaços públicos, mas também esta deve ser reforçada com eventos culturais e esportivos, campanhas de embelezamento e também campanhas publicitárias. (Tradução da autora)

¹⁶ A história de nossa cidade, de nossas famílias, nos ensina que a progressiva configuração de Barcelona se deu aos saltos. A geração de 1888 foi a que deu o salto definitivo ao Ensanche, a que fez o Parque de la Ciudadela, a que teve a ousadia de designar obras aos nossos modernistas que agora são a admiração do mundo. A Exposição de 1929 constituiu a ocasião para urbanizar Montjuic, para iniciar e modernizar os transportes e os serviços urbanos. A geração de 1992 tem que ser a que deixe acabada a Barcelona metropolitana. Esta é uma sequência natural, lógica, inevitável, a que não podemos renunciar. (Tradução da autora)

organização da área metropolitana ainda não era objeto das ações da década de 1980, ficando pendente, portanto, o tratamento da cidade no âmbito supramunicipal. Assim, os anos 1980 são caracterizados fundamentalmente como o período de reconstrução da cidade, de recuperação da frente marítima e de fortalecimento das ações de planejamento urbano.

Nesse sentido, a experiência de Barcelona é relevante como indicadora de quanto as novas intervenções foram somente uma resposta aos desajustes anteriores, com o intuito de promoção da requalificação urbana, ou de quanto foram capazes de gerar um modelo de atuação urbanística. Cabe, porém, destacar a decorrente influência das áreas dedicadas às Olimpíadas de 1992.

4.1.4 Áreas olímpicas

“Urban space is perpetually created and recreated as the spatial expression of economic, political and social process operating at a level wider than the local” (BROWNILL, 1990, p.7)¹⁷. Esta citação constitui interessante ponto de partida para a análise dos espaços olímpicos de Barcelona, uma vez que esse processo é contemporâneo a significativas transições políticas e consequentes mudanças econômicas e sociais.

O objetivo desta subseção é centrar-se na caracterização e análise das intervenções promovidas especificamente nas áreas designadas como olímpicas pelo Plano de Áreas de Novas Centralidades e onde foram implantados os equipamentos e a infraestrutura necessária para viabilização das Olimpíadas de 1992. Portanto, pretende-se caracterizar as áreas olímpicas de modo a subsidiar as investigações sobre as estratégias de intervenção no espaço e seus respectivos resultados (sistema de objetos).

Por meio dessas etapas, busca-se responder as seguintes perguntas: qual o enfoque dessas intervenções urbanas? Quais foram os meios de viabilização dessas

¹⁷ O espaço urbano é permanentemente criado e recriado como a expressão espacial do processo econômico, político e social que opera em um nível superior ao local.
(Tradução da autora)

ações? E, por último, que consequências produziram no espaço urbano?

Como mencionado anteriormente, as ações urbanas pleiteadas nos anos 1980 denotaram, com o passar do tempo, uma intenção global de intervir no território tendo em vista que as atuações em infraestrutura, seja ou não nas áreas olímpicas, constituíram-se em relevantes elementos de desenvolvimento urbano, o qual foi também induzido por outras atuações de caráter econômico e cultural¹⁸; com impulso decisivo para as áreas de novas centralidades, indispensáveis para a estruturação, anos mais tarde, da cidade metropolitana. Assim, ocorreu a transformação de uma urbe industrial para um centro moderno de serviços avançados, em paralelo com as modificações físicas propostas, bem como a produção da estruturação metropolitana não por via normativa, mas por meio da combinação de projetos e releitura do PGM. Dessa forma, em 1992, com a realização dos Jogos Olímpicos, a cidade alcançou maior projeção de sua imagem. Segundo Borja (1995, p.22), “os Jogos Olímpicos situaram a cidade no mapa do mundo [...]”.

Nesse contexto, com a fixação de data fixa para a realização dos jogos, tornou-se possível a viabilização de uma série de intervenções na cidade, a médio e curto prazo. Como parte da proposta de novas centralidades, de 1986, foram designadas quatro áreas para a implantação ou reforma das instalações olímpicas: Montjuic, Parc de Mar, Vall d’Hebron e Diagonal.

¹⁸

Como exemplos dessas atuações econômicas e sociais podem ser citados o Recinto Ferial no Eixo Sul da cidade e o Complexo Cultural da Praça Glòries – Estação Norte.

Com base na localização dessas áreas, o Ayuntamiento destacava que Barcelona era a primeira, até então, a viabilizar o evento olímpico dentro da cidade e como motivo de transformação urbanística, tendo em vista que, em experiências anteriores, a vila olímpica encontrava-se fora da malha urbanizada, como no caso de Munique, por exemplo (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1987b).

A localização das quatro áreas olímpicas assumiu pontos estratégicos, uma vez que permitiu a expansão das ações transformadoras, na tentativa de solucionar problemas nas regiões circundantes, atuando como agente catalizador que proporcionou uma forma mais ambiciosa de agir na cidade.

Segundo Maragall (1991¹⁹ apud MENDONZA, 2001):

Barcelona acoge los Juegos como una gran oportunidad para consolidar su posición internacional y contribuir a la reafirmación de Cataluña y el resto de España en el contexto europeo [...]. La ciudad ha apostado por la cita olímpica como el gran impulso para una serie de proyectos y realizaciones que están representando una transformación global y una verdadera reconstrucción urbana.²⁰

Na citação acima, Maragall, prefeito na época da realização dos jogos olímpicos, reforça o que significou o evento para Barcelona, o qual envolveu grande mobilização popular e trabalho conjunto do setor público (Governo Central e Autônomo).

¹⁹ Ver contextualização do autor em:

MARAGALL, P. *L'etat de la ciutat 1983-1990*. Barcelona, 1991.

²⁰ Barcelona acolhe os jogos como uma grande oportunidade de consolidar sua posição internacional e contribuir para a reafirmação da Catalunha e do resto da Espanha no contexto europeu [...]. A cidade apostou na data olímpica como o grande impulso para uma série de projetos e realizações que estão representando uma transformação global e uma verdadeira reconstrução urbana. (Tradução da autora)

As ações olímpicas centraram-se, sobretudo, no desenvolvimento de regiões periféricas inativas, bem como na ampla promoção de infraestrutura no território. Essas ações foram respaldadas pela elaboração de planos especiais para cada área olímpica, os quais determinaram as diretrizes de atuação do projeto.

Esses chamados “Planos Diretores”, apesar de possuírem denominação coincidente com a figura de planejamento prevista na legislação espanhola, não corresponderam estritamente a planos urbanísticos, uma vez que não previram a obrigatoriedade de seu cumprimento, tanto pela administração quanto por particulares (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1992a).

Assim, o objetivo dos planos consistiu em divulgar informações sobre o território e sobre a área a ser analisada. Dessa forma, resumia a vontade de produção de alguns resultados nesse espaço, os quais foram posteriormente desenvolvidos de forma conveniente, incluindo a modificação do PGM, um simples projeto de urbanização com estratégia compositiva ou formas de distribuição de usos.

Segundo Marshall (2004), essa política propôs uma alteração em uma tendência existente desde os anos 1960 de localizar novas atividades urbanas na porção sudoeste, a partir da Diagonal, e dirigir as ações para nordeste, com a recuperação da frente marítima e da nova área de Poblenou.

A Tabela 1 expõe os investimentos realizados para viabilização do evento olímpico, permitindo a constatação de que a área de maior aporte diz respeito à vila olímpica, que representa também a principal transformação urbana decorrente dos jogos olímpicos.

Tabela1 – Resumo dos investimentos olímpicos em Barcelona

ATUAÇÕES	INVESTIMENTOS (em milhões de dólares)	TOTAL (em milhões de dólares)
ÁREAS E SUBSEDES		2.768,01
Área de Montjuic	382,20	
Área da Diagonal	47,12	
Área de Vall d'Hebron	184,98	
Vila olímpica	1.382,77	
TOTAL ÁREAS	1.997,09	
Subsedes com residências	265,26	
Demais sedes	131,42	
Demais instalações	290,89	
COMUNICAÇÕES		2.144,70
Segundo Cinturão	376,07	
Cinturão do Litoral	429,48	
Cruzamento da Trintat e conexões	99,06	
Patas de Cierre	262,86	
TOTAL CINTURÕES	1.167,48	
Conectividade entre os cinturões	197,34	
Acessos às áreas	779,84	
HOTEIS		530,63
Plano de hotéis municipais	207,40	
Outros hotéis	323,24	
AEROPORTO		241,50
TELECOMUNICAÇÕES		644,48
Telefônica	593,34	
Torre de Collserola	51,13	
DEMAIS INVESTIMENTOS COOB 92 S.A.		234,47
TOTAL		6.480,50

Fonte: AYUNTAMIENTO DE BARCELONA (1987b)

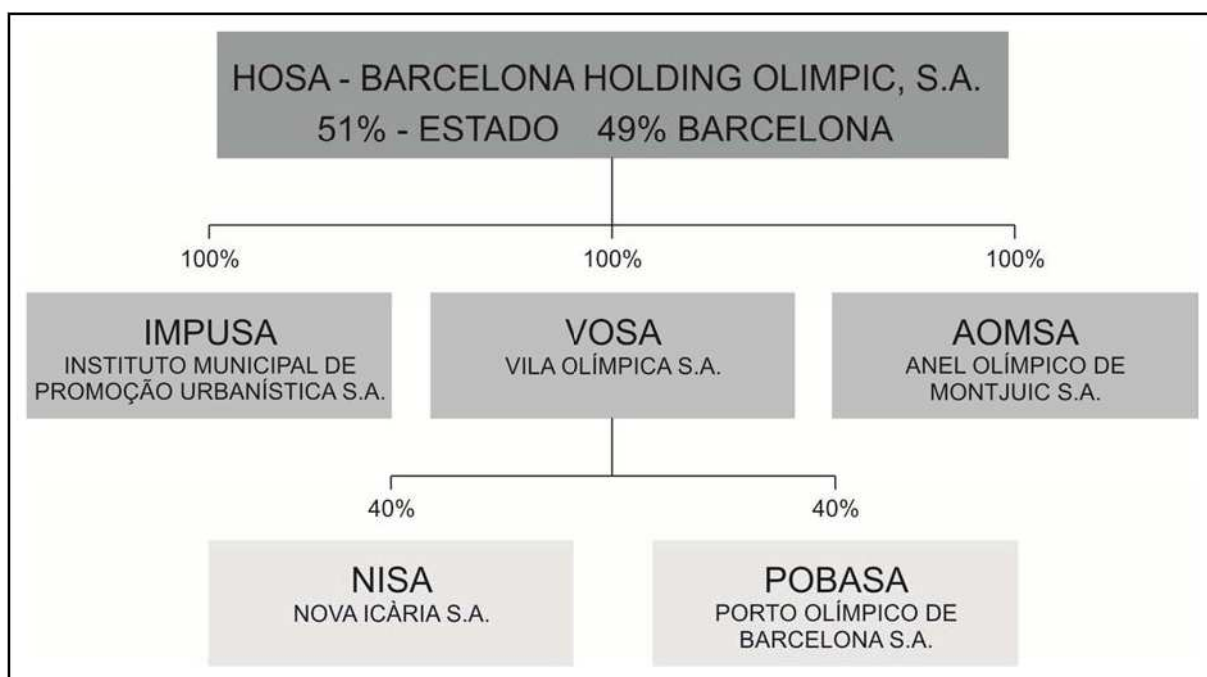
Nota: COOB 92 = Comité Organizador das Olimpíadas de Barcelona

Com base nesses dados, é possível verificar que o “projeto olímpico” teve como cerne a ampliação de sistemas de infraestrutura. O setor mais representativo foi o de construção (58%), seguido pelo de eletrônica, telecomunicação e informática (22%) (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1987b). Esse fato demonstra como o evento

promoveu investimentos em áreas estruturais da cidade, almejando um novo posicionamento no mundo.

A gestão do evento se deu por meio da formação de uma sociedade gestora de participações sociais (SGPS) denominada Holding Olympic S.A. (HOSA), formada pelo Governo Central (51%) e pela Câmara Municipal de Barcelona (49%), com 100% das ações das companhias Anel Olímpico de Montjuic S.A. (AOMSA), Instituto Municipal de Promoção Urbanística S.A. (IMPUSA) e Vila Olímpica S.A. (VOSA), por sua vez formada 40% pela Nova Icària S.A. (NISA) e 40% pelo Porto Olímpico de Barcelona S.A. (POBASA), conforme demonstra a Figura^o33, e tinha como responsabilidades básicas, desenhar, dar seguimento e financiar as obras olímpicas.

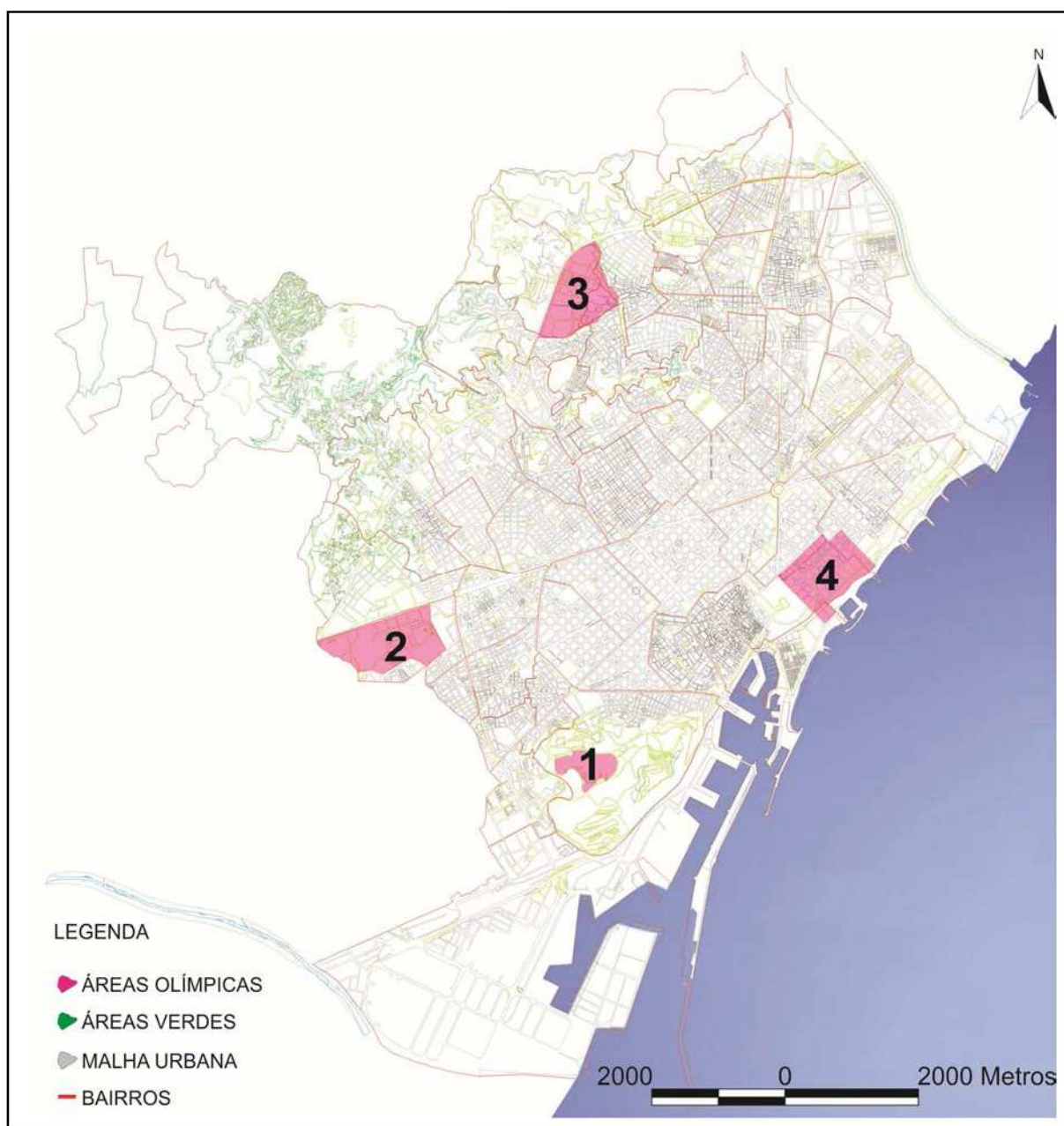
Figura 33 – Representação esquemática do *holding* olímpico de Barcelona



Fonte: VERGARA CARRIÓ (1992)

Para melhor compreensão desse complexo, a seguir é abordada cada área olímpica especificamente (Figura 34), bem como seus planos especiais.

Figura 34 – Mapa das áreas olímpicas de Barcelona



Fonte: AYUNTAMIENTO DE BARCELONA (1987b)

Notas:

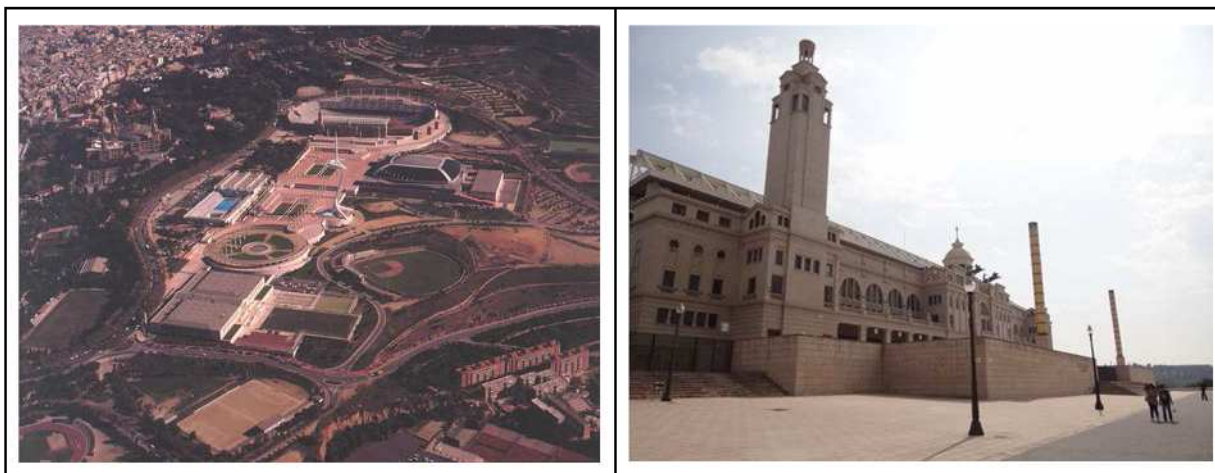
- 1 = Área de Montjuïc
- 2 = Área da Diagonal
- 3 = Área de Vall d'Hebron
- 4 = Parc de Mar

4.1.4.1 Montjuïc

Com cerca de 34.000 m², a área de Montjuïc corresponde a uma montanha encravada na porção sudoeste da cidade, onde ocorreu a maior parte dos eventos

dos jogos olímpicos e foram construídas as instalações mais emblemáticas (Figura 35), sendo circundada por importante anel viário formado pela Gran Via, Paral.lel, Cinturó do Litoral e Passeig da Zona Franca.

Figura 35 – Vistas da área olímpica de Montjuic



Fonte: esquerda = AYUNTAMIENTO DE BARCELONA (1992a)
direita = ACERVO DA AUTORA (2012)

O Plano Especial de Montjuic, de autoria de Lluís Cantallops i Valeri e Estanislau Roca i Blanch, corresponde a um desenvolvimento do próprio PGM, prevendo o realinhamento das áreas destinadas aos sistemas de parques, jardins e equipamentos urbanos, bem como a revisão das redes viárias internas e de acesso à montanha, realizado pela Avenida Maria Cristina (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1987b). Além disso, concentrou, na sua definição, o que se convencionou chamar de “Anel Olímpico”.

O Plano Especial de Montjuic também correspondia a um documento de coordenação de futuras atuações e tinha por objetivos: informar a situação urbana da área; propor uma imagem urbanística de “Montjuic Olímpico”; indicar as modificações pontuais e necessárias no PGM; verificar os requerimentos funcionais das instalações olímpicas; especificar os níveis de funcionamento esportivo não olímpico da montanha; ordenar a acessibilidade dos diferentes meios de transporte; e fixar prazos para os projetos e execução (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1992a).

Um dos maiores desafios do plano foi vencer o desnível de 90 metros de altura existente entre a Praça da Espanya e o Anel Olímpico, localizado no centro da montanha, para permitir acesso rápido para mais de 80.000 pessoas. Para resolver essa questão, foi prevista a estruturação de acessos nos eixos noroeste, sudoeste e nordeste da montanha, além da restrição de acesso a veículos particulares. A mobilidade interna foi garantida pela urbanização de novas vias e com a construção do sistema de escadas mecânicas, que permitiu resolver o citado desnível.

Nesse sentido, pode-se dizer que a principal intervenção do plano foi dar uso à montanha. Fazendo uma comparação da estruturação de Montjuic no ano de 1981 e em 1992, observa-se que a maior transformação não diz respeito à construção das nove instalações que compõem o Anel Olímpico, mas ao esforço de urbanização desse espaço, tentativa essa que já havia sido iniciada com a Exposição de 1929 (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1992b).

Esse fato é relevante principalmente devido à localização dessa área na malha urbana de Barcelona, situada na porção sul do L'Eixample e no prolongamento sul da frente marítima. Dessa forma, a principal transformação no local não ocorreu no âmbito físico, mas de uso desse espaço. A citação abaixo exemplifica esse processo:

El Pla té una de les seves justificacions en l'intent de donar coherència a les múltiples i diverses iniciatives d'ordenació urbanística i de projectes arquitectònics que es desenvolupen dins del que completen definitivament la llarga història de l'apropriació feta per la ciutat d'aquest gran parc central metropolità que, durant segles, li ha estat escamotejat totalment o parcial. Es tracta doncs, d'un Pla eclètic que recull i potencia les actuacions valuoses d'un passat brillant, coordina les intervencions d'un present esperançat i projecta aquelles actuacions que la ciutat pot emprendre per a coronar la plena possessió i domini de la Muntanya de Montjuïc²¹ (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1987b, p. 114).

Desse modo, seria errôneo pensar em uma relação direta entre o evento olímpico e as transformações que ocorreram em Montjuic, considerando que muitas dessas obras já haviam sido projetadas anteriormente (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1992b). Mas há que se considerar que os jogos olímpicos promoveram um impulso para início e aceleração do processo, permitindo finalizar os procedimentos iniciados com a Exposição de 1929, dando aproveitamento integral à montanha como espaço público.

²¹

O Plano tem como uma de suas justificativas, no intento de dar coerência às diversas iniciativas de ordenação urbanística e de projetos arquitetônicos, o desenvolvimento que complete definitivamente a longa história de apropriação feita pela cidade daquele grande parque central metropolitano que, durante séculos, foi delegado a um segundo plano, total ou parcialmente. É, portanto, um plano que potencializa as ações de um passado brilhante, coordena as operações de um presente de esperança e projeta as ações que a cidade pode tomar para coroar a posse e comando plenos da Montanha Montjuic. (Tradução da autora)

4.1.4.2 Diagonal

O plano especial proposto para essa área olímpica teve autoria de Salvador Herrrandiz i Isbet, Serviço de Planejamento, Paloma Bardaju e Alvarez e Carles Teixidor i Felip. Seu objetivo era ordenar esse setor da Avenida Diagonal, tradicionalmente ocupado por instalações esportivas, de modo a promover a revitalização dessa região (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1987b, p.128).

No local, definido como a porta oeste de Barcelona (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1992b), formou-se a mais importante concentração de instalações esportivas da cidade, fato que definiu essa área como o segundo grande parque olímpico, uma vez que preexistiam o Futbol Club Barcelona, Reial Club de Polo e, zona universitária, dentre outros espaços (Figura 36). Com exceção do clube de polo, reformulado para sediar as provas hípicas, as demais instalações encontravam-se adequadas para a realização dos jogos.

Figura 36 – Vistas da área olímpica da Diagonal



Fonte: AYUNTAMIENTO DE BARCELONA (1992b).

Em 1981, constatou-se na região problemas de fronteiras entre as cidades de Barcelona, L'Hospitalet e Esplugues. O setor configurava-se como uma área degradada, com resíduos das diversas instalações preexistentes nos últimos 30 anos. Tratava-se, portanto, de reconquistar esse território, com o traçado de uma nova rede viária local que atuasse como mecanismo urbanizador do espaço público. Com a abertura das vias de conexão entre as instalações esportivas existentes, foi definido um parque urbano situado no centro do setor, que teve importante papel qualificador no bairro de Collblanc, assegurando a conectividade do setor norte de L'Hospitalet com os espaços livres e equipamentos da zona (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1992b).

Nesse sentido, as propostas olímpicas estavam destinadas também a “acabar” uma parte da cidade, resolvendo o impacto negativo de grandes equipamentos, que atuavam como barreiras e produziam descontinuidade urbana, reforçando o papel integrador do espaço público e consolidando o caráter urbanístico e central desse setor.

4.1.4.3 Vall d'Hebron

Localizada na porção noroeste da cidade, com superfície de quase 71.220,00 m², essa área consistiu em contraponto geométrico ao Parque de Montjuic, tanto por sua função como localização. Seu plano especial, de autoria de Manuel Ribas i Piera, Chico i Sauquet e Serviço de Planejamento, também desenvolvido com base no PGM, previa a melhoria da qualidade do ambiente urbano por meio de intervenção que potencializasse a estrutura do bairro (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1987b) (Figura 37).

Figura 37 – Vistas da área olímpica de Vall d'Hebron



Fonte: ACERVO DA AUTORA (2012).

No âmbito do plano, foram propostas as seguintes diretrizes: melhor definição, redução das dimensões e viabilização da acessibilidade aos espaços públicos; criação de uma frente de serviços e comércio ao longo da Rua Berruguete; e constituição de um percurso de pedestres, integrando diferentes locais.

A Tabela 2 exemplifica a alteração de alguns parâmetros propostos no plano, observando-se a iniciativa de redução da densidade populacional, pela priorização da criação de espaços livres, como forma de regeneração da área, considerando sua localização entre bairros densamente povoados como Montbau, Teixonera, Clota, Carmel e Horta, e seu histórico de déficits de equipamentos e espaços livres.

Tabela 2 – Resumo dos parâmetros propostos no Plano Especial de Vall d’Hebron

ITENS	ANTERIOR AO PLANO (1981)	POSTERIOR AO PLANO (1991)
Edificabilidade	71.008 m ²	29.800 m ² + 16.800 (existente)
Número de habitações	900 unidades	450 unidades
Ocupação do solo	13.092 m ²	10.633 m ²

Fonte: AYUNTAMIENTO DE BARCELONA (1987b)

A comparação entre os anos de 1981 e 1991 permite evidenciar o efeito regenerador da área de Vall d’Hebron com relação aos seus bairros vizinhos, os quais, mal formados por um urbanismo de justaposição, desconectados e separados do resto da cidade, passaram a ser peças estratégicas no futuro desenvolvimento de Barcelona, já que ocupavam uma posição privilegiada junto com a Ronda de Dalt, importante conexão no sentido leste-oeste, e as vias parque que delimitavam ambas as extremidades do setor, conectando com o centro da cidade através da Rambla del Carmel e do Túnel de la Rovira. Da mesma forma que em outras áreas, pode-se dizer que o evento olímpico atuou como catalizador desse processo.

4.1.4.4 Parc de Mar

O setor de Parc de Mar recebeu a instalação da vila olímpica, obra também emblemática para a realização dos Jogos Olímpicos de 1992 (Figura 38). O Plano Especial da Vila Olímpica teve autoria de Oriol Bohigas i Guardiola, Josep Martorell i Cordina, David Mackay i Goodchild e Albert Puigdomènech i Alonso. Foi proposto em uma área de 1.300.000 m², com uma frente marítima de 5,2 km de extensão. Deste setor, 450.000 m² foram destinados à implantação da vila olímpica. Visava-se elaborar uma proposta para a reversão da situação de degradação da frente marítima de Barcelona, ocupada por velhas indústrias e separada da malha urbana por duas linhas férreas, limitando as praias, que antes da intervenção eram praticamente inacessíveis (MENDONZA, 2001).

Figura 38 – Vistas da área olímpica de Parc de Mar



Fonte: esquerda = AYUNTAMIENTO DE BARCELONA (1992b)
 direita = ACERVO DA AUTORA (2012)

Segundo Mendonza (2001, p.18):

Aunque a finales del siglo XIX ya era un lugar común decir que Barcelona vivía de “espaldas al mar”, la realidad cotidiana no corroboraba esta afirmación. Barcelona había sido siempre y era entonces aún una ciudad portuaria: había vivido del mar y para el mar, se alimentaba del mar y entregaba al mar el fruto de sus esfuerzos; las calles de Barcelona llevaban los pasos del caminante al mar y por el mar se comunicaba con el resto del mundo²²

Até o século XVIII, havia uma muralha no local, que definia o limite entre a terra e o mar e a forma do porto definia a fachada da cidade. Dessa forma, os acessos ocorriam pelo porto. Em 1858, com a queda das muralhas e conseqüente modernização do porto, é que se constituiu uma barreira entre a cidade e o mar (MENDONZA, 2001).

22

Embora ao final do século XIX seja lugar comum dizer que Barcelona vivia de “costas para o mar”, a realidade cotidiana não corroborava essa afirmação. Barcelona sempre foi e era ainda uma cidade portuária: havia vivido do mar e para o mar, se alimentava do mar e entregava ao mar o fruto de seus esforços; as ruas de Barcelona levavam os passos do caminhante ao mar e pelo mar se comunicava com o resto do mundo. (Tradução da autora)

Nesse sentido, o objetivo do plano era promover a transformação geral do setor, com relação a usos, forma, representação, acessibilidade e instalações. Dessa maneira, o projeto da vila olímpica foi o evento impulsor dessas mudanças, que buscavam a integração da área com o restante da cidade. Segundo material divulgado pelo Ayuntamiento de Barcelona (1987b, p.118):

Aquesta operació s'inclou dins la política urbanística de Barcelona d'aquests últims anys: un "urbanisme estratègic", basat en actuacions puntuals que per la seva especial situació són un focus de regeneració expansiva, una mena de saludable "metàstasi" en el teixit urbà. A aquest criteri s'hi aafegeix la prioritat de la reconstrucció respecte a l'expansió, el de "construir en el construït" amb un mètode que opera a partir de l'espai públic. És a dir, un urbanisme estratègic, metastàtic i reconstructiu, prioritàriament aplicat a la redefinió de l'àmbit col·lectiu²³.

No entanto, quando Barcelona foi nomeada como sede dos jogos olímpicos, em 1986, já havia todo um processo em andamento para reabilitação da frente marítima da cidade. Em 1934, quando se propôs o Plan Maciá, elaborado por Le Corbusier e pelos arquitetos do GATCPAC, essa área era considerada como o centro da cidade (BOHIGAS, 1986). Posteriormente, foram elaborados outros projetos específicos para a área²⁴ e, em 1984, foi proposto o "Pla de Costes", proposta de ordenamento da região costeira, elaborado pela Corporação Metropolitana de Barcelona e que previa a criação de uma zona situada entre a cidade e a linha marítima, com os objetivos de promover a ligação ao mar dos assentamentos ali existentes e de restaurar o tecido urbano. Esse fato demonstra que a ideia de "abertura da cidade ao mar" foi objeto de estudo de muitos urbanistas ao longo do tempo. É nesse contexto que se inclui o projeto da vila olímpica, no bojo das discussões urbanísticas que permearam os anos 1980.

²³ Esta operação está incluída dentro da política urbana de Barcelona nos últimos anos: um "urbanismo estratégico" baseado em ações pontuais que consistem em um foco de regeneração expansiva uma espécie de "metástase" saudável no tecido urbano. Nesse critério, é dada prioridade a reconstrução com relação a expansão, de "construir no construído" em um método que opera a partir do espaço público. Ou seja, um urbanismo estratégico, metástico e reconstrutivo, prioritariamente aplicado na redefinição do âmbito coletivo. (Tradução da autora)

²⁴ É o caso do Plan de la Ribera, desenvolvido em 1967 pelo arquiteto Antoni Bonet Castellana; em oposição a esse plano, foi proposto o Pla Alternatiu al Pla de la Ribera, de autoria do Laboratorio de Urbanismo da Escola de Arquitectura de Barcelona (UPC), em 1971; posteriormente foi proposto o Plan de Ordenación de la Costa del Levante de Barcelona, de autoria do engenheiro Albert Villalta (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1987b).

Com a tentativa de viabilizar esse processo de revitalização da área, o Plano Especial de Parc de Mar se baseava em alguns aspectos centrais: o Passeig Maritim para pedestres, com 30 metros de largura e 1 km de extensão; a Avenida do Litoral, tratada como via parque urbana, visando à prevenção da formação de novos obstáculos entre a cidade e a praia; conformação de um centro de serviços hoteleiros, comerciais e de recreação entre a Avenida do Litoral e o Passeig Maritim; a eliminação das duas barreiras ferroviárias com a supressão da via paralela à costa e soterramento da ligação entre a Estação de França e a Plaça das Glóries e a continuação do tecido tradicional do L'Eixample do século XIX no setor residencial (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1987b).

Também havia a iniciativa de estabelecer uma frente marítima socialmente diversificada (especialmente por hotéis, residências e escritórios), cuja heterogeneidade de usos serviria para a criação de uma nova centralidade e consequente reabilitação da área.

De fato, os objetos de articulação da área com a cidade foram a conformação do Passeig Maritim e a criação de espaços verdes, que buscavam a unidade global do bairro, criando uma cultura de utilização coletiva desse espaço público, cuja importância poderia ser verificada também pela proporção de distribuição espacial. Essa área estava estruturada por quatro grandes linhas de espaços públicos que se relacionavam por meio de três cruzamentos.

Em suma, os objetivos principais com relação à área da vila olímpica eram: eliminar as barreiras que separavam a frente marítima da cidade, as quais contribuíam para a sua degradação (associada às propostas de retirar a ferrovia da costa até Besós e de demolir a linha da Estação de França até a Plaça de Glóries), além da demolição das indústrias existentes no local, permitindo maior liberdade com relação à proposta de implantação. Essas ações previam uma mudança representativa na imagem da região, necessária para a sua revitalização (BOHIGAS, 1986). Dessa maneira, poucos foram os edifícios conservados ou reabilitados.

Essa área foi planejada como extensão urbana, sendo salientada, pelo projeto proposto, a vontade de sua integração com o entorno. Além disso, foi necessário

considerar, em termos projetuais, a previsão de equipamentos que servissem aos novos habitantes do bairro, além da compensação de déficits do entorno e da admissão dos usos olímpicos durante o evento. Outra característica relevante do projeto diz respeito à criação de uma nova área residencial, denominada Nova Icária, onde era imprescindível a obtenção de uma quantidade relevante de novas residências para uso temporário dos atletas.

Por fim, os usos admitidos na área – residenciais, comerciais, sanitários, recreativos, esportivos, religiosos, culturais, de escritórios e estacionamento – tinham como intenção dotar o bairro de um caráter plurifuncional para a promoção da conformação de um novo centro urbano (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1987b).

Considerando as características que permearam os projetos das áreas olímpicas, pode-se dizer que essas operações não foram concebidas de forma isolada, como peças autônomas, mas como mecanismos de integração com o entorno. Além disso, constituem-se no conjunto mais relevante de alterações urbanas promovidas após o Ensanche de Cerdá, em 1860, uma vez que foram capazes de propiciar alterações do desenho urbano, bem como da utilização de espaços da cidade.

Nesse sentido, de todo o projeto de olímpico, a intervenção residencial, por meio da implantação da vila olímpica, foi a mais relevante. Tendo em vista o contexto de regeneração urbana de antigos solos industriais por meio da aplicação de dinheiro público, buscava-se a criação de uma área da cidade que fosse socialmente diversificada, mas que cumprisse seus objetivos sociais. No entanto, como não estavam definidos claramente os mecanismos de reserva de habitação para interesse social, no momento em que se incorporou a iniciativa privada nesse processo, os objetivos originais foram relegados a segundo plano, o que, em uma operação com investimento público, tornou-se contraditório.

Em 1990, foram apresentados os protótipos de apartamentos e os preços de venda competindo com os de livre mercado, sem nenhuma estratégia urbanística capaz de captar uma demanda social diversificada (BUSQUETS, 1992). Dessa forma, o projeto olímpico provocou inflação nos preços, especialmente no setor de habitação,

que alcançou 235% de alta entre 1985 e 1990, diminuindo o poder aquisitivo dos cidadãos (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1994).

Assim, a vila olímpica proporcionou novos espaços públicos destinados a residentes de alta renda, que podiam arcar com os preços dos apartamentos na região. Como resultado, o bairro alcançou baixo índice de ocupação, sendo que, em 1994, apenas metade dos apartamentos estava habitada (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 1994). Dessa maneira, a desapropriação e o significativo investimento em infraestrutura com recursos públicos provocaram uma *plus valia* especulativa.

4.1.4.5 Estratégias de intervenção

O Quadro 13 tem a intenção de identificar, a partir da caracterização das quatro áreas olímpicas, algumas estratégias de intervenção em Barcelona e os resultados mais significativos produzidos na cidade, sob os aspectos de alterações de uso de determinado espaço (condição funcional) ou de modificações estruturantes decorrentes de mudanças do desenho urbano (condição estrutural).

Quadro 13 – Resumo de ações, estratégias, justificativas e alterações mais significativas das intervenções olímpicas em Barcelona

ÁREA DE INTERVENÇÃO	AÇÕES	ESTRATÉGIAS	JUSTIFICATIVAS	ALTERAÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS
Montjuic	<ul style="list-style-type: none"> - ajustes da rede viária - ajustes dos espaços (jardins, equipamentos,...) 	<ul style="list-style-type: none"> - ocupar e dar uso à montanha 	<ul style="list-style-type: none"> - localização na cidade (porção sul do L'Eixample e prolongamento da frente marítima) 	Condição funcional
Diagonal	<ul style="list-style-type: none"> - abertura de vias de conexão entre as instalações esportivas - definição de parque urbano no centro do setor 	<ul style="list-style-type: none"> - revitalizar a área 	<ul style="list-style-type: none"> - situação da área como barreira para a continuidade urbana (problemas de fronteira entre Barcelona, l'Hospitalet e Esplugues) 	Condição funcional
Vall d'Hebron	<ul style="list-style-type: none"> - definição de espaços públicos - criação de percurso de pedestres - criação de frente de comércio e serviços (Rua Berruguete) 	<ul style="list-style-type: none"> - valorizar entorno (principalmente bairros: Montbau, Teixonera, Clota, Carmel e Horta) 	<ul style="list-style-type: none"> - entorno muito adensado e com carência de espaços públicos 	Condição funcional e estrutural
Parc de Mar	<ul style="list-style-type: none"> - implantação do Passeig Maritim para pedestres - instalação de via parque - eliminação das linhas ferroviárias - viabilização de sistema de espaços verdes - diversificação de usos 	<ul style="list-style-type: none"> - revitalizar a área 	<ul style="list-style-type: none"> - necessidade de melhoria da imagem da cidade - conveniência de abertura da cidade para o mar 	Condição funcional e estrutural

Fonte: Elaborado com base em Ayuntamiento de Barcelona (1987b).

Notas: condição funcional = alterações de uso de determinado espaço

condição estrutural = modificações estruturantes decorrentes de mudanças do desenho urbano

Pelo exposto, pode-se diagnosticar que as intervenções promovidas em cada uma das quatro áreas olímpicas produziram repercussões urbanísticas distintas, mas que, consideradas em conjunto, foram importantes para a melhoria da articulação da cidade e, sobretudo, para a expansão da área central.

Enquanto que na Diagonal, a tarefa principal consistia em “acabar” o que já existia, adequando esse espaço para o evento olímpico, na área de Montjuic, tratava-se de promover a apropriação desse espaço pela população, o que envolveu melhorias de acessos. Por outro lado, em locais como Vall d’Hebron e do Parc de Mar, as propostas olímpicas estavam claramente dirigidas à criação de novos conjuntos urbanos, seja em um espaço vazio, como no caso de Vall d’Hebron, seja em um local ocupado por construções obsoletas, como em Parc de Mar.

Nas últimas duas áreas citadas, também ocorreram as intervenções de caráter mais estrutural e que promoveram alterações significativas no desenho da cidade de Barcelona.

4.2 REPRODUÇÃO DE UM MODELO? O CASO DO RIO DE JANEIRO

O objetivo desta subseção consiste em contextualizar o Rio de Janeiro no momento que antecede a realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007, revelando algumas aproximações com o caso de Barcelona. Um exemplo dessa afirmação compreende o ano emblemático de 1992, quando da realização dos jogos olímpicos na cidade catalã, coincidente com a celebração de um grande evento como a Eco-92 – voltado à busca de meios de conciliação do desenvolvimento socioeconômico com a proteção ambiental, sediado no complexo Riocentro – espaço destinado a centro de convenções, localizado no bairro de Jacarepaguá (RIO DE JANEIRO, s.d.a.).

Além disso, pode-se mencionar a elaboração do Plano Estratégico do Rio de Janeiro, em 1996, com a participação de colaboradores catalães (RIO DE JANEIRO, 1996); anos mais tarde, em 2004, enquanto Barcelona sediava o Fórum das Culturas, a cidade carioca iniciava os preparativos para a realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007 (RIO DE JANEIRO, s.d.b.).

Previamente à realização dos jogos Pan-Americanos, não foi bem sucedida a anterior candidatura do Rio de Janeiro, considerando o poder de reestruturação de cidades a partir de eventos dessa natureza, para sediar os Jogos Olímpicos de 2004.

A cidade foi eleita como sede dos jogos Pan-Americanos em 2002, concorrendo a esse pleito com San Antonio (Texas, Estados Unidos), por exemplo; todavia, sua candidatura para os jogos pan-americanos foi iniciada em 1998 (RIO DE JANEIRO, s.d.a.). A partir de então, foi concebida uma série de ações e projetos que sustentam a realização do evento no Rio de Janeiro.

Nesse contexto, a abordagem aqui apresentada pretende responder aos seguintes questionamentos: quais foram as características de intervenção urbana que marcaram esse período anterior a realização dos jogos? Quais instrumentos foram utilizados? Que mudanças de concepção urbanística podem ser diagnosticadas com a necessidade de preparação da cidade para sediar o evento?

Tendo em vista a configuração dos Jogos Pan-Americanos de 2007, algumas comparações de nível de complexidade podem ser feitas com outros eventos similares, como os jogos olímpicos e a copa do mundo de futebol, por exemplo (Tabela 3).

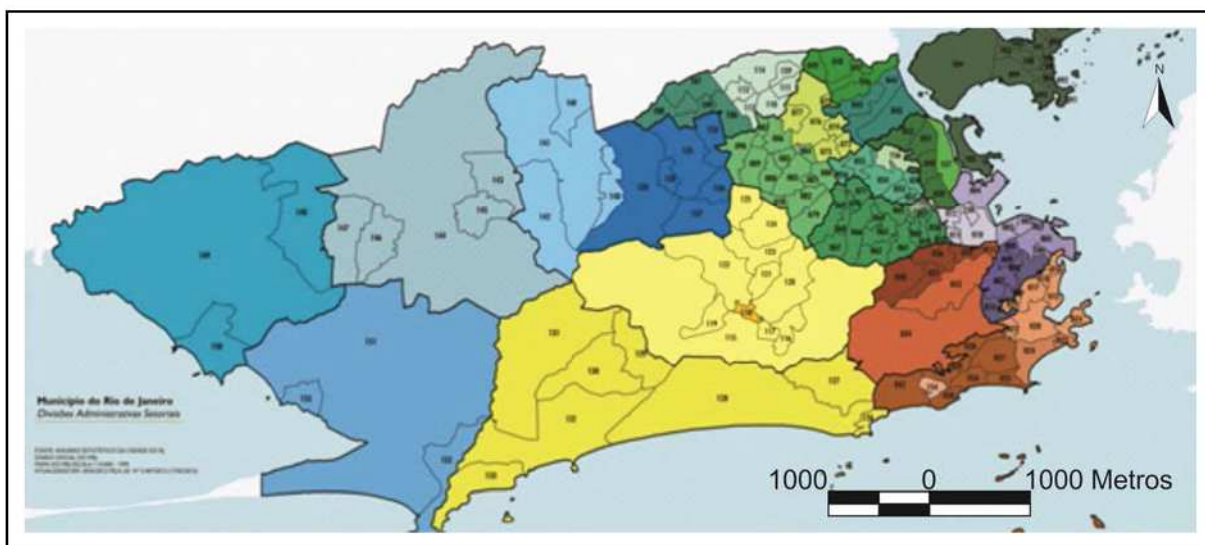
Tabela 3 – Comparação entre características de grandes eventos esportivos – 2006 a 2008

CARACTERÍSTICA	COPA DO MUNDO DA ALEMANHA (2006)	JOGOS PAN-AMERICANOS DO RIO DE JANEIRO (2007)	JOGOS OLÍMPICOS DE PEQUIM (2008)
Modalidades esportivas	1	34	26
Tempo de competições	1 mês	16 dias	16 dias
Quantidade de cidades-sede / instalações	12 / 12 (1 estádio de futebol em cada cidade)	1 / 30	1 / cerca de 30
Quantidade de países	32	42	205
Quantidade de atletas	740	5.633	10.500
Quantidade de árbitros	78	1.689	3.200
Quantidade total de eventos	64 (jogos de futebol)	332	302
Quantidade diária de eventos	1-4 (jogos) em horários diferentes	12-18 em horários simultâneos	12-18 em horários simultâneos
Hospedagem das comitivas	acomodações em hotéis	vila pan-americana	vila olímpica

Fonte: CEZAR; MIRANDA (2008)

Com extensão territorial de 118.229,6 ha e população de 6.355.949 habitantes (IBGE, 2010; 2011), a capital do Estado do Rio de Janeiro e a segunda maior metrópole do Brasil é dividida em 161 bairros, agrupados em 34 regiões administrativas (Figura 39).

Figura 39 – Mapa de divisão de bairros e regiões administrativas do Rio de Janeiro



Fonte: RIO DE JANEIRO (2001)

No período de 2002 até 2007, a política do Rio de Janeiro foi marcada pela sucessão da gestão do Prefeito César Maia por três mandatos (1993-1996; 2001-2004; 2005-2008), estabelecendo, nesse período de 12 anos, o respaldo das decisões que envolveram a celebração dos Jogos Pan-Americanos de 2007 (RIBEIRO, 2009). Nesse sentido, torna-se relevante o conhecimento das principais diretrizes que permearam, sobretudo, as últimas duas gestões do Prefeito César Maia, no intuito de compreender os planos e projetos articulados para a realização do evento.

Antes, porém, torna-se necessária a contextualização das anteriores diretrizes de planejamento da cidade, visando à compreensão das principais condicionantes desse processo.

4.2.1 Planos urbanísticos até os anos 1990

A origem do planejamento urbano na cidade do Rio de Janeiro teve importante participação da esfera estatal, em razão da sua posição como capital nacional (antigo Distrito Federal). Nesse sentido, o Estado era considerada como principal ator na realização de intervenções urbanas que marcaram o início do ordenamento

territorial no país (PIRES, 2010). Portanto, foi desde o período colonial o grande propulsor da urbanização e do planejamento.

De acordo com Villaça (1999), as iniciativas de intervenção desse período não deveriam ser definidas como planejamento urbano, tendo em vista que essa expressão passou a ser utilizada no Brasil, tal qual a conhecemos, em meados do século XX.

Historicamente, reconhece-se que essas intervenções foram realizadas com base em ideias de outros países, sobretudo europeias. Inúmeros exemplos do período colonial ilustram essa afirmação, como a concepção das cidades de Salvador, Ouro Preto, São Luiz, Recife e Rio de Janeiro (PIRES, 2010).

De acordo com estudos desenvolvidos por Vera Rezende (1982), Flávio Villaça (1999) e Ermínia Maricato (2000), é possível efetuar uma periodização da história do planejamento urbano no Brasil, subdividindo-a em três grandes fases:

- a) primeira fase (1875-1930), caracterizada pelos planos de melhoramentos e embelezamento;
- b) segunda fase (1930-1990), período representado por investimentos em obras de infraestrutura e elaboração de planos diretores;
- c) terceira fase (1990-dias atuais), caracterizada pelo surgimento dos planos estratégicos.

Especialmente nesse período, as intervenções foram realizadas com base no discurso de que a técnica e a base científica eram indispensáveis para a resolução dos problemas urbanos (VILLAÇA, 1999). Dessa maneira, a partir da década de 1930, com a hegemonia da burguesia urbano-industrial, as intervenções urbanas passaram a ser realizadas com o objetivo de tornar as cidades mais eficientes e não apenas belas, como pregava-se na primeira fase de planejamento nacional, com obras de embelezamento e melhoramentos (VILLAÇA, 1999). Nesse sentido, os Planos Diretores foram concebidos com a proposição de cidades funcionais, voltadas para a produção e reprodução do capital.

Os primeiros planos diretores elaborados no Rio de Janeiro, segundo essa

perspectiva foram o Plano Agache, elaborado pelo arquiteto francês Alfred Hubert Donat Agache (1930) e o Plano Doxiadis, concebido pelo arquiteto e urbanista Constantino Doxiadis (1965) (REZENDE, 1982).

O Plano Agache foi emblemático como uma proposta modernista de organização do espaço urbano baseada nos princípios de cidade funcional. As intervenções urbanas desse plano voltaram-se para o centro do Rio de Janeiro e bairros da zona sul, como Ipanema, Leblon e Gávea, em detrimento da zona norte. O objetivo era “ordenar e melhorar a cidade segundo critérios funcionais de estratificação social do espaço”.(ABREU, 1988, p.86). O Plano Agache tinha como meta a erradicação de favelas, que eram vistas como uma ameaça para a ordem urbana (REZENDE, 1982).

Concluído em 1930, o Plano Agache introduziu no cenário nacional questões típicas da cidade industrial, como a preocupação com o planejamento de transporte de massas, abastecimento de água e habitação popular (PIRES, 2010). Esse plano concebia o espaço de maneira orgânica e global, apresentando uma composição volumétrica de predominância de cheios sobre vazios, uma vez que a cidade era pensada como arquitetura, com estruturas urbanas orientadas pela forma dos edifícios que moldavam os espaços públicos (REZENDE, 1982).

O Plano Doxiadis, elaborado em 1965, ou seja, 37 anos mais tarde que o Plano Agache, foi desenvolvido com o objetivo de propor planos e programas de desenvolvimento urbano. Era um plano nitidamente tecnicista e racionalista (PIRES, 2010). Comparativamente, observa-se que não há diferença entre o Plano Agache e Doxiadis no que se refere a intenção de segregação do primeiro e a estratificação social do segundo.

Fisicamente, o Plano Doxiadis propõe a criação de comunidades que estabeleçam relação com a escala humana e se aglutinem para alcançar condições favoráveis de desenvolvimento. O objetivo é a criação de agrupamentos humanos e bairros dotados de suas necessidades básicas, com pontos de encontro, lojas, instalações públicas, entre outros elementos.

Além disso, há necessidade de se estabelecer uma hierarquia de funções, uma vez que a cidade deve ser planejada de forma racional. Nesse sentido, o plano abre um elenco de alternativas que consideram os fatores econômicos e sociais do Rio de Janeiro, abordados em macro, meso e microescala, de modo a configurar uma proposta físico territorial. Portanto, tem como meta a criação de infraestrutura física que possibilite o desenvolvimento da cidade (REZENDE, 1982).

No período de 1960 à 1970, que corresponde à segunda fase de planejamento urbano no Brasil, foram viabilizadas importantes obras de infraestrutura no Rio de Janeiro: o alargamento da praia de Copacabana, a construção do elevador da Avenida Paulo de Frontin, a construção da auto-estrada Lagoa-Barra, a construção da ponte Rio-Niterói, a execução do Plano Lúcio Costa para a Baixada de Jacarépaguá e Barra da Tijuca (ABREU, 1988).

Essa época é caracterizada pela era dos “superplanos” (VILLAÇA, 1999). As características principais desses planos residiam na ausência de um debate público sobre a natureza das proposições, seu conteúdo conflituosos em virtude do desalinhamento entre as esferas de governo (federal, estadual e municipal) e as propostas baseadas em modelos importados, desvinculados da realidade local (PIRES, 2010).

No início dos anos 1970, há uma proliferação no Brasil de Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado (PDDI), inclusive no Rio de Janeiro, que consiste em instrumentos de legitimação dos governos, uma vez que não dispunham de diagnósticos técnicos que justificassem suas proposições (VILLAÇA, 1999). Nessa época, em que vigorava o regime militar, esses planos contribuíram para o crescimento da escala do planejamento, no âmbito territorial (PIRES, 2010).

No período seguinte, da década de 1980, verifica-se que o planejamento urbano adquire importância e prestígio (MARICATO, 2000). Nessa época, os contextos de crise do Estado, que perde seu poder de investimento, e a ascensão dos movimentos sociais, favorecem a adoção de formas mais participativas de gestão. Diferentemente da gestão tecnocrática ou autoritária, a democrática baseia-se na premissa de que a participação popular pode colaborar com a resolução de

problemas urbanos (PIRES, 2010).

Já partir dos anos 1990 o planejamento da cidade do Rio de Janeiro volta-se à fundamentação de ações estratégicas como escopo dos planos que são desenvolvidos nos anos seguintes.

4.2.2 Diretrizes estratégicas na década de 1990

No início dos anos 1990, com o colapso estatal, as iniciativas de planejamento urbano passam por um momento de descrédito e desvalorização. Apesar do contexto desfavorável, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro instituiu, em 1992, o Plano Diretor Decenal que estabelecia as normas e procedimentos para a realização da política urbana. Os objetivos principais voltavam-se à promover melhores condições de habitação, ordenamento do crescimento urbano, descentralização da gestão pública, distribuição justa e equilibrada da infraestrutura e participação da população. No entanto, essas garantias foram vistas pelos governantes como impeditivo às ações do poder público local, que delegou a um segundo plano a implantação desse documento (PIRES, 2010).

Nesse sentido, o planejamento estratégico teve um papel relevante no âmbito da proposição de políticas de desenvolvimento urbano da capital carioca. Conforme Pires (2010), em 1993, a Prefeitura, inspirada no modelo Barcelona, firmou um acordo com a Associação Comercial e com a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro para elaboração do plano estratégico municipal. A partir de então, a cidade passou a ser administrada como uma grande empresa, gerenciada por um consórcio mantenedor formado por 46 firmas e associações empresariais, com apoio da consultoria de um grupo de arquitetos catalães por meio do escritório Tecnologias Urbanas Barcelona S.A. (TUBSA).

A premissa básica que pautou o Plano Estratégico do Rio de Janeiro foi a de que a gestão urbana deveria ser empreendedora e adaptada às regras do mercado, para que pudesse inserir a cidade no grupo das chamadas “globais”. Para tanto, devia importar o plano estratégico do modelo Barcelona (PIRES, 2010).

Em 1993, a formatação do denominado Plano Estratégico I – “Rio sempre Rio”, ocorreu no início da primeira gestão do Prefeito César Maia. Nessa época, aliada à figura do Arquiteto e Urbanista Luiz Paulo Conde, Secretário Municipal de Urbanismo, foi introduzido o conceito de projeto urbano no planejamento da cidade (RIBEIRO, 2009). Além disso, foram adotados princípios de gestão eficiente,

similares ao de uma empresa, com o intuito de reverter o quadro instalado de crise urbanística (RIBEIRO, 2009). Para tanto, procurou-se induzir um processo de produção de amplas transformações urbanas, baseado em intervenções localizadas (BAHIA, 2000).

A elaboração desse Plano Estratégico foi antecedida de um diagnóstico que tinha por objetivo identificar pontos fortes e fracos da cidade, com vistas à formulação de projetos de desenvolvimento local, direcionados à receber recursos e empreendimentos externos. Nesse momento, a cidade foi identificada como um pólo de universidades, nas quais se encontravam instalados importantes centros de pesquisa; como um relevante mercado de entretenimento; e com infraestrutura de acessibilidade e telecomunicações em desenvolvimento. Os problemas apontados diziam respeito principalmente à violência, amplamente difundida pela mídia; precariedade dos sistemas de transporte; questões de saneamento ambiental; e escassa cooperação entre os setores público e privado (OLIVEIRA, 2009).

A partir desse diagnóstico, foi identificada a vocação da cidade, o que orientou as linhas estratégicas a serem implementadas pelo Plano “Rio sempre Rio”, concluído em 1995. As estratégias adotadas foram (RIO DE JANEIRO, 1996):

- a) “O carioca do século XXI”, que previa ações de geração de emprego e renda, qualificação profissional, políticas de juventude, atendimento à saúde e inserção da população de terceira idade na vida social;
- b) “Rio acolhedor”, prevendo melhorias ambientais e dos espaços públicos, com vistas ao fortalecimento da sociabilidade nos bairros;
- c) “Rio participativo”, com o objetivo de criar um sistema municipal de informações, aperfeiçoando o sistema de segurança pública;
- d) “Rio integrado”, com vistas ao estímulo da construção de imóveis no centro da cidade, desestímulo à favelização e melhoria da gestão do sistema de transporte;
- e) “Portas do Rio”, voltado ao aperfeiçoamento do transporte de mercadorias;
- f) “Rio competitivo”, visando atrair empresas, especialmente as de serviços de alta tecnologia;
- g) “Rio 2004”, almejando tornar-se sede dos Jogos Olímpicos de 2004, criando atratividades turísticas diferenciadas.

Dessa forma, o Plano “Rio sempre Rio” foi pautado em dois objetivos prioritários: tornar-se uma cidade competitiva e acolhedora. Para estimular a vantagem competitiva, alguns fatores foram fundamentais, como a eficiência do espaço urbano por meio de projetos de qualificação urbana, a melhoria das condições de infraestrutura, a qualificação de recursos humanos, o estabelecimento de parcerias público-privadas, a definição de um projeto de cidade e o estabelecimento de uma cidade participativa (OLIVEIRA, 2009).

Essa ideologia permeou a conformação do “sistema de ações” e “sistema de objetos” que pautaram as medidas propostas para a conformação da cidade a partir da oportunidade dos Jogos Pan-Americanos de 2007. Para a sua adequada compreensão, são apresentados, na sequência, os demais períodos do governo César Maia, cujas intervenções já estavam inseridas no contexto de ocorrência do megaevento esportivo.

4.2.3 Planejamento estratégico na primeira metade da década de 2000

A segunda gestão de Cesar Maia (2001 a 2004) apoiou-se em um modelo cujas intenções estavam reproduzidas no Plano Estratégico II – “As cidades da cidade”, que corresponde ao desdobramento do anterior – “Rio sempre Rio”. A ênfase desse plano esta sobre fatores endógenos de desenvolvimento, tais como a qualidade das instituições, o acesso ao conhecimento e à informação, o desenvolvimento de capital social e humano e investimento em pesquisas e desenvolvimento (OLIVEIRA, 2009).

Nesse sentido, o discurso da gestão financeira eficiente e competitiva como a de uma empresa esteve presente na gestão de César Maia à frente da Prefeitura do Rio de Janeiro, sobretudo no Plano Estratégico II (CARDOSO, 2009). Dessa forma o Plano entendia que o desenvolvimento de um local depende, algumas vezes, de pequenos projetos ou articulações que possibilitam a multiplicação e atração de novos negócios, impulsionando os setores produtivos e desenvolvendo o empreendedorismo (RIO DE JANEIRO, 2001).

Esse segundo plano estratégico foi desenvolvido considerando 12 regiões da cidade, que compreendem as bases territoriais das subprefeituras do Rio de

Janeiro²⁵. Para cada uma dessas regiões, foi elaborado um plano estratégico regional, cuja ideia central era a escolha de um modelo próprio, buscando, especificamente, “[...] sua cultura e valores em suas próprias raízes, seus motivos de orgulho, identidade e vocação em sua formação e história” (RIO DE JANEIRO, 2001). Portanto, tinha por objetivo identificar o papel de cada região, definindo estratégias e projetos que materializassem os objetivos centrais do plano, de construção de uma cidade voltada para o futuro.

Dessa forma, como método de trabalho, os planos foram elaborados a partir da conformação de um diagnóstico preliminar, que detectava as debilidades da região; constituído de um histórico e das potencialidades locais, associados à proposição das estratégias necessárias para o alcance do objetivo central do plano (RIO DE JANEIRO, 2001).

De forma geral, a metodologia utilizada foi similar à do Plano Estratégico I “Rio sempre Rio”, dividindo a avaliação da cidade em dois campos chamados de retratos positivo e negativo, organizados a partir de dados extraídos de um inquérito qualitativo realizado por região (CARDOSO, 2009).

Para tanto, o conteúdo foi organizado em segmentos que envolvia a concepção de planos regionais, orçamento participativo, articulação entre os planos, monitoramento e avaliação. As informações analisadas e utilizadas permitiram a identificação das ameaças e oportunidades das regiões, fundamentais no processo (RIO DE JANEIRO, 2001).

²⁵

Bangu, Barra da Tijuca, Campo Grande, Centro, Grande Méier, Ilha do Governador, Irajá, Jacarepaguá, Leopoldina, Tijuca/Vila Isabel, Zona Norte e Zona Sul.

Uma das intenções do plano consistia em ativar a economia da cidade, por meio tanto de ações vinculadas ao turismo quanto da construção de ícones arquitetônicos de contexto globalizado, que atuassem como âncoras de um processo de revitalização urbana. Essas diretrizes estavam centradas no objetivo de divulgar ao mundo uma imagem competitiva do Rio de Janeiro, no que diz respeito ao potencial para atração de recursos, turistas e eventos. Para tanto, essa concepção associava a ideia de arranjos produtivos locais à perspectiva de projetos urbanos de desenvolvimento local, por meio da intervenção de grandes projetos urbanos estratégicos (CARDOSO, 2009).

Comparativamente, enquanto Barcelona sediava o Fórum das Culturas de 2004, evento que permitiu que se prosseguisse com a intenção de abertura da malha urbana ao mar, reestruturando o setor leste da cidade, no Rio de Janeiro, iniciavam os preparativos para os jogos pan-americanos, com a construção de uma série de equipamentos esportivos, concentrados principalmente na Barra da Tijuca²⁶.

Segundo Maia (2003 apud MACHADO, 2004), essa definição teve por objetivo concentrar as modalidades na Barra da Tijuca, oferecendo opções culturais e de lazer nas redondezas, além de considerar questões de segurança já que o bairro tem 165 km² e 100 mil habitantes, instalados em uma área plana. “Não tem comunidades controladas por traficantes como outras áreas da cidade” (JORNAL DO BRASIL, 2003 apud RIBEIRO, 2009).

Durante esse período, visando à preparação da cidade para os jogos pan-americanos, a Prefeitura apontou a necessidade de intenso processo de renovação, que compreendeu a previsão de execução de projetos urbanísticos, como o Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária, além da construção de diversos equipamentos de uso público, como a Cidade da Música, na Barra da Tijuca, e o Museu Guggenheim, no Píer Mauá, este último como parte integrante da revitalização da área portuária (FERNANDES, 2003).

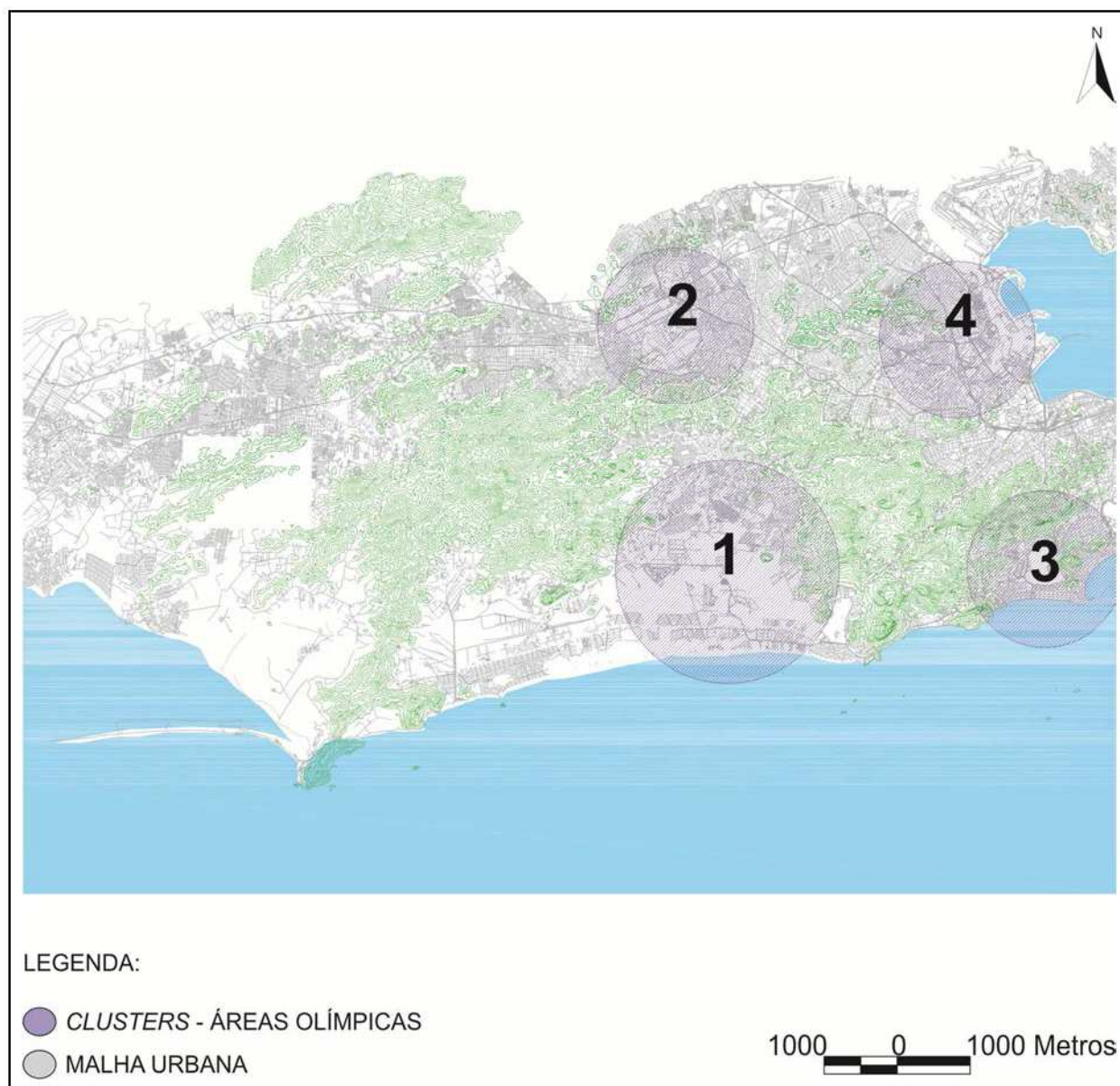
Dessa forma, as intervenções propostas no Plano Estratégico II – “As cidades da

²⁶

No Complexo Esportivo Cidade dos Esportes – Arena Olímpica do Rio, Parque Aquático Maria Lenk e Velódromo Municipal.

cidade” – foram concentradas, em sua maioria, na área central e na Barra da Tijuca (Figura 40), caracterizando-se pela construção de equipamentos monumentais para revitalizar as vocações “culturais” e “esportivas” do Rio de Janeiro, atraindo recursos, eventos e turistas.

Figura 40 – Mapa de localização das intervenções propostas para os Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro



Fonte: Elaborada com base em Rio de Janeiro (s.d.a.).

Notas:

- 1 = Área da Barra da Tijuca
- 2 = Área de Deodoro
- 3 = Área do Pão de Açúcar
- 4 = Área do Maracanã

4.2.4 Planejamento urbano na segunda metade da década de 2000

O planejamento urbano adotado na terceira administração do Prefeito César Maia enfatizou a construção de projetos arquitetônicos monumentais, como forma de estruturar o desenvolvimento da cidade. Tais operações voltaram-se à projeção da imagem de competitividade, com o objetivo de atrair recursos, eventos e turistas.

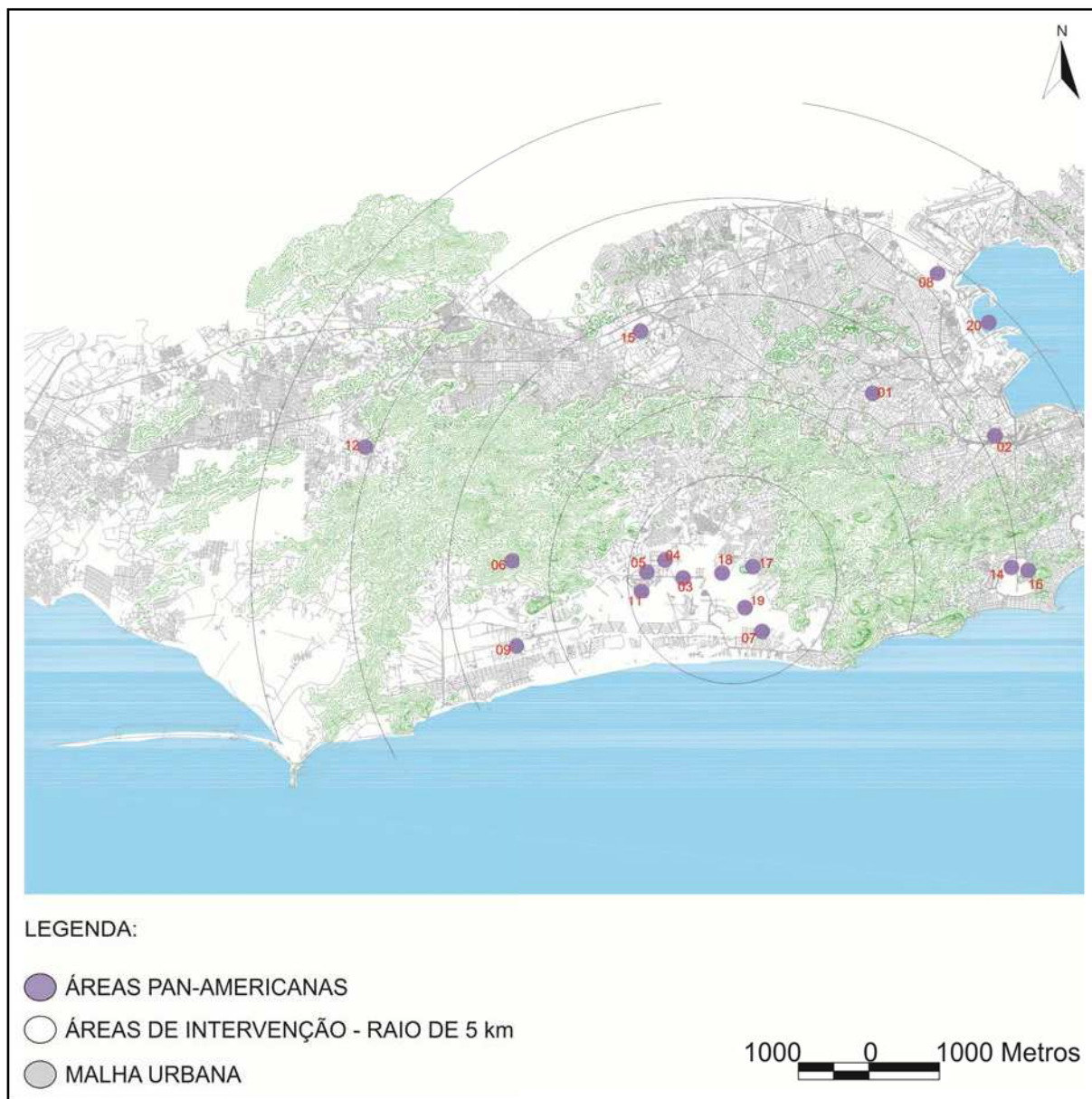
O diagnóstico de crise e desordem urbana persistiu nesse período. Assim, a busca de alternativas e estratégias para sua superação foi respaldada em grandes projetos urbanos (GPUs) que buscavam minimizar aspectos negativos e valorizar a imagem da cidade.

A terceira administração do Prefeito Cesar Maia voltou-se para a execução dos projetos vinculados à realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007, com ações pautadas na justificativa do Rio de Janeiro como “capital do esporte”, capaz de sediar megaeventos esportivos e de se inserir de forma competitiva no cenário global (RIBEIRO, 2009).

Nesse período, foi viabilizado um conjunto de obras vinculadas diretamente à realização dos jogos pan-americanos. As instalações necessárias para o evento foram distribuídas em quatro grandes áreas, revelando uma tentativa de aproximação com o chamado “modelo Barcelona”, que se utilizou dessa mesma forma de distribuição para sediar os Jogos Olímpicos de 1992.

No entanto, como já comentado, a maior parte das intervenções propostas concentrou-se na Barra da Tijuca. Dentre os principais equipamentos implantados, destacam-se a Vila Pan-Americana, o Estádio Olímpico do Engenho de Dentro – Engenhão, o Complexo Esportivo do Autódromo, o Centro de Convenções do Rio-Centro e o Complexo Esportivo da Cidade do Rock (BARROS; PISCINATO, 2008), ilustrados na Figura 41.

Figura 41 – Mapa de localização das intervenções propostas para os Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro no âmbito da terceira gestão do Prefeito César Maia



Fonte: Elaborada com base em Rio de Janeiro (s.d.a.).

- Notas:
- 01 = Estádio Olímpico João Havelange
 - 02 = Complexo do Maracanã
 - 03 = Complexo Esportivo do Autódromo
 - 04 = Morro do Outeiro
 - 05 = Centro de Convenções Rio Centro
 - 06 = Complexo Esportivo Rio Water Planet
 - 07 = Fazenda Clube Marapendi
 - 08 = Centro de Educação Física Almirante Heleno Nunes (CEFAN)
 - 09 = Centro de Futebol Zico
 - 10 = Praia de Copacabana
 - 11 = Complexo Esportivo Cidade do Rock
 - 12 = Complexo Esportivo Miécimo da Silva
 - 13 = Baía de Guanabara – Marina da Glória
 - 14 = Clube de Regatas do Flamengo e Jockey Club Brasileiro
 - 15 = Vila Militar
 - 16 = Centro de Remo Rodrigo de Freitas
 - 17 = Vila Pan-Americana
 - 18 = Polo Rio Cine e Vídeo
 - 19 = Hospital Lourenço Jorge
 - 20 = Laboratório de apoio ao desenvolvimento tecnológico

Além disso, e ainda em razão do evento esportivo, foi criada em 2005, a Secretaria Especial Rio 2007 (SERIO 2007), de caráter temporário, que coordenaria as ações dos órgãos envolvidos com os jogos, além de estabelecer articulações com os órgãos dos governos federal e estadual, com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e com o Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro (CO-RIO) (RIBEIRO, 2009).

O projeto de preparação da cidade do Rio de Janeiro para sediar os jogos pan-americanos também buscou aproximar a cidade da possibilidade de realização de um evento olímpico. Em razão disso, a própria proposta orçamentária consolidava a ideia de que aqueles jogos deveriam ser usados como propulsores de uma candidatura para as olimpíadas. Portanto, a organização, as operações e as instalações deveriam ser projetadas em patamares muito próximos daqueles utilizados nesse tipo de acontecimento esportivo (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2007). Assim, foram previstas algumas alterações de escopo entre a proposta da candidatura inicial, em 2003, e o efetivado para a ocorrência do evento, sintetizadas no Quadro 14.

Quadro 14 – Mudança de escopo das instalações e operações dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro

	PREVISTO EM 2003	PROPOSTA EM 2005
Instalações esportivas		
Cluster Barra da Tijuca		
Complexo Esportivo do Autódromo	<p>Arena poliesportiva para 10 mil pessoas (com recepção das modalidades de basquete e ginástica)</p> <p>Parque aquático para 10 mil pessoas (com recepção das modalidades de natação e nado sincronizado)</p> <p>Velódromo para mil espectadores</p>	<p>Arena multiuso para 18 mil pessoas nos jogos de basquete e 15 mil nas apresentações de ginástica, apta para recepção de <i>shows</i> e eventos diversos*</p> <p>Parque aquático para 10 mil espectadores, com previsão de ampliação para 15 mil (com recepção das modalidades de natação, nado sincronizado e saltos ornamentais)*</p> <p>Velódromo para 3 mil espectadores*</p>
Estádio de Remo da Lagoa Rodrigo de Freitas	Capacidade para 10 mil pessoas	Reforma total das edificações existentes, incluindo reconstrução de parte da estrutura e adequação às normas da federação internacional
Cluster Deodoro		
Estádio de Atletismo (João Havelange)	Instalação com capacidade para 10 mil espectadores, localizada em Jacarepaguá	<p>Capacidade para 45 mil espectadores, localizada no Engenho de Dentro</p> <p>Previsão de ampliação para 60 mil espectadores</p> <p>Multifuncionalidade e padrão internacional: para recepção de competições de atletismo, futebol, <i>shows</i> e eventos diversos</p>
Complexo Esportivo de Deodoro	Adaptação do local para as competições de hipismo e tiro esportivo	<p>Construção de moderno estande de tiro esportivo para competições internacionais</p> <p>Reforma completa na pista de Hipismo para competições internacionais</p> <p>Inclusão das modalidades de hóquei sobre grama e tiro com arco</p>

(Continua)

Fonte: Adaptado de Ministério do Esporte (2007).

(Continuação do Quadro 14)

	PREVISTO EM 2003	PROPOSTA EM 2005
Instalações esportivas		
Complexo Esportivo Miécimo da Silva	Sem previsão anterior de reforma Sede do handebol	Reforma do local Sede do tênis de mesa
Cluster Maracanã		
Complexo Esportivo do Maracanã	Estádio Jornalista Mário Filho: reformas e adaptações básicas das áreas de imprensa, vestiários e serviços Ginásio do Maracanãzinho: reforma para adaptação às normas das federações internacionais de vôlei e de basquete Parque Aquático Júlio Delamare: reforma da piscina principal, tanque de saltos, vestiários e áreas de apoio	Estádio Jornalista Mário Filho: obras para adaptação aos padrões da FIFA, incluindo rebaixamento do campo de jogo, e substituição da arquibancada "geral" por cadeiras Ginásio do Maracanãzinho: obras para a transformação do ginásio em arena multiuso, incluindo reforma acústica e climatização Parque Aquático Júlio Delamare: reforma completa da plataforma de saltos, vestiários e áreas de apoio
Instalações não esportivas		
Centro Internacional de Imprensa e Centro Internacional de Rádio e Televisão	Localizados no Polo Rio de Cine e Vídeo (Barra da Tijuca)	Localizados nos pavilhões 1 e 5 do Riocentro
Instalações temporárias	Previsão de instalações provisórias para apoio à operação em 14 instalações esportivas permanentes Previsão de instalações provisórias para a realização de competições e operações diversas	Previsão de instalações provisórias para auxiliar a operação em 32 instalações permanentes, esportivas e não esportivas Reajuste no orçamento e ampliação da previsão das instalações provisórias para a realização de competições e operações diversas

(Conclusão)

Configura-se dessa forma uma administração voltada a reformatação geral da cidade, contrária a proposição do Plano Estratégico I, voltado à gestão de projetos urbanos pontuais, característicos dos anos 1990 e estruturado principalmente a partir do interesse do capital (RIBEIRO, 2009). Nesse sentido, percebe-se que a política urbana baseia-se na adoção de estratégias que privilegiam algumas áreas de interesse do mercado imobiliário, constituindo-se em uma reestruturação seletiva

da cidade do Rio de Janeiro (BARROS; PICINATO, 2008).

Segundo MASCARENHAS (2008), as obras realizadas para os Jogos Pan-Americanos não promoveram as mudanças territoriais que estavam prometidas na época da candidatura da cidade, mas o evento favoreceu o setor imobiliário, amplamente beneficiado pela valorização de terrenos no entorno dos empreendimentos destinados à viabilização do megaevento esportivo.

Além da preparação do Rio de Janeiro para sediar os Jogos de 2007, visando a candidatura posterior aos Jogos Olímpicos de 2012, a última administração de César Maia incentivou a requalificação do Centro e da Zona Portuária, utilizando como projeto âncora o Museu Guggenheim, o qual não foi viabilizado. Essa gestão também promoveu a inauguração da Cidade do Samba, na Gamboa, transformada em um núcleo de produção do carnaval carioca, com o objetivo de implementar a requalificação da Zona Portuária.

Considerando as propostas que permearam a viabilização dos jogos pan-americanos, percebe-se que o projeto das intervenções foi concebido a partir de estratégias pontuais de intervenção no território, prorizando a execução dos equipamentos esportivos. Pautado em um conjunto de ações estratégicas, as intervenções foram previstas de forma específica na malha urbana, sendo destinadas, quase que exclusivamente, à viabilização do evento esportivo.

No entanto, é necessário ressaltar que tais projetos promoveram alterações em seu entorno e reestruturaram, ainda que em escala inferior ao caso da cidade de Barcelona, o tecido urbano carioca.

4.2.5 Clusters do Rio de Janeiro

O intuito desta subseção é voltar-se à caracterização das intervenções promovidas nas áreas designadas para abrigar equipamentos esportivos, com a oportunidade de realização dos jogos pan-americanos, com a finalidade subsidiar as análises das estratégias de intervenção no território do Rio de Janeiro, bem como dos resultados produzidos nesse espaço. Nesse sentido, busca-se compreender como ocorreu a

decisão de implantação dessas estruturas em determinados locais e quais foram as suas decorrentes consequências.

Como citado anteriormente, no caso dos jogos pan-americanos, as propostas estavam focadas na viabilização dos equipamentos esportivos necessários para a ocorrência do megaevento, de modo que a intervenção territorial não teve como prioridade a viabilização de ações que constavam no escopo de planejamento da cidade (RIBEIRO, 2009).

Similar ao modelo adotado por Barcelona, o Rio de Janeiro, como já mencionado, fez previsão das áreas esportivas em quatro *clusters*: Barra da Tijuca, Deodoro, Pão de Açúcar e Maracanã; sendo a Barra da Tijuca o de maior representatividade pelo número de instalações. A partir de observação da conformação territorial da cidade, verifica-se que essas áreas se concentraram na porção norte e leste do Rio de Janeiro. Mesmo com essa concentração, as instalações se conformaram em um raio de atuação superior ao de Barcelona, tendo em vista a diferença de escala entre as duas cidades.

A justificativa para localização dessas áreas esportivas estava vinculada ao desejo de melhorar as condições socioeconômicas das comunidades situadas no entorno próximo. Além disso, segundo o presidente do CO-RIO, Carlos Arthur Nuzman, essas áreas constituem o principal legado dos jogos, uma vez que, nos 50 anos anteriores à realização do evento, nenhuma cidade brasileira havia recebido um conjunto de plataformas esportivas desse nível (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2007). A Tabela 4 mostra o orçamento necessário para viabilização das instalações esportivas, sendo que o maior aporte financeiro foi destinado à execução da vila olímpica.

Tabela 4 – Custos totais dos Jogos Pan-Americanos de 2007 por item orçamentário (em R\$ 1.000,00)

CUSTO TOTAL	TOTAL	PROPORÇÃO (em %)
Segurança	563.181	19,46
Tecnologia	368.132	12,72
Recursos humanos	213.914	7,39
Operações	100.421	3,47
Turismo	19.898	0,68
Comunicação e <i>marketing</i> (inclusive cerimônias)	88.967	3,07
Jogos parapan-americanos	62.921	2,17
Esporte	48.223	1,66
Cultura e educação (incluindo revezamento da tocha)	12.906	0,44
Instalações e vila **	1.414.819	51,06
TOTAL DO EVENTO	2.893.381	100,00
Financiamento da CEF para a vila pan-americana	189.300	
Construtora da vila pan-americana	15.000	
SUBTOTAL VILA PAN-AMERICANA	204.300	
TOTAL GERAL	3.097.681	

Fonte: MINISTÉRIO DO ESPORTE (2007)

Notas: CEF = Caixa Econômica Federal

* = valores incluem os custos de todos os financiadores

** = construções e operações das instalações esportivas e operações da vila

Nesse sentido, é possível constatar, ainda que preliminarmente e com base no aporte financeiro realizado, que na origem da concepção do evento, a produção de alterações físicas na estrutura da cidade do Rio de Janeiro não parecia ser uma prioridade com a oportunidade do evento.

4.2.5.1 Área da Barra da Tijuca

No bairro Barra da Tijuca, foram executados, em uma extensão de cerca de 165,59 km², a vila olímpica e outros equipamentos esportivos (Figura 42) que abrigaram 60% das provas pan-americanas (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2007). A vila foi inspirada em padrões olímpicos e promoveu a transformação territorial mais ostensiva no tecido urbano com a oportunidade dos jogos.

Figura 42 – Vistas do Parque Aquático Maria Lenk e de edifícios da vila pan-americana na Área da Barra da Tijuca



Fonte: esquerda = MINISTÉRIO DO ESPORTE (2007)
direita = RIO DE JANEIRO (2008)

Os edifícios que alojaram as delegações foram construídos em parceria com a iniciativa privada e, posteriormente à realização do evento, foram disponibilizados para venda no mercado imobiliário, segundo os gestores públicos da época, seguindo os moldes do que ocorreu no caso de Barcelona (RIO DE JANEIRO, s.d.a).

A Barra da Tijuca consiste em uma região que, mesmo após 38 anos de aprovação do seu Plano Piloto, continua com sua urbanização ainda por concluir e com parte de seus espaços rarefeitos (REZENDE; LEITÃO, 2005). Por outro lado, paradoxalmente à presença desses espaços rarefeitos, o bairro concentra grandes condomínios residenciais, além de shoppings centers e escritórios, consolidando um importante vetor de expansão da cidade do Rio de Janeiro.

Apesar de apresentar espaços ainda por serem ocupados, que correspondem às reservas de solo para o mercado imobiliário, a região apresenta um grande adensamento populacional nas áreas já consolidadas (REZENDE; LEITÃO, 2005).

O resultado físico da concentração dos Jogos Pan-Americanos na Barra da Tijuca reside na implantação da Vila pan-americana, além das instalações esportivas do Complexo do Autódromo. Essas intervenções tiveram como resultado um aquecimento do mercado imobiliário na região, abrindo a possibilidade de novas áreas para investimentos.

4.2.5.2 Área de Deodoro

Nesse *cluster*, foi instalado o chamado Complexo Esportivo Deodoro (Figura 43), implantado em um terreno de propriedade do Exército, na Vila Militar de Deodoro, bairro situado a oeste da cidade. Essa decisão foi respaldada por questões de segurança do local, bem como pela não existência de impedimentos burocráticos com relação à ocupação da gleba (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2007).

Figura 43 – Vistas de instalações esportivas na Área de Deodoro



Fonte: MINISTÉRIO DO ESPORTE (2007)

Foram previstos dois equipamentos no local: o Centro Nacional de Hipismo e o de Tiro Esportivo, de autoria de BCMF Arquitetos. Segundo o Ministro do Esporte, Orlando Silva, a escolha de Deodoro foi acertada, uma vez que o Instituto Pereira Passos classifica a região como relevante para a expansão da cidade (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2007).

Segundo Mascarenhas (2008), essas instalações também permitiram uma valorização da região, criando um novo eixo de investimentos do mercado imobiliário.

O Complexo Esportivo Miécimo da Silva, em Campo Grande, e as cinco instalações esportivas construídas ou reformadas na Vila Militar em Deodoro, receberam nove modalidades esportivas. As instalações do Exército Brasileiro foram utilizadas para

tiro esportivo, tiro com arco, hóquei na grama, pentatlo moderno e hipismo, este último em instalações totalmente reformadas e ampliadas.

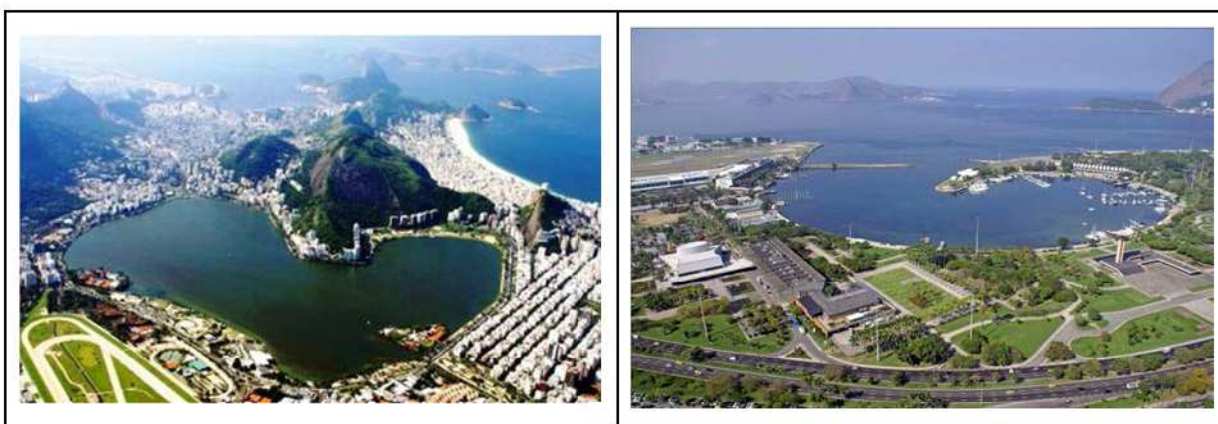
Faz parte do *cluster* Deodoro o Estádio Olímpico João Havelange, projetado com o conceito de arena esportiva e com capacidade para 46.000 espectadores (RIO DE JANEIRO, 2008).

Além das obras permanentes, foram realizadas obras temporárias, chamadas de overlays, com o objetivo de viabilização do evento. Em termos de obras de infraestrutura, foram executadas a recuperação e drenagem da Rua Henrique Scheidt, a recuperação das ruas do entorno do Estádio e a implantação de uma passarela na Estação Ferroviária do Engenho de Dentro.

4.2.5.3 Área do Pão de Açúcar

No *cluster* do Pão de Açúcar, concentraram-se prioritariamente as instalações temporárias, na Praia de Copacabana, na Lagoa Rodrigo de Freitas e na Marina da Glória (Parque Brigadeiro Eduardo Gomes ou Parque do Flamengo), sendo que não houve intervenções territoriais significativas (RIBEIRO, 2009).

Figura 44 – Vistas de instalações esportivas na Área do Pão de Açúcar – Lagoa Rodrigo de Freitas



Fonte: MINISTÉRIO DO ESPORTE (2007)

As áreas da Marina da Glória, Parque do Flamengo, Praia de Copacabana, Lagoa Rodrigo de Freitas acolheram sete modalidades esportivas (RIO DE JANEIRO, 2008).

A reforma e modernização da Marina da Glória fez parte do escopo de intervenções para os Jogos Pan-Americanos, tendo em vista sua localização privilegiada e facilidades de apoio que proporciona. Em virtude do embargo administrativo das obras promovido pelo Ministério Público, o qual entendeu que haveria prejuízo ao acesso público no local, o projeto foi reformulado, limitando-se à intervenções temporárias.

4.2.5.4 Área do Maracanã

O Estádio Jornalista Mário Filho, ou Maracanã, inaugurado em 1950, corresponde ao principal equipamento previsto para esse *cluster*, ocupando uma área de cerca de 195.600m². Para os Jogos Pan-Americanos de 2007, suas instalações passaram por reformas, custeadas pelo Governo Estadual.

Figura 45 – Vistas de instalações na Área do Maracanã



Fonte: MINISTÉRIO DO ESPORTE (2007)

O Complexo Esportivo do Maracanã foi o grande palco das Cerimônias de Abertura e Encerramento dos jogos. Sediou também o pólo aquático, no Parque Julio Delamare, o voleibol, no reconstruído Ginásio Gilberto Cardoso (Maracanãzinho) e as partidas finais de futebol no Estádio Mário Filho (Maracanã) (RIO DE JANEIRO, 2008).